

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO**

**ANDRÉ FELIPE VIEIRA COLARES**

**SOBRE OCULTOS E INDIZÍVEIS:  
Idosos (não vistos, mas que tudo veem) e sociabilidade – um estudo na  
Praça Sete de Belo Horizonte**

**MARÇO - 2016  
BELO HORIZONTE/MG**

André Felipe Vieira Colares

**SOBRE OCULTOS E INDIZÍVEIS:  
Idosos (não vistos, mas que tudo veem) e sociabilidade – um estudo na  
Praça Sete de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Belo Horizonte  
2016

Ficha Catalográfica

Colares, André Felipe Vieira.  
683s Sobre ocultos e indizíveis [manuscrito]: idosos (não vistos, mas  
016 que tudo veem) e a sociabilidade - um estudo na Praça Sete de Belo  
Horizonte / André Felipe Vieira Colares. – 2016.  
178 f.: il.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.

Inclui bibliografia (f. 162-172), apêndices e anexos.

1. Idosos – Belo Horizonte (MG) – Teses. 2. Idosos – Belo  
Horizonte (MG) – Condições sociais – Teses. I. Saraiva, Luiz Alex  
Silva. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-  
Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 362.6042



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **ANDRÉ FELIPE VIEIRA COLARES**, REGISTRO N° 580/2016. No dia 14 de março de 2016, às 16:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 23 de fevereiro de 2016, para julgar o trabalho final intitulado "**Sobre ocultos e indizíveis: idosos (não vistos, mas que tudo veem) e sociabilidades - um estudo na Praça Sete de Belo Horizonte**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 14 de março de 2016.

NOMES

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva.....  
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Borges de Moraes.....  
(NPGAU/UFMG)

Prof. Dr. Denis Alves Perdigão .....  
(DEPADMGV/UFJF)

ASSINATURAS

No escuro não dá para conferir: é preciso acreditar no que dizem. “Pode ir tranquilo... Não tem ninguém ali” (DRUMOND, 2014, p. 17).

## AGRADECIMENTOS

E não haverá indivíduo que sozinho chegue a lugar nenhum... Mas também não haverá conquistas ou vitórias se o meio lhe impulsiona e ele pouco faz. Agradeço, portanto, a todos e todas que me fizeram entrar neste mestrado, nele permanecer e aqui terminá-lo.

E para chegar ao mestrado e conseguir a realização deste trabalho, agradeço:

A Deus, pela vida.

Ao tempo, nada melhor do que ele para trazer o que necessitamos (e nos é bom) e deixar para trás o que nos é maléfico (e, às vezes, pesado).

Aos meus pais, que pelo incentivo ou pela discordância aos meus planos souberam ser mola propulsora para que eu corresse atrás do que sempre quis: SER FELIZ (e o mestrado fora uma das melhores escolhas para alcançá-la).

Ao meu grande amigo Gabriel. Não há muito o que falar, mas muito a agradecer a quem me incentivou antes e durante todo o mestrado mesmo sabendo que isso poderia significar nosso distanciamento.

Aos meus quatro grandes amigos David, Jéssica, Tito e Alex. Se tudo na vida tem um motivo, o mestrado era o motivo para eu conhecer vocês. Não haveria outro momento na vida para conhecer e construir amigos como vocês. O mestrado só teve graça por conta suas. Ele acabou, nossa amizade não.

Aos amigos e hoje também colegas de profissão, Amon Barros, Elaine Barbosa, Felipe Froes, Geraldo Alemandro e Roney Versiani por todo apoio, discussões e construções teóricas durante todo este processo.

Ao meu (des)orientador Luiz Alex, que apostou parte de suas fichas em mim. E nesse pouco mais de um ano e meio soube ser pesquisador, professor, orientador, colega e amigo. O meu muito obrigado por todas as experiências proporcionadas, ao aprendizado apreendido e à amizade conquistada. És um grande exemplo para mim e espero ainda poder retribuir a tudo que me proporcionara durante este tempo – é preciso valorizar e reconhecer nossos mestres.

Aos meus familiares, que aos poucos tiveram de aprender a conviver com os meus voos, com a distância e com a saudade. Voar foi minha escolha, mas nunca foi fácil e sei que assim mesmo continuaram vibrando com minhas vitórias e concertando minhas asas para que eu não parasse de voar.

Aos idosos sujeitos desta pesquisa. Entre minutos de conversa e prosa, uma certeza: o aprendizado e o desenvolvimento pessoal.

Aos meus colegas e alunos da UFOP, prova maior de que (também) aprendemos ensinando. Está sendo uma experiência incrível.

Aos professores do CEPEAD, em específico ao Carrieri, à Deise e à Kely, acredito cada vez mais que é possível ser bom professor e ter boa relação com os alunos.

Ao pessoal do CEPEAD por estarem sempre à disposição para me atenderem, à Vera, à Ana Paula, à Érica, à Mara, obrigado!

A todas as dificuldades que passei, nem sempre escolhas minhas, mas que soube superar, aprender e viver de cabeça erguida e correndo atrás dos meus sonhos. Durante muito tempo vivi sem pódio de chegada ou beijo de namorada.

Não cessa aqui minha caminhada, continuarei caminhando, sem pressa, sem atropelos...

## RESUMO

O ser idoso é diferente do ser velho. Ser idoso é uma condição humana que, com o passar do tempo, traz consigo o enfraquecer do corpo, a limitação de sentidos e uma necessidade maior de descanso do que de atividade. O ser velho é uma condição imposta pelo capital, pelo mercado de trabalho que, vendo em uma pessoa esgotada suas possibilidades de força de trabalho, joga-a para fora do mercado sob o rótulo de ‘velho’. Embasado nos argumentos de ultrapassado, não atualizado, limitado fisicamente e cansado, o capital o deprecia ao ponto de tirar do idoso a condição humana e julgá-lo sob uma condição de objeto, substituível e depreciável. Em meio à cidade de Belo Horizonte, opto aqui por estudar o espaço do entorno do Obelisco, denominado de Praça Sete. Considerada anteriormente o marco zero do centro da cidade, este espaço traz consigo um peso de importância histórica e social muito grande. Este trabalho visa, então, analisar e discutir as formas de sociabilidade de idosos na Praça Sete e as representações sociais dessa praça enquanto espaço citadino virtualizado criado por meio de discursos e vivências do grupo de idosos frequentadores da Praça. Considerando-se que é por meio do discurso que a prática se constitui, é preciso analisar a construção discursiva da Praça Sete feita por estes grupos. Afinal, é por meio dos discursos que diversas representações são elaboradas e tais representações acabam por interferir nas ações dos sujeitos. Entendo, então, que a Praça Sete é representada para além do obelisco e da sua simbologia histórica, daí apropriações tão diferenciadas. Nesse sentido, busco questionar ‘quais as formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentar a Praça Sete?’, e é por meio do objetivo geral de ‘identificar e analisar as formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentar a Praça Sete’ que este trabalho se norteará. Sobre as técnicas de coleta de dados, por este trabalho centrar-se em captar as representações sociais sobre a cidade, precisei então observar e ouvir os entrevistados de forma a captar destes os discursos e imagens que constituem a representação da cidade para eles. Optei então por três técnicas: observação participante, entrevista semiestruturada e a foto-elicitación. Na análise dos dados, em virtude de optar pela vertente francesa da análise do discurso, busco neste trabalho ultrapassar a esfera interna puramente textual do discurso, aprofundando no conhecimento contextual e discutindo as estruturas comunicativas ou interacionais dos discursos em um quadro mais amplo de relações, processos e circunstâncias sociais e políticas. O que se conclui é que, experiência dos idosos na Praça Sete apenas reforça a diferença do olhar atento deste grupo às questões que lhes rodeiam – diferentemente dos demais indivíduos que corriqueiramente ali passam e são tomados por uma capa de opacidade. Ao idoso, o invisível lhes salta aos olhos. Essa vivência dos idosos e a própria busca por sociabilidades e manutenção de relações e dinâmicas na Praça Sete já se faz um trabalho inesgotável, fonte diversa e ampla para se pensar a construção psicológica e social das necessidades básicas de um indivíduo. As reflexões não se limitaram apenas a apontar as dificuldades vividas pelos idosos, contudo repensar as relações do idoso com ele próprio (corpo e mente), com seu entorno social, com as estruturas e equipamentos disponíveis para estes e os próprios estímulos à vida. O idoso é muito mais do que apenas um sujeito com idade avançada: ele apresenta-se como um corpo de conhecimento e sabedoria, porém de voz baixa em meio à multidão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Representações Sociais. Sociabilidades. Praça Sete. Idosos.



## ABSTRACT

The elderly being is different from being elder. Being elderly is a human condition that, with the passage of time brings with it the weakening of the body, limiting senses and a greater need of rest than activity. The elder self is the capital condition imposed by the labor market, looking at a person exhausted their workforce opportunities, throw it out of the market under the label of "old." Based upon the arguments of outdated, not current, limited physically and tired, capital depreciates the point of taking the old human condition and judge it in an object condition, replaceable and contemptible. In the city of Belo Horizonte, choice here to study the space surrounding the Obelisk, called Seven Square. previously considered the ground zero of the city center, this space brings with it a weight of very great historical and social importance. This work aims to then analyze and discuss the forms of sociability of the elderly in Seven Square and social representations of this square as an area city virtualised created through speeches and experiences of the group of elderly regulars Square. Considering that it is through speech that the practice is, we need to analyze the discursive construction of Seven Square made by these groups. After all, it is through the discourses that various representations are prepared and such representations end up interfering with the actions of the subjects. I understand then that the Seven Square is represented beyond the obelisk and its historical symbolism, hence appropriations so different. In this sense, I seek to question "what forms of sociability established by the elderly to attend Seven Square?", And it is through the general purpose of "identifying and analyzing the forms of sociability established by the elderly to attend Seven Square" this work You will be guided. About the data collection techniques, this work focus on capturing the social representations of the city, I had to then watch and listen to the respondents in order to capture these discourses and images that make up the city of representation for them. So I opted for three techniques: participant observation, semi-structured interview and photo-elicitation. In the data analysis, due to opt for the French discourse analysis, we seek in this work beyond the purely textual inner sphere of discourse, deepening the contextual knowledge and discussing the communication or interactional structures of discourse in a broader framework of relations, processes and social and political circumstances. What can be concluded is that the elderly experience in Seven Square just reinforces the difference the watchful eye of this group to the issues that surround them - unlike other people who routinely go there and are taken by an opaque cover. The elderly, the invisible them obvious. This experience of the elderly and the very search for sociability and maintaining relationships and dynamics in Seven Square already is an endless work, diverse and ample supply to think about the psychological and social construction of the basic needs of an individual. The reflections were not limited only to point out the difficulties experienced by the elderly, however rethink the old relations with himself (body and mind) with their social environment, with the structures and equipment available to them and own stimuli to life. The elderly are much more than just a guy with age: it presents itself as a body of knowledge and wisdom, but in a low voice in the crowd.

**KEYWORDS:** City. Social Representations. Sociability. Seven Square. Senior Citizens.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização da Praça Sete .....	72
Figura 2: Praça Sete de Setembro, nas primeiras décadas do século XX .....	76
Figura 3: Praça Sete de Setembro sem o monumento obelisco .....	77
Figura 4: O Obelisco na Praça Diogo de Vasconcelos (Savassi) .....	78
Figura 5: Mapa da Praça Central.....	83
Figura 6: Processos e Estados das Representações Sociais .....	122
Figura 7: Mapa do entorno da Praça Sete .....	136

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Territórios e suas configurações.....	60
---	----

## SUMÁRIO

PREÂMBULO .....	14
INTRODUÇÃO .....	23
Delimitação do problema e relevância de pesquisa.....	23
Objetivos .....	28
Organização da dissertação .....	31
A DISCUSSÃO SOBRE CIDADES .....	34
A cidade: conversas com outras áreas do conhecimento.....	34
Os Estudos Organizacionais e as práticas organizativas na cidade .....	43
A cidade, os espaços e os lugares .....	50
Sobre cidades e regiões centrais: o que dizem os estudos?.....	61
A PRAÇA SETE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CENTRO DA TRAMA .....	65
A Teoria das Representações Sociais .....	65
A realidade subjetivada e a construção social dos sujeitos .....	78
A versão oficial: a Praça Sete segundo o poder público.....	87
Sobre ocultos e indizíveis: a Praça Sete representada pelos idosos .....	92
SOBRE A PESQUISA .....	97
Da Posição Epistemológica.....	97
Das escolhas metodológicas.....	99
A aproximação e a escolha dos sujeitos a serem entrevistados .....	110
A aproximação, o estranhamento e a recusa.....	113
SOBRE SER IDOSO .....	117
Aceitação pessoal (e as mudanças psicológicas).....	120
Autonomia (e as mudanças físicas).....	130
Propósito de vida (e as mudanças sociais) .....	135
FUGINDO DE SER IDOSO: FORMAS DE SOCIABILIDADE .....	141
Bater Ponto na Praça Sete .....	147
Ser bancário na Praça Sete .....	149
A dama (sem damas) .....	151
Fazer biscoito na Praça Sete .....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	157
REFERÊNCIAS .....	164
APÊNDICES.....	175
ANEXOS.....	177

Deitado, olhando a lata ao lado, imaginava as pessoas “indo” uma após uma, e o mundo se acabando, um a um. Porém, se o mundo existisse aos milhares, cada um para uma pessoa, já não poderia ser o mundo igual ao olhar de todos, como o era minutos antes. Ainda que existissem incontáveis mundos, haveria de ser cada um diferente do outro, pois o mundo ou a realidade única não existia, o que existia era o mundo que estava dentro da cabeça de cada um! Na cabeça de cada pessoa caberiam todos os planetas, todas as estrelas, todos os sóis, todo o universo, o espaço, os bichos, as pipas, os medos, as alegrias, as tristezas e tudo o mais que ela pudesse ver, e conhecer, sentir... Caberia “o inimaginável e o impensável”. Bacana! (SILVEIRA, 2013, p. 654).

## PREÂMBULO

### **De onde venho e o porquê das minhas escolhas**

A escolha de uma temática e um objeto de estudo para uma dissertação acaba perpassando por nossa história de vida. Não há como dissociar pesquisador e pesquisa e, portanto, as escolhas realizadas ao longo deste trabalho em muito tem a ver com minha concepção de mundo e com o meu percurso de vida. Esta breve história que aqui contarei é um pouco da minha história de vida, que acaba por explicar ‘os porquês’ das minhas escolhas e posicionamentos.

Quando entrei no mestrado tinha proposto pesquisar a Assembleia Popular Horizontal (APH) focando questões de poder e hegemonia em organizações populares. Lembro-me que mudei para Belo Horizonte em uma sexta, e ao domingo eu já participava de reuniões da APH-BH. Normalmente, ocorriam aos domingos e sob o Viaduto Santa Tereza. Era um movimento interessantíssimo, mas aos poucos fui vendo que não era uma discussão com a qual eu levaria afincado ou me sentiria entusiasmado.

Em conversas com meu orientador, este me aconselhou: ‘perca-se na cidade’, ‘solte-se e vá conhecer um pouco melhor Belo Horizonte’. E assim procurei fazer. De certa forma, reconheço minhas limitações quanto ao perder-me apenas na região central e na Savassi, mas tais limitações vinham de uma construção de representações sociais de Belo Horizonte que me antecedia.

Nascido em Montes Claros, um pedaço do sertão no norte de Minas Gerais, aos seis anos de idade pude conhecer Belo Horizonte. Lembro-me que antes de chegar à cidade, ansioso pela demora que era a viagem, meus pais resumiam como era Belo Horizonte: uma grande cidade, a capital de Minas Gerais, muito diferente de Montes Claros, cheia de prédios e shoppings, mas que devia ser vivida com muito cuidado.

Até os doze anos, quase que anualmente, eu visitava Belo Horizonte. Normalmente, eu ficava cerca de quinze dias na casa dos meus padrinhos passando férias. Em um apartamento na Prudente de Moraes, no bairro Cidade Jardim, ‘minha’ Belo Horizonte limitava-se a uma vista do décimo segundo andar onde, ao redor, podia ver imensos prédios e uma avenida muito

movimentada. A Prudente de Moraes era meu mundo, as galerias que ali perto tinham o McDonalds com playground e a pracinha com os porquinhos de cimento. Por vezes, íamos ao Diamond Mall, um shopping enorme, se comparado aos de Montes Claros.

A partir dos doze anos, com a mudança de minha tia para Belo Horizonte, ocupando o mesmo apartamento que anteriormente fora ocupado por meus padrinhos, pude começar a viver uma outra Belo Horizonte. Além do Diamond Mall, pude conhecer o Minas Shopping, o BH Shopping, o Shopping 5ª Avenida e o Shopping Cidade. A Savassi começou a ser um lugar frequentado por nós todas as vezes que ela queria fazer compras. A ‘minha’ Belo Horizonte ganhou uma nova extensão, extrapolava a Prudente de Moraes mais ainda se limitava a um roteiro de centros comerciais.

Aos meus quinze anos minha tia se mudou do bairro Cidade Jardim para o Caiçara, era uma forma de ficar mais próxima do trabalho e fugir do trânsito infernal de Belo Horizonte, como assim dizia. Lembro-me que do alto do quarto andar podia ver uma pracinha que tinha no bairro e minha avó sempre dizia “lugar perigoso, cheio de ‘muleque’ mexendo com drogas, gente que não quer nada da vida”.

O engraçado é que ela pouco frequentava a praça, tal representação daquele espaço se dava pelas conversas trocadas entre ela e as vizinhas, um pouco do que ela via pela janela e imaginava. A imagem de uma Belo Horizonte perigosa começara a ser forjada e os passeios, que antes se limitavam a Savassi, BH Shopping e Diamond Mall, agora se centravam no Centro, Shopping Del Rey e Shopping Cidade. A “minha” Belo Horizonte se modificava, novamente.

Agora, aos meus vinte e um anos, pude vir morar nessa cidade e uma quinta “minha” Belo Horizonte foi sendo elaborada. Em um primeiro momento a escolha de meus passos pela cidade e de lugares que frequentaria foram sendo feitos a partir da sobreposição e complementariedade de cada uma das quatro representações elaboradas anteriormente. Fora impossível ‘zerar’ toda e qualquer memória e representação já constituída.

No entanto, a ideia de poder viver a cidade possibilitou, também, me permitir a desconstrução de certas representações e reelaboração de outras. Aos poucos, a Savassi deixou de ser um

lugar tão lindo, tornou-se um espaço meio vazio de sentidos – muito ‘vendido’, pouco vivido. O Centro, antes muito perigoso, agora toma formas de um lugar de grandes relações e fluxos – ainda que centro comercial tenha sido apropriado por diversos grupos. E perdendo-me no centro, encontrei a Praça Sete, interessante por sua história, por seu composto arquitetônico e pelos fluxos e dinâmicas ali desenvolvidas pelos sujeitos.

Em meio a todas essas vivências, aos poucos, pude ver que minhas representações sobre Belo Horizonte que antes tinham como base central os shoppings e os espaços de consumo burgueses, como a Savassi, respaldavam a ideia de cidade perfeita, de cidade segura, que tanto me aconchegava. Hoje, com uma vivência maior, tendo conhecido novos espaços e passado por novas situações, tal representação de cidade perfeita e segura deu espaço à representação de uma cidade grande brasileira com seus problemas socioespaciais.

A ‘minha’ Belo Horizonte nunca foi minha, sempre fora forjada a partir de representações anteriores a mim e que eram compartilhadas por meus parentes e conhecidos. Tais representações influenciaram e ainda influenciam as formas como vivo e como me aproprio da cidade. É a partir dessa lógica que entendo que, apesar de se tratar de uma mesma cidade, os sujeitos tendem a elaborar representações diferentes devido às experiências vividas e situações passadas.

Entendo assim que, de certa forma, as possibilidades que a área de estudos organizacionais me permite, por meio da interdisciplinaridade, me trouxeram à discussão de cidade. Enquanto que a escolha por trabalhar representações sociais na cidade advém da minha crença que as diversas realidades são construídas a partir da vivência dos sujeitos e de concepções de mundo de seu grupo social perpassam por essa experiência que tive com Belo Horizonte.

Lembro que a adoção da perspectiva epistemológica interpretativista traz a este trabalho a ideia de realidade que aos poucos fui vivenciando: cada sujeito tende a conceber o mundo de uma forma diferente, mas não o faz isoladamente, tem interferência direta de suas relações sociais e do contexto no qual está circunscrito. Daí a necessidade de se compreender o mundo não apenas a partir de histórias ou versões ditas oficiais mas de diversos sujeitos, pois não há uma versão mais verdadeira que a outra, o que muda é quem concebe este real.



Uma vez entendidas as diversas ‘Belo Horizonte’ que emergiram ao longo da minha constituição enquanto sujeito, acabei sendo surpreendido pelo livro “Praça Sete” da coletânea “BH. A cidade de cada um”. Durante o mês de janeiro deste ano, ao entrar em contato e poder me deliciar na leitura desta obra, pude encontrar um autor, Santos (2008), que compartilha comigo da ideia de descobrir novas histórias e novas versões dos fatos sobre a Praça Sete.

Tal coletânea junta uma série de narrativas e situações sobre a Praça Sete. No entanto, não são situações relatadas pelo poder público, mídia ou meios de comunicação oficial, são situações vividas por pessoas comuns, fatos corriqueiros e cotidianos. Ou seja, as versões hegemônicas da história, as versões da mídia e do poder público foram deixadas de lado nesta obra, para que o homem comum, assim como o próprio autor, pudesse ser ouvido e poder contribuir com a formação das representações da Praça Sete.

Essa mesma coletânea e o meu contato com a Praça Sete me possibilitaram alguns questionamentos interessantes: se alguns autores trazem o centro como um lugar esvaziado, tomado por violência e insegurança, o que fazem os idosos irem para a região central de Belo Horizonte? Seria a busca por viver um tempo passado – ativado por lapsos de memória? Seria uma necessidade de sair de casa, manter-se ativo e o centro apenas uma escolha aleatória? E que espaço central é esse que, aparentemente, não fora concebido pensando nesse tipo de público? A questão do idoso na Praça Sete vai além da mera aparência do jogar dama.

### **Ser Idoso no Brasil**

Por que temos que lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. O que foi não é uma coisa revista por nosso olhar, nem é uma ideia inspecionada por nosso espírito – é alargamento das fronteiras do presente, lembrança de promessas não cumpridas (BOSI, 1979, p. 18).

Essas são reflexões iniciais que me levaram a pensar no idoso como sujeito de pesquisa. O que inicialmente era uma proposta de múltiplos sujeitos, logo, converteu-se em poder trabalhar as representações dos idosos sobre a Praça Sete, pois, se poucos se atrevem a ter o centro como local de lazer e os idosos o fazem é porque existe um motivo. De início, muito

pensei nas representações e nas ligações com memória, a apropriação presente faz-se com base na realidade passada: uma outra Praça, um outro tempo.

Aos poucos, com a imersão no campo, pude conhecer um pouco melhor a rotina dos idosos na Praça Sete. Abro aspas aqui agora para trazer outro momento de minha vida onde tive um maior contato com os idosos. O meu primeiro estágio na graduação foi no Centro de Referência e Assistência à Saúde do Idoso (CRASI), em Montes Claros. Ainda que meu estágio fosse no setor de faturamento, minha posição (administrativa e geográfica) dentro do Centro era favorecida.

Minha salinha ficava ao final do encontro de dois corredores de consultórios médicos, logo, não havia idoso a ser consultado que não cruzasse as minhas vistas. Sem contar os dias que, por obrigação de estagiário faz tudo, tive de ir para a recepção. Era outro momento de contato com os idosos.

À época, muito já refletia sobre vida e morte, idoso e jovem. Era triste a situação de muitos idosos que ali chegavam. Enquanto uns vinham lúcidos e tranquilos, normalmente de famílias mais abastardas, outros vinham caquéticos, com limitações diversas; auditivas, de locomoção e até mesmo visuais. Como diz Bosi (1979, p. 18) em seu livro, e anteriormente já apontado, “mas, se os velhos são os guardiões do passado, por que nós é que temos de lutar por eles? Porque foram desarmados”.

O que se entende é que o tempo nem sempre lhes foi um bom companheiro, por vezes, os familiares também não. Em alguns casos, pude ver anamneses que passavam por minhas mãos contemplar maus-tratos familiares, vi idosos chegarem cheios de hematomas e manchas roxas e na surdina, junto ao médico, assumirem “meu filho(a) me bate, não tem paciência comigo”.

O passar dos anos e o aparecer das doenças, das limitações, acaba por colocar o idoso em posição diferenciada perante seus filhos e parentes. A condição de limitado e dependente desempodera quem a pouco tempo apresentava-se empoderado socialmente, financeiramente e familiarmente. E o número de idosos no Brasil torna-se crescente e nos alerta para outras questões: “traz a consciência da existência da velhice como uma questão social. Questão esta que pede grande atenção, pois está diretamente relacionada com crise de identidade; mudança

de papéis; aposentadoria; perdas diversas e diminuição dos contatos sociais” (MENDES, et al, 2005, p. 423).

O ser idoso é diferente do ser velho. Ser idoso é uma condição humana que, com o passar do tempo, traz consigo o enfraquecer do corpo, a limitação de sentidos e uma necessidade maior de descanso do que de atividade. O ser velho é uma condição imposta pelo capital, pelo mercado de trabalho que, vendo em uma pessoa esgotada suas possibilidades de força de trabalho, joga-a para fora do mercado sob o rótulo de ‘velho’. Embasado nos argumentos de ultrapassado, não atualizado, limitado fisicamente e cansado, o capital o deprecia ao ponto de tirar do idoso a condição humana e julgá-lo sob uma condição de objeto, substituível e depreciável.

A construção social do idoso é diferente da do velho. E, portanto, como apontando por Silva (2008) no trecho abaixo, nem sempre tais representações fazem-se válidas ao velho que, com aposentadoria baixa, pouco valorizada pela sociedade e pela família, vê-se esvaziar parte de seus sentidos da vida.

Além das tradicionais representações que atrelam os momentos mais tardios da vida ao descanso, à quietude e à inatividade, surgem hábitos, imagens e práticas que associam o processo de envelhecimento a atividade, aprendizagem, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos amorosos e afetivos inéditos (SILVA, 2008, p. 156).

Logo, a proposta desta dissertação é maior do que apenas entender o que os idosos fazem na Praça Sete, como a representam ou como dela se apropriam. Nesta dissertação quero levantar a questão do idoso, da sua precariedade social, da aposentadoria como morte proposta pelo capital, a sua marginalização pelos familiares e o desamparo do poder público perante as necessidades de infraestrutura destes.

É preciso começar a enxergar e dar atenção a um dos grupos sociais que tende a crescer socialmente e precisa ser assistido, precisa ter a atenção voltada para eles e suas necessidades. Afinal, antes de serem idosos, aposentados e improdutivos (perante o mercado de trabalho) eles também são humanos. É preciso compreendê-los e entender suas necessidades nos diversos âmbitos e contextos.

Em releituras de Bergson por Bosi, esta aponta, “o sentimento difuso da própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito” (BOSI, 1979, p. 6). Logo, há uma necessidade de compreensão não apenas do ser idoso, mas é preciso compreender o ser idoso no Brasil e, em específico neste trabalho, em Belo Horizonte – na Praça Sete. É ainda apontado Bosi (1979, p. 6):

Nem sempre, contudo, as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo, as suas ações. [...] Quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro permanece nele, “parando”, ou “durando”, teríamos, não mais o esquema imagem-cérebro-ação, mas o esquema imagem-cérebro-representação. O primeiro esquema é motor. O segundo é perceptivo.

Dessa forma, o presente estudo concentra-se no que seriam os dois esquemas, imagem-cérebro-ação (traduzindo, sociabilidades) e no esquema imagem-cérebro-representação (traduzindo, as representações sociais). É preciso entender as representações sociais dos idosos sobre o centro e a Praça Sete para se entender o porquê de ali serem desenvolvidas sociabilidades e a consequente apropriação (territorialidade) da Praça Sete e a reconstrução destas representações com base nesses processos apropriativos.

### **Ser acadêmico e o querer fazer pesquisa**

A objetividade dita pura é uma ficção; o fator subjetivo é introduzido no conhecimento histórico pelo próprio fato da existência do sujeito que conhece. Em contrapartida, há duas subjetividades: a “boa”, ou seja aquela que provém da essência do conhecimento como relação subjetivo-objetiva e do papel ativo do sujeito no processo cognitivo; a “má”, ou seja a subjetividade que deforma o conhecimento por causa de fatores tais como o interesse, a parcialidade, etc. A “objetividade”, é a distância entre a boa e a má subjetividade, e não a eliminação total da subjetividade (SCHAFF, 1983, p. 282).

Hoje eu me pergunto quais eram meus planos há cerca de dois anos: entrar em um bom mestrado e poder fazer pesquisa de forma independente, “livre” e sem amarras institucionais – as quais me fizeram pesquisar economia durante a graduação, quando na verdade gostaria de ter trilhado outros caminhos. Fico muito feliz pela experiência que meu orientador me oportunizou, mas aos poucos fui vendo que a academia era mais forte que o meu desejo, mas por que teria de ser assim?

Algumas escolhas foram necessárias: desenvolver um objeto de pesquisa, métodos e técnicas de alcançar este, posicionar-me epistemologicamente. Escolhas que nem sempre puderam caminhar entre diversas epistemologias, mas que, por vezes, era incentivada a ‘pureza epistemológica’. Quem disse que autores de perspectivas epistemológicas diversas não podem conversar sobre um mesmo assunto? Gostaria muito de poder trazer autores que fazem leituras diferenciadas de mundo a conversarem sobre uma mesma temática. Como apontado por Saraiva (2014, p. 1):

Temos observado preocupados, com um sentimento entre a estupefação e o horror explícito, perniciosas indicações de que há um jeito “certo” de pensar na nossa academia, associado às ideias de ordenamento, progresso, resultados positivos, enfim, que tratam o social como uma engrenagem perfeitamente ajustada e amplamente submetida à égide econômica. Tal posição, abertamente comprometida com uma forma única de pensar, “mais correta” do que as demais, tem se tornado mais comum, perigosamente “normal”, e “esperada”, para o que precisamos ficar atentos e resistir. Falamos aqui de algo visceralmente necessário na universidade: a pluralidade. Observamos espaços cada vez menos abertos ao debate, espaços em que a quantificação se sobrepõe ao argumento, as métricas à argumentação, a repetição à inovação, enfim.

E é com base em argumentos parecidos que Drumond (2014) reitera que tais concepções de “ciência”, criados por poucos, têm sido tomadas sem críticas e como verdades absolutas, sendo uma configuração que não necessariamente interessa a todos; por vezes, a poucos. Talvez, uma forma de dominação acadêmica, de doutrinação de orientadores a orientandos, de demarcação de poder entre professores de linhas diferentes, mas e a ciência onde fica?

Esse comportamento de pesquisa, teoricamente, visa à eliminação de impurezas epistemológicas, tentando alinhar todo o texto com base em uma única orientação, mas é como se trouxesse consigo a ideia de que, apenas aqueles que defendem a mesma epistemologia, tivessem qualidade para serem citados e apresentados durante a discussão. Pois, como apresentado por Saraiva (2009, p. 81), se a realidade é polissêmica e olhares plurais existem, pode-se encarar a realidade a partir de contribuições teóricas de correntes epistemológicas diversas – agregando a discussão ao invés de limitá-la. Se buscamos um modo diferente de se fazer ciência, de se fazer pesquisa, mas ainda nos apegamos às amarras estruturalistas da academia (até mesmo daqueles que se propõe não ser estruturalistas), em nada de inovador estamos sendo. E muito menos independentes.

Ora, “se a objetividade do conhecimento devesse significar a exclusão de todas as propriedades individuais da personalidade humana” (SCHAFF, 1983, p. 284), adianto já neste breve capítulo que não verás aqui uma pesquisa objetiva – esta pesquisa está recheada de subjetividade – e não em relação aos dados ou interpretação destes, mas em relação ao trabalho como um todo, sua organização e o modo como foi desenvolvido. Sou eu André Felipe, sou eu mestrando em estudos organizacionais, sou eu futuro idoso, sou eu que aqui escrevo.

## INTRODUÇÃO

### **Delimitação do problema e relevância de pesquisa**

Nesta breve introdução busco apresentar como delimito meu problema de pesquisa, quais arranjos teóricos respaldam tal problemática em nossa área – Estudos Organizacionais – além de apresentar os objetivos geral e específicos desta pesquisa. Ao final, busco justificar o porquê desta pesquisa (temáticas e sujeitos) e como este trabalho está organizado visando melhor compreensão e fluidez.

A área de Estudos Organizacionais no Brasil, como apontado por Faria (2014), apresenta suas primeiras publicações por volta de década de 1950 apresentando no país duas linhas distintas de pesquisa: (i) focada no *management* e no *business*; (ii) focada nas “ciências humanas e sociais”. Caracterizada pela interdisciplinaridade, a área tende a conversar teoricamente com a Psicologia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Ciência Política, entre outras que possam agregar um conhecimento mais amplo sobre as diversas formas de organização, empresarial ou não (FARIA, 2014; THIOLENT, 2014).

A partir disto, já me posiciono como pertencente aos Estudos Organizacionais – ainda que seja mestrando de um programa de Administração. Em específico, venho desenvolver este trabalho com base na segunda linha de pesquisa dentro dos Estudos Organizacionais. E em complementação aos propósitos dos Estudos Organizacionais, Rodrigues e Carrieri (2000, p. 23) apontam que:

A identificação de estudos organizacionais através do termo conversações induz ideias de troca, participação, pluralismo e, portanto, carrega um significado de inclusão. Ela admite a interpretação de que a inclusão de novas perspectivas e participantes pode resultar num melhor entendimento acerca de organizações e suas particularidades locais.

Em meio às conversações teóricas que os estudos organizacionais realizam, a cidade desponta enquanto objeto de pesquisa por ser no interior desta que se estabelecem as mais diversas práticas organizativas dos sujeitos. É pensando que dentro da cidade se enxerga formas de controle, de coordenação, processos de significação e recuperação e as mais diversas formas de organização social. Tais práticas acabam por tornar a cidade um espaço rico para se estudar organizações das mais diversas.

E como apontado por Thiollent (2014, p. 3), os Estudos Organizacionais buscam “no significado dos fatos e comportamentos que acontecem no âmbito das práticas organizativas” formas de se entender os processos sociais. Logo, a cidade já não pode ser vista de forma única, ela deve ser vista e interpretada como representada de diversas formas e constituída e territorializada pelos sujeitos que ali vivem. São estabelecidas, paralelamente, diversas formas de se ver a cidade, ainda que falemos de mesmo espaço. É a partir desta perspectiva que os estudos organizacionais discutem a cidade e seus espaços, sob uma nova ótica: adentrando em suas particularidades em busca de entender as diversas representações a partir de um mesmo objeto de pesquisa.

O presente trabalho justifica-se por dois âmbitos: o acadêmico e o social. O acadêmico reforça-se na necessidade de se adentrar à discussão da cidade sob a ótica dos Estudos Organizacionais – ajudando a reafirmar tal objeto como próprio da área; tornando-se necessário discutir sobre a vida organizada na cidade e as formas de se organizar inseridos à esta. O social sob a necessidade de se olhar para o idoso, proporcionando um momento para se pensar e refletir sobre sua posição social, sua condição humana e a atenção que a este deve ser dispendida.

Ao chegar a Belo Horizonte pude, como relatado no preâmbulo, me lançar em novas aventuras por esta cidade. Sendo um estrangeiro aqui, um dos primeiros lugares que me vieram à cabeça foi o centro da cidade. Visitei-o por diversas vezes. Acabei por encontrar na Praça Sete diversas questões que não eram fáceis de serem respondidas e que muitas eu ainda não encontrei resposta. Por que esta região concentra tamanho fluxo de pessoas? Por que existem tantos vendedores ambulantes neste local e não tantos em outros? Quantos idosos aqui jogam dama e o porquê de instalarem tabuleiros de dama nesta praça? Por que o Quarteirão do *Soul* tem um de seus encontros nesta praça?

As questões foram muitas e aos poucos comecei a me indagar que tais fluxos e dinâmicas tem um porquê de ocorrerem ali e, portanto, seria necessário antes de tudo entender quais as representações sociais daquele espaço, daquela Praça, daqueles quarteirões fechados para estes grupos buscarem exatamente este espaço e não outros. Era preciso também entender o como se dava a apropriação daquele espaço para entender a lógica das territorialidades ali



desenvolvidas. Senti ali a necessidade de mergulhar de cabeça em uma agenda de pesquisa que pudesse me trazer algumas respostas.

Em busca de um entendimento maior sobre a cidade, conceitos e discussões emergiram. A organização-cidade, conceito emergente nos estudos organizacionais a partir dos anos 2000, tendo Mac-Allister (2001) como uma das expoentes, reafirma a possibilidade de se estudar a gestão dos aspectos simbólicos na cidade.

Coimbra (2013), ao estudar a apropriação de vias públicas por grupos sociais em Belo Horizonte destacou a importância de estudos que levem em consideração processos de intervenção urbana, territorialidade e apropriação do espaço público enquanto uma possibilidade de se entender as dinâmicas sociais e as práticas organizativas, uma vez que são nesses estudos que as manifestações dos sujeitos e grupos sociais são contempladas.

Em meio a tais discussões, proponho-me neste trabalho a analisar a cidade sob a ótica da teoria das representações sociais de Moscovici, tendo como principais componentes o simbolismo organizacional e os signos compartilhados socialmente. Logo, este trabalho diferencia-se ao buscar entender a apropriação dos espaços públicos centrais, em específico a Praça Sete, através dos conceitos/ações: representações sociais/representar e sociabilidade/sociabilização.

A partir dessas novas possibilidades dentro dos Estudos Organizacionais, nesse momento, áreas como a Administração, com a qual os Estudos Organizacionais dialogam, não pode se fechar apenas ao estudo apenas das organizações empresariais, como manda o *mainstream* funcionalista, mas deve compreender e abarcar a cidade como um objeto a ser estudado, fugindo também, de uma visão gerencialista que predomina na Administração Pública. É preciso cada vez mais trazer novas possibilidades de Estudos Organizacionais para dentro da Administração.

Entre a abordagem da cidade presente na administração, na Administração Pública, e a abordagem emergente em Estudos Organizacionais, observa-se que o nível de profundidade e a perspectiva pela qual se pesquisa cidade nos dois campos diferem entre si. Visando buscar uma alternativa procura-se entender a cidade não mais como única, coesa, mas múltipla, cheia

de particularidades e complexa, opto por adentrar em suas particularidades, em suas representações e entender, a partir dos sujeitos como as representações são constituídas e as territorialidades estabelecidas.

Este caminho que percorro vem ao encontro das propostas de pesquisa sobre cidade que emergem na área. Tais pesquisas sobre cidade em Estudos Organizacionais vão direto àqueles que vivem e modificam a cidade: os moradores, os transeuntes, a população em geral. É necessário enfatizar aqui o termo ‘viver’, pois muito difere daqueles que apenas ‘passam’ pela cidade. Simmel (1979) aponta que a dinâmica do capital imposta às cidades, e em particular às metrópoles, torna tudo muito contabilizável, objetivado, racional e, portanto, perde-se o lado emocional, o sentir e viver.

Logo, o ato de andar pela cidade torna-se, para a maioria dos sujeitos, uma atitude *blasé* (e grandes cidades, como Belo Horizonte, se constituem lugar genuíno dessa atitude devido ao ritmo que a sociedade moderna imprime à vida dos sujeitos). É então, por meio daqueles que vivem e sentem a cidade que ela é representada como um espaço de convívio social, de trocas culturais e sociais, manutenção de relações e fluxos e influenciando diretamente o processo da construção da realidade e dos próprios sujeitos.

Entre os diversos conceitos que poderia usar para demarcar uma ‘localidade’, faço aqui a escolha pelo uso do termo ‘espaço’, já quando se falar de apropriação – nestas situações, usarei do território<sup>1</sup>. Em muitos momentos, haverá o termo “espaços citadinos”, a cidade enquanto “espaço de práticas”, o “espaço da Praça Sete”, o “espaço de trocas e fluxos”. Esse posicionamento se dá por meio do que Certeau (1998, p. 202) define enquanto espaço: “em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”.

Em meio à cidade de Belo Horizonte, opto aqui por estudar o espaço do entorno do Obelisco, denominado de Praça Sete. Considerada o marco zero do centro da cidade, este espaço traz consigo um peso de importância histórica e social muito grande. Este trabalho visa, então,

---

<sup>1</sup> Como apontado por Coimbra e Saraiva (2013, p. 39) “O território implica, assim, a delimitação de uma área de influência e de controle particular, comportando, simultaneamente, funções apropriativas e identitárias. Os territórios podem ser delimitados de várias formas, mas tendo sempre em seu plano de fundo aspectos culturais e sociais intrínsecos”.

analisar e discutir as formas de sociabilidade de idosos na Praça Sete e as representações sociais dessa praça enquanto espaço citadino virtualizado criado por meio de discursos e vivências do grupo de idosos frequentadores da Praça.

Inaugurada em sete de setembro de 1924, o obelisco, símbolo da Praça Sete, está localizado entre duas das principais avenidas da cidade: Afonso Pena e Amazonas. Os quarteirões fechados das ruas Rio de Janeiro e dos Carijós completam aquele espaço enquanto um lugar de passagem, de parada e de comércio. E por isso, neste trabalho, faço da concepção de Praça Sete todo esse conjunto maior que envolve o monumento e os quarteirões fechados que o rodeiam.

Em virtude de sua localização e o contingente de transeuntes, parte dos idosos que por ali passa se reúne em torno dos tabuleiros fixos nos quarteirões fechados para se divertirem, usam dos bancos para leitura de jornais, trocam ‘um dedo de prosa’ com amigos e estranhos, comercializam produtos e até mesmo encontram amigos. Logo, é a partir da relação que se estabeleceu entre este grupo e o espaço da Praça Sete que este trabalho se apresenta. É preciso entender as formas de sociabilidade ali desenvolvidas e os consequentes processos de apropriação e representações que levaram a essa apropriação, bem como as representações reelaboradas antes e durante o processo de apropriação.

Foco então nos processos de sociabilidade ali estabelecidos, e na dialética de apropriação e representação dos espaços citadinos, consequentemente estabelecidos pelo uso contínuo da praça pelos idosos. Relembro aqui uma discussão desenvolvida por Lefebvre (2008) sobre a dialética da tríade: espaço, tempo e sociedade, neste caso adaptada ao espaço, à memória e aos idosos, que acabam se tornando a base das apropriações e da concepção daquele espaço público e a constituição de sua espacialidade. Logo, se os sujeitos constituem e ressignificam o espaço, seus modos de apropriação, uso e referenciamento daquele espaço são diferentes.

Dessa forma, é sob a ótica interpretacionista, com base no construtivismo social de Berger e Luckmann (2011) e no interacionismo simbólico, que o conceito cidade passa a ser trabalhado nesta pesquisa. Então, parto do pressuposto de que a Praça Sete é vista, vivida e representada por diversos sujeitos idosos, de formas diferentes; e neste trabalho busco observar os sujeitos,

tentando entender o movimento social, histórico e identitário (de forma mais periférica) que ali se desenvolveu e a consequente apropriação do espaço.

Considerando-se que é por meio do discurso que a prática se constitui, é preciso analisar a construção discursiva da Praça Sete feita por estes grupos. Afinal, é por meio dos discursos que diversas representações são elaboradas e tais representações acabam por interferir nas ações dos sujeitos. Entendo, então, que a Praça Sete é representada para além do obelisco e da sua simbologia histórica, daí apropriações tão diferenciadas.

## **Objetivos**

Nesse sentido, busco questionar “quais as representações e formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentar a Praça Sete?”. Portanto, é por meio do objetivo geral de “identificar e analisar as representações e formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentar a Praça Sete” que este trabalho se norteará.

Dessa forma, parto do pressuposto que é possível encontrar neste grupo pesquisado a preponderância do uso dos espaços baseado no espírito subjetivo em relação ao objetivo. No entanto, não se pode eliminar que ocorre a objetificação desse espaço pelos demais cidadãos e pessoas que por ele passam, inclusive sua constituição histórica.

Em busca de alcançar o objetivo geral, proponho os cinco objetivos específicos abaixo que nortearão e facilitarão na consecução desta pesquisa.

- identificar e analisar os usos da Praça Sete por parte do grupo de idosos que a frequentam;
- analisar de que forma a Praça Sete é representada pelo grupo de idosos;
- resgatar e analisar a história oficial da Praça Sete e a forma como o espaço se constituiu em torno do Obelisco;

- analisar as possíveis relações entre memória e história e as representações sociais da Praça Sete.

Esses objetivos específicos buscam trazer um delineamento melhor de como se alcançará o objetivo geral a partir de cinco perspectivas de pesquisa: a sociabilidade na Praça Sete, a análise histórica da Praça Sete; os aspectos simbólicos do monumento obelisco; as formas de territorialidade por parte dos sujeitos e a influência da memória e história nos processos de uso do espaço, construção da sociabilidade e das territorialidades.

Logo, muito mais que buscar estudar a cidade sob a ótica dos idosos, em específico a Praça Sete, este trabalho busca estudar os idosos por eles mesmos. Como apontados por Barreto (2012), diversos são os estudos que buscam apontar o crescimento desta parcela da sociedade no Brasil, mas poucos são os estudos que se focam, verdadeiramente, na realidade social vivida por esse grupo, suas dificuldades e sua relação com a cidade. É preciso ir para além dos números e de análises superficiais sobre este grupo e sua qualidade vida; é preciso ouvi-los e entendê-los; o que poucos estudos e pesquisadores fazem.

Já dentro da discussão sobre cidade, parto então da ideia de que a cidade é mantida por fluxos, dinâmicas, relações de poder e busca de demarcações por parte dos sujeitos, tanto a cidade quanto seus espaços tornam-se objetos de pesquisa dos Estudos Organizacionais, que aqui vêm dialogar com a Psicologia Social por meio da Teoria das Representações Sociais (TRS). A adoção da Teoria das Representações Sociais se dá, como apontado por Figueiredo, Cavedon e Silva (2013, p. 56) devido ter:

se mostrado um paradigma importante para a compreensão do conhecimento humano em relação a uma variedade significativa de fenômenos. A noção, que há mais de trinta anos vem suscitando numerosos trabalhos no campo da psicologia social, tende a ocupar, também, posição central no campo das ciências humanas e sociais [...]. Ao lidar com a cognição social enquanto processo dinâmico e ativo no ambiente, relacionados a fatores individuais e sociais, a psicologia social abre os caminhos da interdisciplinaridade e possibilita um diálogo com outras ciências sociais, em especial a antropologia.

É preciso então repensar os espaços citadinos, pois, cada um deles é tomado por diversas representações, carrega consigo disputas simbólicas e de poder e todos esses fenômenos precisam ser entendidos e analisados para se entender a dinâmica maior das cidades. Dessa forma, para desenvolvimento desta pesquisa busco considerar o Obelisco diferente da Praça Sete. Tal posicionamento se dá pelo fato de que o primeiro é um monumento, um objeto

delimitado e construído de forma concreta, enquanto a Praça Sete faz referência a um espaço virtualizado, que foge ao padrão do conceito de praça e apresenta diferentes interpretações sobre seus limites, de acordo com quem analisa. É uma construção social e simbólica daquele espaço.

Se, ao chegar a Belo Horizonte lancei-me a passeios e a ‘me perder’, ao chegar ao centro da Capital mineira me deparei perdido em meio a todo fluxo que ali encontrei. Mas aos poucos pude perceber que alguns grupos ali se destacavam: os *hippies*, os vendedores ambulantes e os idosos. Os idosos, em específico, muito me chamaram a atenção; eram muitos, e se dividiam em diversas atividades.

Lembro-me que em um dos dias que observava os fluxos me deparei com um idoso catando comida em uma das lixeiras na Praça Sete. Outro dia vi alguns mendigos deitados em um colchão velho em plena praça, dois deles eram um senhor e uma senhora. A presença de idosos com limitações físicas e sem acesso adequado aos espaços da praça também me chamaram atenção. Portanto, acessar a cidade a partir dos idosos faz-se importante de forma que possibilite um maior entendimento sobre o ser idoso, o ser idoso na cidade e o ser em sociedade.

Faço aqui uma breve explanação sobre o ser idoso; um tanto quanto alinhado à posição hegemônica do discurso reverberado na instância social; que está diretamente relacionado a como o capital enxerga o idoso e que, por vezes, se baseia em um diagnóstico da própria medicina. Como demonstra Silva (2008, p. 159) “A geriatria não só distingue a velhice das outras etapas da vida, mas também a define como decadência física”. Tal percepção acaba por ser absorvida pelo mercado, tendo uma leitura do idoso um tanto quanto depreciativa.

No entanto, aqui, busco entender o ser pelo próprio idoso. A proposta é entender o ser por aquele que sente, que vive e que, definitivamente, poderia tentar explicar melhor o que é “ser idoso”. Ainda que tal conceituação do ser e seu consequente entendimento sejam de difícil alcance e definição, já dizia Heidegger (2005, p. 29) “a impossibilidade de se definir o ser não dispensa a questão de seu sentido, ao contrário, justamente por isso a exige”.

Ao pensar nas relações de memória e história com as quais os idosos se envolvem ao frequentar a Praça Sete, assumo aqui também a postura de contestação a uma história dita oficial sobre a Praça que, de certa forma, não passa de uma das diversas formas de se representar tal espaço – portanto, busco apresentar aqui versões trazidas pelos próprios idosos. Para tanto, trago a argumentação de Jodelet (2005, p. 29) que as representações sociais aqui estudadas, tidas como conhecimento de senso comum (e não científico) não devem ser considerados invalidados ou enviesados, pois “trata-se de um conhecimento ‘outro’, diferente da ciência, mas que é adaptado à ação sobre o mundo e mesmo corroborado por ela”.

Dessa forma, este trabalho se justifica pelas diversas aberturas que possibilitam pensar a cidade enquanto um espaço organizacional, de lutas de poder, dominação, constituída de aspectos estruturais e simbólicos. É uma possibilidade de poder trazer o idoso para o espaço acadêmico e dar visibilidade a tal grupo, traz possibilidades de reflexões sobre o idoso na sociedade e na necessidade de assistência e atenção. A ideia de contestação da história oficial torna-se relevante ao ser dado aos sujeitos da pesquisa a possibilidade de dissertarem sobre suas representações e, respectivamente, sobre sua versão de “o que é a Praça Sete” e como se dá a relação deles com a Praça.

### **Organização da dissertação**

Inicialmente gostaria de adiantar que se a proposta deste trabalho é apontar novos caminhos para o ‘fazer ciência’, a organização do mesmo faz-se diferente. A proposta aqui é fazer uma breve introdução sobre o trabalho e em seguida qualificar a discussão sobre cidades na área de Estudos Organizacionais. Em seguida busco apontar os caminhos metodológicos que tracei e, a partir de então, dá-se início a apresentação de teoria e dados, aqui entrelaçados, sobre esta pesquisa que foca sociabilidade de idosos na Praça Sete.

A organização deste trabalho está dividida em cinco seções relacionadas à teoria e aos dados da pesquisa, nos quais busco discutir: i) A discussão sobre cidades; ii) A Praça Sete: As representações sociais do centro da trama; iii) Sobre a pesquisa; iv) Territorialidades na Praça Sete: se apropriando da cidade; v) Sobre ser idoso; vi) Fugindo de ser idoso: formas de sociabilidade e, a última seção, vii) Considerações Finais.

A primeira seção, “A discussão sobre cidades”, traz a discussão do espaço cidade sob a ótica dos Estudos Organizacionais. Em contraposição à uma visão funcionalista muito trabalhada na administração, os Estudos Organizacionais buscam apresentar novas possibilidades de estudo e exploração do objeto cidade a partir de perspectivas mais sociais, antropológicas e humanistas. É em busca da ‘cidade vivida’ que os Estudos Organizacionais contrapõem a ‘cidade mercadoria’ ou ‘cidade empresa’; discussões hegemônicas na administração.

A seção “A Praça Sete: as representações sociais do centro da trama” traz a discussão da principal teoria que aqui me debruço: a Teoria das Representações Sociais (TRS) desenvolvida por Serge Moscovici – atento que busco realizar o percurso de aprofundar na perspectiva dos estudos de Liu (discípulo de Moscovici). Esta seção apresenta também o posicionamento base para a discussão que se segue nos próximos capítulos: a construção social da realidade e a realidade subjetivada – apresentada e desenvolvida por Berger e Luckmann.

A seção deste trabalho “Sobre a Pesquisa” contém um delineamento das perspectivas epistemológicas adotadas aqui, as metodologias escolhidas para consecução da pesquisa, bem como as técnicas de análise e o processo como se dará a construção desta pesquisa. A apresentação do objeto de pesquisa e um pouco da contextualização da pesquisa também fazem-se presente de forma a apontar melhor os caminhos tomados e os porquês destes.

Apresento também os relatos do como aos poucos fui descobrindo o meu objeto de pesquisa e o porquê da escolha de determinados grupos para serem pesquisados. De forma complementar, este final traz um pouco da proposta inicial ao mestrado de “perder-me na cidade”, e assim, encontrar-me enquanto pesquisador e mais ainda, enquanto novo morador e sujeito que busca viver Belo Horizonte para além de uma vivência *blasé*.

A seção “Sobre ser idoso” contempla o início do desenvolvimento teórico sobre o que é ser idoso, trazendo também parte dos dados que vêm embasar as dificuldades encontradas pelos idosos. Busco discutir a fase de transição e afirmação do indivíduo enquanto alguém de mais idade, um idoso e suas consequências em diversos âmbitos, tendo como norte orientador as questões: i) aceitação pessoal; ii) autonomia e; iii) propósito de vida.



Na seção “Fugindo de ser idoso: formas de sociabilidade” busco aprofundar melhor nos dados obtidos em campo. É nesta seção que busco apresentar as formas de sociabilidade e territorialidade que permeiam a presença dos idosos na Praça Sete. Questões como o motivo dos passeios, o trabalho na terceira idade e o jogo se fazem presentes.

Ao final, busco ainda apresentar as considerações finais e o compilado de resultados alcançados com esta pesquisa, o alcance dos objetivos (ou não) e as conseqüentes implicações que o campo e a pesquisa podem trazer às pesquisas em Estudos Organizacionais.

## **A DISCUSSÃO SOBRE CIDADES**

Esta seção traz consigo algo que aos poucos venho compreendendo: os Estudos Organizacionais são maiores que a Administração. Apresento nesta seção, uma perspectiva diferenciada dos Estudos Organizacionais de se trabalhar com a cidade que aos poucos vem sendo explorada dentro da Administração. Mas muito ainda precisa ser feito para se firmar em uma área que se apresenta histórica e preponderantemente funcionalista e positivista.

Em um segundo momento, venho apresentar como tem se desenvolvido as discussões teóricas sobre cidade dentro dos Estudos Organizacionais, como ela é entendida neste trabalho e quais as bases de sua interpretação para melhor entender as dinâmicas de sociabilidade empreendidas pelos próprios idosos. Adentro ainda à questão de um espaço específico dentro da cidade: as regiões centrais – afinal é onde os sujeitos desta pesquisa se organizam.

### **A cidade: conversas com outras áreas do conhecimento**

[...] gostaria de citar o que costumava dizer o professor Tragtenberg, lembrado pela professora Maria Ester de Freitas, numa de suas aulas: “para cavar fundo, é necessário cavar no mesmo lugar”. Produzindo esparsa e não sistematicamente, parece pouco provável que consigamos desenvolver conhecimento relevante (CRUBELLATE, 2005, p. 2).

O avanço da teoria em organizações, em especial nos Estudos Organizacionais, trouxe consigo uma expansão teórica relacionada às diversas áreas com as quais a Administração conversava. A aproximação com a Sociologia, Psicologia, Antropologia e áreas como a Geografia, acabaram por enriquecer os Estudos Organizacionais, mas ao mesmo tempo trouxeram consigo um problema de identidade para esse campo de estudo.

Os Estudos Organizacionais aos poucos se firmam como uma grande área que se articula com as mais diversas áreas, como a Administração, que estudam modos organizativos, sejam eles sociais, empresariais, entre outros. Esse processo de aproximação e apropriação de temáticas de outras áreas não trouxe consigo o estabelecimento de bases teóricas próprias, mas sim uma multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. Cunha (2000, p. 44) aponta que:

Com efeito, mais de que uma comunidade multidisciplinar de estudiosos das organizações originários de áreas como psicologia, a sociologia, a gestão, a economia, a antropologia ou outros, parece existir um conjunto de disciplinas que definem como objeto de estudo (entre outros) as organizações, mantendo uma grelha disciplinar de análise dos fenômenos organizacionais. Para usar a linguagem organizacional, dir-se-ia que o campo se mantém ainda num estado elevado de diferenciação (disciplinar), com escassos mecanismos de integração (interdisciplinar).

Entre as diversas temáticas emergentes nos Estudos Organizacionais algumas são, por vezes, contestadas enquanto objeto de estudo da Administração por se referir às outras áreas e não ter um escopo teórico construído e estabelecido enquanto pertencente à área. Daí a necessidade de se teorizar sobre tais, visando legitimar temáticas, áreas ou conceitos enquanto objetos dos Estudos Organizacionais.

O conceito de cidade, a exemplo, muito trabalhado na Sociologia, Antropologia, Geografia e na Arquitetura e Urbanismo passou a ganhar espaço em publicações na área de Administração, em especial, com um enfoque da Administração Pública. No entanto, sobre as discussões sobre cidade e questões urbanas, Kowarick (2000, p. 119) alerta que:

Além dessa extensão temática, torna-se necessário também enfatizar que a questão urbana não é um objeto analítico no sentido de que tenha um corpo teórico definido. Não há algo que se possa designar ciências urbanas, pois são múltiplas as disciplinas que investigam e interpretam esse vasto rol movediço e mutável de processos.

Entre as possibilidades de se analisar a cidade, observa-se a emergência de estudos nas diversas áreas. No entanto, buscando trazer o reconhecimento da cidade enquanto objeto dos Estudos Organizacionais, emergiu a ideia de cidade enquanto metáfora de uma organização. Tal perspectiva imprime à cidade uma ideia de que nela se estabelecem modos de organização social. Como apontado por Viegas (2014, p. 3), a cidade apresenta “uma complexidade funcional e dinamismo simbólico”, o que lhe imprime a condição de instabilidade e pluralidade social.

E nos últimos dez anos, tal conceito passou a ser inserido em pesquisas na área de Estudos Organizacionais, sendo até mesmo tratado por alguns pesquisadores enquanto organização-cidade, como Mônica Mac-Allister, mas sem haver ainda uma base teórica consolidada que atendessem à sua especificidade dos Estudos Organizacionais – emergentes na área, os estudos despontam para firmar tal conceito. E que, se por um lado tal falta de base teórica traz

problemas de legitimação do objeto na área, por outro lado possibilita a não limitação das perspectivas, metodologias e objetos a serem estudados.

Entre alguns dos expoentes na temática, Fischer (1997) e Mac-Allister (2001) trazem às pesquisas em Estudos Organizacionais a cidade enquanto organização, partindo do ponto de que esta está em constante fluxo e transformação, podendo ser estudada como uma metáfora de organização. Fischer (1997) aponta ainda que a cidade pode ser considerada como tomada por um conjunto múltiplo de ações coletivas, que se dá em diversos níveis e dimensões, trazendo consigo um processo de significação e identificação por parte dos sujeitos. A cidade é um espaço real e virtual, concreto e simbólico (FISCHER, 1997).

Mac-Allister (2001), em sua tese, desenvolve o conceito de organização-cidade questionando a possibilidade de os Estudos Organizacionais serem também um dos campos de conhecimento que integram o referido campo e, de forma correlata, ter a cidade enquanto um objeto de estudo e atuação. É por meio de toda a lógica organizativa e de sua própria dinâmica que a cidade se firma enquanto uma metáfora de organização. A sua composição de sujeitos, fluxos, dinâmicas, processos, poder e organização que dão respaldo à ideia de metaforizar a cidade (FISCHER, 1997a; MAC-ALLISTER, 2001).

Soares e Moraes (2011) apontam que o espaço cidade tornou-se objeto de pesquisa (de diversas áreas) devido à sua importância enquanto espaço de estruturação da vida humana e das sociedades. Tornando-se atrativo aos estudiosos a se debruçarem sobre os meios de sua produção. Sobre as áreas do conhecimento que exploram pesquisas sobre cidade, Mendoza (2005, p. 440) aponta que:

Sabemos que a cidade é o lugar de pesquisa dos estudos urbanos de vários campos científicos, entre eles os campos da Antropologia e Sociologia dedicados às pesquisas dos grupos sociais que moram na cidade. A pesquisa urbana no Brasil tanto sociológica quanto antropológica teve referenciais teóricos que deixaram sua influência nos trabalhos da época.

Em virtude da emergência de inúmeras pesquisas acerca da temática cidade que, entre diversas discussões, busca tratar de seus aspectos simbólicos, o conceito de cidade se firma enquanto objeto de pesquisa dentro dos Estudos Organizacionais. Sem o objetivo de entrar no mérito quantitativo de publicações, observa-se que houve um aumento de trabalhos

publicados em periódicos e eventos, como EnANPAD<sup>2</sup>, EnEO<sup>3</sup> e CBEO<sup>4</sup>, durante os últimos anos, tornando-se necessário definir e consolidar tal temática na área de Estudos Organizacionais.

No último EnANPAD, em Belo Horizonte, houve uma sessão temática específica sobre espaços e organizações. Entre os diversos trabalhos, todos focavam perspectivas de práticas de organização dentro da cidade. Manifestações culturais, apropriações e a própria construção social do espaço cidade são perspectivas atualmente trabalhadas.

No entanto, a cidade enquanto objeto de pesquisa não é tão novo na Administração. Encabeçada pela Administração Pública, firmou-se de forma diferente da proposta dos Estudos Organizacionais. Ainda que apresente um histórico de pesquisas e trabalhos na área, não é uma bibliografia que se propõe aprofundar nas discussões dos aspectos simbólicos e de territorialização da cidade. Em virtude da forma que se trabalha o conceito cidade em tais pesquisas em Administração Pública e o vale-tudo temático adotado pela área (SILVA, *et al.* 2013), a cidade acaba ganhando um aspecto típico do estruturalismo e da modernidade.

Focados na agenda governamental e na ideia de melhoria dos espaços, gestão de imagem, e urbanismo, a perspectiva sobre cidade desenvolvida na Administração Pública acaba aproximando de pesquisas de consultoria desenvolvidas para os agentes públicos. Neste sentido, os principais agentes são o Estado e os (*public*) *policy makers*<sup>5</sup> e os trabalhos buscam atender a uma ideia de ordenamento e de organização administrativa, econômica e social.

Como apontado por Mac-Allister (2004), enquanto campo de conhecimento, a Administração tem tomado a cidade como objeto de estudo majoritariamente da Administração Pública. Àquela época, as pesquisas sobre cidade em Estudos Organizacionais eram quase ignoradas – hoje ganharam um pouco mais de espaço. Tal exploração da cidade enquanto objeto da Administração Pública em muito está relacionado com a questão da administração enquanto campo profissional, e daí termos administradores atuando como ‘gestor público’, ‘administrador urbano’ e ‘administrador municipal’.

---

<sup>2</sup> Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

<sup>3</sup> Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da ANPAD.

<sup>4</sup> Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais.

<sup>5</sup> O conceito de *policy makers* é desenvolvido por Souza (2006) como os gestores públicos que tratam da elaboração dos programas e políticas públicas.

Em geral, o enfoque dado pela Administração Pública à cidade tem criado estudos convertidos em políticas públicas, como bem desenvolvido pela Fundação João Pinheiro – Escola do Governo. Como apresentado por Milagres, Kapp e Baltazar (2010)<sup>6</sup>, tal enfoque permite que “o resultado tem sido, por um lado, praças e equipamentos projetados por especialistas, mas não apropriados e zelados pelos moradores”.

Os Estudos Organizacionais, por outro lado, trazem a proposta de se pensar os espaços para serem apropriados pelos moradores, ao invés de serem preparados e consumidos pelo capital. Observa-se, portanto, que a área de Estudos organizacionais apresenta algumas lacunas ao discutir a cidade, assim como a Administração Pública. No entanto, tais lacunas se dão devido à interdisciplinaridade empreendida pela área. Soares e Moraes (2011, p. 49) apontam:

a complexidade espacial e social que o fenômeno urbano abarca e a multiplicidade de abordagens que ele admite exigem do pesquisador uma visão holística sobre o tema, imprimindo a necessidade de direcionar a investigação em diversas linhas de estudo que, ao se complementarem, permitem um entendimento mais global sobre o processo de constituição e crescimento das cidades.

Portanto, é em busca do entendimento desta complexidade que as pesquisas sobre cidade nos Estudos Organizacionais se firmam enquanto interdisciplinares. As pesquisas sobre cidade em Estudos Organizacionais ainda se apresentam incipientes, é uma área ainda em formação, assim como a Geografia Humana, que inaugura no ano de 1952, dentro da Geografia, o interesse por estudos humanísticos.

É a partir da publicação do livro *L’Homme et La terre – nature de la réalité géographique*, do geógrafo e historiador Eric Dardel, a Geografia dá seus primeiros passos na difusão da discussão dos espaços em uma perspectiva para além de suas estruturas, trazendo a discussão para a perspectiva humanista – buscando adentrar ao âmbito sociológico/antropológico (GONÇALVES, 2010).

Essa vertente da Geografia começou a despontar a partir da década de 1970, passando a incorporar métodos e conceitos das Ciências Sociais na busca pela “produção, reprodução e mudança cultural, significados e práticas culturais urbanas” (GERALDES, 2006, p. 41). A Geografia Humana, assim como a proposta dos Estudos Organizacionais, sai do âmbito da

---

<sup>6</sup> Retirado de: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 19 01 2015

análise sociológica superficial e aprofunda nas relações sociais buscando explorar o sentido dos lugares por meio da identidade humana e trabalhando a cidade em uma perspectiva heterogênea.

Em complementação às questões apontadas por Gonçalves (2010) e Geraldês (2006), Saraiva, Carrieri e Soares (2014, p. 101) apontam ainda que:

Assumida como um tema relevante pela geografia humana, a questão espacial há muito foi politizada, descartando o senso comum que liga o espaço a aspectos apenas físicos. Para os geógrafos, tratar do espaço apenas do ponto de vista geográfico constitui uma imprecisão, uma vez que ele é permeado por existências humanas que o reinventam à medida que o vivenciam.

Outra vertente da geografia tradicional, a Geografia Urbana, por volta dos anos 1930 surge nos Estados Unidos com uma nova perspectiva de se olhar para a cidade: aliada à economia e sociologia. Tal vertente possibilitava respostas mais consistentes às questões urbanas uma vez que a cidade passa a ser encarada, sobretudo, em sua dimensão espacial (ABREU, 1994). Carlos (1994, p. 158) aponta então que, com as mudanças teóricas ocorridas na Geografia e o avanço de novas perspectivas, permite:

A geografia enquanto ciência começa a explicar o processo da produção espacial a partir da produção-reprodução da vida humana. Nesse sentido, o homem, de habitante, passa a ser entendido como sujeito dessa produção. Luta-se por uma geografia mais engajada e consciente dos problemas do homem, voltada para a realidade não só enquanto forma para sua compreensão, mas como explicação de sua transformação.

Logo, as pesquisas desenvolvidas pela Geografia Humana ao buscar tratar as relações sociais e as identidades culturais como processos contínuos, trazem a ideia de diversos modos de percepção e representação dos espaços, da cidade, da paisagem (GERALDES, 2006), tornando a concepção destes enquanto estáticos quase inexistentes na área. Essa concepção, àquela época nova para a Geografia, perpassa pela ideia dos espaços enquanto expressão de poder e espetáculo, produtos de consumo e imagem cultural que acabam por legitimar determinados *status* sociais. A abordagem introduzida pela Geografia Humana é reforçada por Holzer (1999, p. 70), ao destacar que:

A preocupação dos Geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da Fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos “espaço”.

Assim, conforme discutido anteriormente, sob esta outra perspectiva, diferente da Administração Pública, os Estudos Organizacionais e a Geografia Humana se assemelham ao buscar mergulhar na constituição da cidade por meio dos diversos atores e da construção de suas identidades como processo formador, também, dos espaços citadinos. É uma das áreas com as quais os Estudos Organizacionais estabeleceram uma aproximação.

Logo, a perspectiva desenvolvida pelos Estudos Organizacionais aproxima-se da discutida pela Geografia Humana buscando apropriar-se sociologicamente da cidade, deixando de lado o posicionamento modernista e estruturalista da Administração Pública contestando a ideia de ordenamento e de espaço homogêneo. Para tanto, procura focar nos aspectos simbólicos, caminhando até os atores para aprofundar na constituição destes símbolos e interpretações. Como complementa Fischer (1997b, p. 257):

Ao inovar em suas formas de apropriação e gestão do espaço, a cidade pode estar garantindo continuidade cultural quando elementos tradicionais são reinventados e reintegrados em novas configurações dinâmicas de ação.

Enquanto a cidade é enxergada a partir de uma única representação apontada pelos dados, na Administração Pública, esta perspectiva vai perdendo espaço nas discussões ao alcançar nos Estudos Organizacionais diversas representações. A cidade em si deixa de ser o foco principal e passando a ter pano de fundo, sendo substituída por uma análise mais qualitativa que enxerga, principalmente as diversas representações de seus atores e os signos estabelecidos na cidade.

A inclusão da cidade enquanto objeto de pesquisa nos Estudos Organizacionais é focada em discussões como as práticas organizativas e a gestão simbólica dos espaços. E se a Praça Sete não é um espaço concreto, mas é virtualizado, torna-se necessária a busca por um entendimento de como se deu tal construção e de como este espaço apresenta-se aos diversos grupos. É esse um dos pontos principais que faz com que se unam neste trabalho os conceitos de cidade, representação, simbolismo e territorialidade.

Em meio a uma expansão teórica dos Estudos Organizacionais relacionada às diversas áreas com as quais a conversa, a cidade passa a ser um objeto a ser desvendado, bem como seus respectivos espaços, como a Praça Sete. Logo, o desenvolvimento de discussões como os processos de territorialidade passa pelo estabelecimento da cidade enquanto objeto



organizacional. Portanto, perpasso aqui pelo conceito “organização-cidade”, apresentado por MacAllister (2001), tomando a cidade enquanto uma organização ou tomada por práticas organizativas; a cidade é comparada então, com uma organização, sendo assim, justificado o seu estudo dentro da administração.

É preciso problematizar este objeto dentro da Administração: Existe a ideia de uma cidade única compartilhada por todos os sujeitos ou existem múltiplas cidades constituídas a partir dos processos de subjetivação individuais? A cidade se constitui a partir de uma lógica objetiva, comum a todos os sujeitos, ou a partir da constituição identitária dialética entre sujeitos e cidade? São novas questões que emergem e precisam ser investigadas e refletidas, algumas poderão ser aqui respondidas, outras poderão compor uma nova agenda de pesquisa.

Na busca pelo desenvolvimento e consolidação do conceito de cidade enquanto objeto dos Estudos Organizacionais, apresentando escopo teórico próprio, é preciso discutir sob qual ótica este deve ser desenvolvido. Neste caso, observa-se que parte dos estudos opta por adotar o posicionamento pós-estruturalista, uma vez que este trabalha com a fragmentação das estruturas, quebrando a ideia de unicidade, cidade única e trazendo a discussão para as diversas cidades.

Em seus estudos sobre Foucault e o posicionamento deste em diversas pesquisas, Costa e Vergara (2012) buscam diferenciar o estruturalismo e o pós-estruturalismo, apontando que uma entre suas diferenças é a ênfase que o segundo tem em questionar as grandes narrativas, buscando assim, focalizar as múltiplas narrativas e as diversas fragmentações que se apresentam naquele contexto.

Paes de Paula (2008) discute ainda que uma das diferenças entre o pós-estruturalismo e o estruturalismo está na tentativa que o primeiro faz de resgatar a história, centrando-se no resgate das micro - histórias que, para o estruturalismo, foram sobrepostas por meio de uma narrativa maior, a da estrutura. Neste sentido, pode-se inferir que no caso da discussão sobre cidade, o posicionamento pós-estruturalista tende a analisá-la não como homogênea, mas heterogênea, adentrando as representações dos sujeitos, mas sem considerar uma essência comum aos sujeitos – tendo o interpretativismo aproximações, se pensadas as representações múltiplas a partir dos sujeitos.

Assim, o pós-estruturalismo concentra-se, então, no entendimento dos processos de mudança, transformação, e na descontinuidade que a fragmentação da estrutura apresentará. Peters (2000, p. 32) corrobora com Paes de Paula (2008) e Costa e Vergara (2012), ao apontar que os pensadores como Derrida, Nietzsche, Heidegger, e Saussure, enfatizavam que o significado, no pós-estruturalismo, “é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade das chamadas ‘asserções de verdade’”.

É sob a ótica pós-estruturalista, então, que o conceito cidade tem sido desenvolvido em parte dos trabalhos nos Estudos Organizacionais, visando quebrar a visão homogênea e entender a cidade como única, mas passível de múltiplas interpretações devido às diversas representações desenvolvidas pelos indivíduos a partir de uma mesma realidade. Atento, no entanto, que não é esta a abordagem aqui adotada, mas a interpretativista, pois, ambas compreendem a multiplicidade de situações/realidades possíveis, mas a segunda vê uma essência existente, da qual diversas interpretações são elaboradas.

Logo, este trabalho se diferencia da maioria por se distanciar da perspectiva pós estruturalistas propondo uma leitura da cidade a partir da perspectiva interpretativista que, respaldada por um teórico que se debruça sobre o construtivismo social e o interacionismo simbólico permite enxergar a cidade a partir da teoria das representações sociais. Tal concepção se torna possível devido às relações únicas estabelecidas por cada um dos sujeitos dentro de seus respectivos círculos sociais – estando em consonância com a construção da realidade também apontada pelo interacionismo simbólico.

Dessa forma, é por meio da “explosão da cidade”, fragmentada e transformada em múltipla pelas perspectivas individuais, partir que é possível aprofundar-se nas tensões e conflitos desta, nas formas de agrupamento da vida social e nas formas de organização do trabalho e da economia (VENTURINI, 2009). E é necessário às pesquisas em Estudos Organizacionais, que ocorra essa “explosão da cidade” para que seja possível enxergar os sujeitos dentro da cidade e os modos como eles enxergam, representam e conseqüentemente vivem e constituem esse espaço maior.

É impossível apreender em sua totalidade esse universo infinito de símbolos que envolve a cidade, pois cada um de nós estabelece relações próprias com o lugar, descreve com ele uma trajetória sempre singular. O que se pode compreender são representações individuais e coletivas plasmadas em conteúdos simbólicos gerais (NOGUEIRA, 1998, p. 120).

Essa visão apresentada por Nogueira (1998) traz consigo a essência da cidade no pós-estruturalismo: as relações e representações individuais sobre os lugares que envolvem a cidade. Dessa forma, nos Estudos Organizacionais, a cidade compacta, coesa, unificada, como na visão da Administração Pública, cede espaço para as diversas representações das cidades constituídas a partir das percepções dos inúmeros atores; aproximando e apropriando-se da visão defendida pela Geografia Humana.

Nesta seção, portanto, procurei apresentar de que forma o objeto cidade se insere nos Estudos Organizacionais e sob quais perspectivas é pesquisado e analisado. É preciso mostrar os diálogos firmados entre as diversas áreas para que se possa estabelecer uma diferenciação das abordagens apresentadas por cada uma das áreas. Observa-se, no entanto, que as abordagens aqui apresentadas não se esgotam, uma vez que a arquitetura ao estabelecer diálogos com a sociologia funda uma subárea, a Sociologia Urbana.

### **Os Estudos Organizacionais e as práticas organizativas na cidade**

A apropriação da cidade enquanto objeto de pesquisa dos Estudos Organizacionais consolida-se uma vez que se busca, nesta área, o estudo dos aspectos simbólicos da cidade e sua constituição por meio dos sujeitos, seus significados subjetivos e os diversos signos circunscritos em uma mesma realidade (FISCHER, 1997; MAC-ALLISTER, 2001). É a partir destas perspectivas que parte dos trabalhos em Estudos Organizacionais se concentra.

Assim como alguns trabalhos da Geografia Humana, como o desenvolvido por Geraldine (2006) acerca da constituição do centro da cidade de São Paulo e o por Gonçalves (2010) acerca da Avenida Paulista, trabalhos em Estudos Organizacionais como o de Fischer (1997), Carrieri, Maranhão e Murta (2009), Ipiranga (2010), Leite (2010), Coimbra e Saraiva (2013) e Viegas *et al.* (2013) trazem consigo a abordagem do lugar reconhecido enquanto espaço de práticas e produtos destas, sendo seu significado apreendido apenas por meio da vivência.

Observa-se também a busca por releitura dos problemas citadinos a partir da ótica dos sujeitos, fugindo à visão gerencialista que impera nos estudos em Administração. O foco nos sentidos do trabalho e da experiência humana dos espaços também é vista com necessidade de estudo. Há uma convergência na interpretação de que a cidade é e deve ser construída a partir das dinâmicas sociais, emergindo uma cidade construída pela sociedade para uso da própria sociedade – indo contra as perspectivas de capitalização dos espaços urbanos.

Pesquisas também são empreendidas visando o questionamento de políticas públicas que trazem a cidade para o *status* de maquete ou vitrine, ao invés de políticas públicas que produzam um espaço para os sujeitos e moradores usufruírem e viverem. Observa-se que ao abandonar a perspectiva gerencialista e focar a experiência humana discute-se, por exemplo, a questão das intervenções nos espaços públicos, contestando inclusive sua denominação que, em prol do consumo e do capital, deixam de ser públicos, sendo alvo de processos de gentrificação.

A perspectiva interpretativista aqui desenvolvida respalda-se no quebra-cabeça ao conceber cada peça como uma interpretação diferenciada do mesmo objeto: a imagem completa. As relações estabelecidas entre cada uma das peças estão interligadas pela formação da imagem maior do quebra cabeça. Ferreira (1970) aponta ainda outra possibilidade de metáfora:

Pode-se aceitar a cidade como um imenso «laboratório» no qual os agentes urbanos (em sentido lato, isto é, reunindo tanto os elementos investidos de autoridade — «agentes colectivos públicos» e «agentes dos serviços locais» — como os elementos, que no mínimo, actuam como força de pressão — «agentes urbanos privados» e os próprios membros da «urbe») seriam levados a praticar, o que Ledrut denominou de «uma espécie de psicanálise colectiva que considera a cidade como um sujeito — e não como um objecto — e que se esforçaria por conduzir a consciência colectiva urbana ao nível da consciência reflectida» (FERREIRA, 1970, p. 122).

Lefebvre (2008) discute que a cidade se organiza e se impõe a partir do que ele chama de duas ordens, uma distante – composta pelas instituições, e outra próxima – composta pelos sujeitos, suas metamorfoses e suas relações. E, para tanto, não pode ser reduzida a uma análise simplista, pois sua constituição depende “das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade” (LEFEBVRE, 2008, p. 52).

Ainda por Lefebvre (2008), ao apontar a construção dos espaços na cidade e da própria dinâmica desta a partir da dialética da tríade: espaço, tempo e sociedade; ele traz uma questão

importantíssima: há uma construção social dos espaços. E esta construção está diretamente relacionada com as dinâmicas sociais ali empreendidas, as apropriações, os usos e até mesmo as qualificações destinadas aos espaços pela própria população.

Saraiva e Carrieri (2012) discutem ainda que a cidade deixa de ser um aglomerado de pessoas, um amontoado de concreto e um mero espaço geográfico. Passa então, a possuir uma “dinâmica processual coletiva”, que é constituída e construída continuamente por sujeitos, por meio de processos subjetivos, implicando a construção de diversas identidades referentes a esta relação dialética mantida entre os sujeitos e os espaços da/na cidade.

Logo, a apropriação da cidade enquanto objeto de pesquisa para os Estudos Organizacionais tende a se consolidar uma vez que se busca, em alguns estudos nesta área, a análise dos aspectos simbólicos da cidade e sua constituição por meio dos sujeitos, seus significados subjetivos e os diversos signos circunscritos em uma mesma realidade (FISCHER, 1997a; MAC-ALLISTER, 2001).

É preciso entender o posicionamento de Mac-Allister, acerca dessa apropriação da cidade, para um maior entendimento de como tal conceito tem relação direta com o estabelecimento da cidade enquanto objeto dos Estudos Organizacionais:

A cidade, identificada como objeto e conceituada como organização e metáfora organizacional, consiste em: "cidade-organização [que] desafia a capacidade de construir categorias ou modelos explicativos sem mutilar ou destruir significados e sentidos"; "cenário dos chamados poderes locais"; "conjunto complexo de teias organizacionais, com diversidades e singularidades que geram forte multiplicação de projetos, jogos corporativos, exclusões e conflitos, alianças e rejeições, [...] ordem e desordem, real e virtualmente produzidas"; "conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identificações"; "constituída por um sem número de unidades organizativas, das mais simples a mais complexas" e "que, vistas em conjunto, representam um todo maior do que a soma das partes"; "construção e organização coletiva"; "idéia-símbolo de um fluxo em transformação"; "megaorganização, real e virtual, concreta e simbólica"; "organização complexa [...] que pode ser considerada como um sistema de fluxos [...] onde ao mesmo tempo se produzem e refletem uma imensa gama de símbolos, signos e significados" (MAC-ALLISTER, 2001 p. 21).

Entre o posicionamento apresentado por Mac-Allister (2001) e a discussão desenvolvida por Barreira (2003), reforçam-se a cidade enquanto um espaço concebido a partir de suas significações imaginárias. Segundo Barreira (2003, p. 319) “as cidades contemporâneas parecem expressar, de modo mais nítido, um conjunto de representações e disputas materiais e simbólicas evidentes em momentos específicos de intervenção urbana”. Dessa forma, podem-

se considerar as cidades sob a ótica de novas dinâmicas, principalmente relacionadas à (violência e) ao poder, que se materializam por meio de formas diversas de sociabilidade e expressão cultural. Os processos de apropriação realizados pelos grupos são concomitantes e paralelos, mas ao mesmo tempo convergentes na busca por uma demarcação hegemônica frente aos demais.

Em busca de entender a construção dos espaços na cidade, busco neste trabalho privilegiar o foco nas particularidades do grupo social de idosos que acabam direcionando a constituição de representações diferenciadas sobre uma mesma realidade. Sendo assim, este trabalho traz consigo uma ideia de fragmentação, compartilhamento, de pertencimento e de subjetivação. É por meio de sua dinâmica e fluxos, sociais e culturais, que a cidade se vê “desintegrada”, torna-se múltipla devido aos múltiplos olhares e interpretações, um verdadeiro “quebra-cabeça”, dotada de (des)ordem que imprime complexidade, efemeridade, fragmentação e descontinuidade (FISCHER, 1997a).

Assim, no desdobramento das abordagens que se fazem sobre o fenômeno urbano no final do século XX e no início do novo século, não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela. Em outras palavras, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. E o imaginário urbano, como todo o imaginário, diz respeito a formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade — no caso, a cidade (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Dessa forma, é possível retratar a cidade levando em consideração a perspectiva da cidade construída/constituída. Essa construção/constituição da cidade, que envolve os processos de territorialização, são desenvolvidos a partir das diversas representações que os sujeitos e grupos sociais desenvolvem sobre a cidade.

São diversas as representações da cidade que se sobrepõem e se constituem em paralelo a uma cidade que antecede os próprios sujeitos e que até determinado ponto os influenciam na concepção e representação dos espaços, direciona a demarcação de espaços e interfere na constituição de suas identidades. A representação da cidade e seus conteúdos tornam-se variadas devido às dimensões simbólicas que esta se impregna (SANTOS, 1990). É uma grande multiplicidade de fatos em um espaço vivido por diversos sujeitos que, transitam entre

apenas espectadores e atores; assistindo ou atuando na modificação e constituição desta cidade.

Os lugares são repletos de diferenças internas e conflitos, que podem ser expressos em leituras dissonantes em disputa de espaço político. Se nas cidades há múltiplas identidades que podem ser “recurso de riqueza ou fonte de conflito” (MASSEY, 1993, p. 65) é necessário, portanto, questionar a ideia da “identidade do lugar” como se fosse única, ou da “imagem-síntese do lugar”, ideias-força do discurso urbano dominante que se tornam armadilhas e fetiches.

É preciso pensar na multiplicidade a partir de uma ótica de simultaneidade existencial dessas identidades. A multiplicidade de lugares e as diversas representações da cidade desenvolvidas a partir desses lugares tornam a cidade referenciada a partir dos sujeitos e suas vivências em determinados lugares citadinos. É preciso então, entender de que lugar os sujeitos falam para compreender de forma mais completa suas concepções de cidade.

Elas inevitavelmente carregam uma leitura feiticizada e reducionista das relações sociais, pois, nas operações de síntese, prevalecem aqueles traços identitários instrumentais às relações dominantes de poder (SANCHEZ, 2001). “Que é, então, o espaço do homem? É o espaço geográfico, pode-se dizer. Mas o que é esse espaço geográfico? Sua definição é árdua, porque a sua tendência é mudar com o processo histórico, uma vez que o espaço geográfico é também o espaço social” (SANTOS, 1990, p. 119).

Em consonância com a discussão empreendida por Santos (1990) e Massey (1993), Augé (2010) vem apontar que os lugares apresentam ao menos três características e, portanto, os lugares se pretendem: identitários, relacionais e históricos. Essas três características dotam os lugares, espaços vividos, de características simbólicas construídas dentro de um ambiente temporal, a partir de relações sociais que auxiliaram tanto na constituição identitária dos sujeitos que por ali passaram quanto da identidade do próprio espaço. Logo, como apontado por Nogueira (1998, p. 119):

O estudo da cidade imaginada é importante porque permite ampliar nossa compreensão do fenômeno urbano a partir da narrativa da memória. Ao recordar, o narrador revê não as coisas em si, mas significados das coisas. Ele se revisita. Às imagens que vêm à tona corresponde um olhar a percorrer ruas, becos, calçadas, pessoas, brigas, amores, família, patrão, trabalho... A cidade é um livro texto que se

deixa desnudar pelo narrador. Este, ao mesmo tempo que olha, conta-lhe segredos, repete discursos.

Em consonância com o posicionamento adotado por Nogueira (1998) acerca da constituição da cidade, Saraiva e Carrieri (2012) discutem ainda que essas novas possibilidades empreendidas pelos Estudos Organizacionais permitem enxergar a cidade como constituída e construída continuamente por sujeitos e suas subjetividades, implicando a construção de diversas identidades referentes a esta relação sujeito/cidade.

Ferreira (1970) aponta que a cidade ou agregados urbanos, como ele discute também, podem ser analisados sob três perspectivas ou visões: características morfológicas; características funcionais e características estruturais. Estas três perspectivas podem ser entendidas da seguinte forma (FERREIRA, p. 124; 126; 129):

- as características morfológicas, enfocam na definição das diversas formas sócio espaciais que os agregados urbanos (espaços públicos e privados) têm assumido, ao longo da história;
- as características funcionais centram-se na Carta de Atenas e as quatro funções por ela designadas à cidade: habitar, trabalhar, circular e cultivar-se o corpo e o espírito;
- as características sócio espaciais enfocam predominantemente na existência de uma relação (tensão) entre dois conjuntos elementares, definidores da realidade urbana: elementos do espaço (construções arquitetônicas e urbanísticas) e elementos sociais (constitutivos da própria situação coletiva).

Sob essas três perspectivas pode-se perceber a necessidade de buscar dentre novas possibilidades a de enxergar a cidade e suas dinâmicas. As formas de socialização e as relações mantidas entre o social e o estrutural devem ser objetos de pesquisa para um melhor entendimento da constituição e evolução deste espaço maior chamado cidade.

Atenta-se, no entanto, a necessidade de focar as análises nos espaços públicos, normalmente. Tal opção se dá pelo que Milagres, Kapp e Baltazar (2010) apontam em seus estudos que “quem dispõe de facilidades e prazeres no espaço privado não se importa com a qualidade do espaço público”. Logo, o espaço público torna-se um espaço periférico, marginalizado socialmente e, portanto, carente de atenção e estudo.



A opção por pesquisar as representações sociais na cidade, em específico na Praça Sete, não se deve restringir, como apresentado por Moscovici (1978), a questões como “quem se representa” ou “quem produz a representação”, mas “ao que é uma representação” e “porque se produz uma representação”. Parte-se do pressuposto que todos os sujeitos na cidade são atores que produzem representações e, portanto, o foco recai sobre o porquê de certas representações dos idosos na/da Praça Sete em Belo Horizonte.

Tal direcionamento se dá porque a constituição destas representações vem influenciar diretamente na apropriação da cidade pelos sujeitos. Observar-se-á, portanto, com os idosos que mesmo que as representações destes acerca da região central de Belo Horizonte venham ser conflitantes (insegurança *versus* segurança social; mais um na multidão *versus* ser alguém), há a preponderância de uma sob a outra; neste caso das representações da segurança social, do sentir-se/ser alguém.

Ao longo da pesquisa o que pode ser percebido é que as representações da Praça Sete tendem a ser convergentes para uma mesma direção: local de tudo, local de todos, local para todos. A reforma da Praça Sete com a criação dos quatro quarteirões fechados possibilitou, ainda que com desagrado a alguns, maiores espaços de socialização. Estes mesmos espaços trazem consigo algumas problemáticas, mas que, em vista dos “benefícios” e das práticas ali desenvolvidas pelos idosos e outros, acabam sendo escondidas ou não vistas pela população como um todo. Entre exemplos, a questão da mendicância, os vendedores ambulantes, a própria violência, o tráfico de armas e drogas, entre outros.

Se estar na Praça é possibilitar-se ao convívio social, a ter conversas com amigos, a ver arte e poder jogar dama, não há um sentido para os idosos focarem nas questões dadas como problemas sociais e vistas como tendo o poder público como sanador destes. Se a sociedade fecha os olhos a estes, porque não os idosos? A diferença maior é que os idosos, pelo tempo livre, pela rotina ali criada e atenção dada aos mínimos detalhes e dinâmicas, conseguem ver de forma mais nítida como tais fatos acontecem e se organizam neste espaço.

## A cidade, os espaços e os lugares

Não muitos anos atrás, a palavra "espaço" tinha um significado estritamente geométrico: a ideia de que evocaram era simplesmente o de uma área vazia. Em uso erudito era geralmente acompanhado por alguns como epíteto de "euclidiana", "isotrópico", ou "infinito", e o sentimento geral era de que o conceito de espaço acabou por ser um problema de matemática. Falar de "espaço social" (àquela época), teria soado estranho (LEFEBVRE, 1991, p. 1, tradução livre<sup>7</sup>).

Trago aqui a passagem de Lefebvre como reflexão inicial para essa seção que trata dos espaços e de suas apropriações. Os espaços citadinos (neste caso, os espaços públicos), deixaram de ser concebidos apenas como espaços geométricos, vazios de significados, e passaram a compreender dinâmicas maiores pela relação então estabelecida entre pessoas e espaço.

(01) Eu geralmente paro, eu, é, meu ônibus parou na, no, na Curitiba, ali perto da Marisa... Aí eu subo, venho aqui até na praça, sento, fico aqui, eu ando pela, pela... Afonso Pena. Vou andando sem rumo. Sair pra ver gente é gostoso, cê vê todo tipo. (Entrevistada 2)

Lefebvre (1991) em seu livro *The Production of Space* vem questionar a necessidade de uma teoria que traga um conhecimento "unitário" sobre espaço, uma vez que tal conhecimento é fragmentado entre as diversas áreas. A fragmentação deste conhecimento não permite o desenvolvimento de uma concepção de espaço que abarque três âmbitos: a natureza físico-espacial; o mental – incluindo as captações lógicas e formais; e o social (LEFEBVRE; 1991, 2008).

A proposta dos Estudos Organizacionais vai ao encontro dos questionamentos de Lefebvre sobre as "ciências parcelares" e a realidade urbana. Como apontado por Lefebvre em seu outro livro, *Direito à cidade*:

É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade? Não mais do que uma ciência unitária da sociedade, ou do "homem", ou da realidade humana e social. Por um lado, um conceito sem conteúdo, por outro, um conteúdo ou conteúdos sem conceito. Ou se declara que a "cidade"; a realidade urbana como tal não existe e que existem apenas séries de correlações. Suprime-se esse "assunto". Ou então continua-se a afirmar a existência do global. Aborda-se, delimita-se o global, seja partindo de extrapolações em nome de uma disciplina, seja baseando-se numa tática "interdisciplinar". Não se apreende esse global. A não ser por meio de um empreendimento transcendente as decupagens (LEFEBVRE, 2008, p. 44).

---

<sup>7</sup> Not so many years ago, the word 'space' had a strictly geometrical meaning: the idea it evoked was simply that of an empty area. In scholarly use it was generally accompanied by some such epithet as 'Euclidean', 'isotropic', or 'infinite', and the general feeling was that the concept of space was ultimately a mathematical one. To speak of 'social space', therefore, would have sounded strange.

Portanto, é em busca desta unidade teórica que se alcança a concepção de espaço enquanto lugar de práticas sociais, ocupados por fenômenos sensoriais, incluindo produtos do imaginário social assim como dotado de aspectos simbólicos (LEFEBVRE, 1991). Essa percepção de Lefebvre vai em direção às dimensões apontadas por Ferreira (1970) sobre a cidade e a categorização de estudos que nela podem ser empreendidas.

No entanto, tal desenvolvimento teórico dado por Lefebvre traz a discussão para o nível dos espaços, além de conceber não uma fragmentação das três perspectivas, mas a necessidade de integração para melhor entendimento das questões sociais produzidas no espaço. E como apontado por Augé (2010, p. 50) “a organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais”.

Dessa forma, busca-se compreender a cidade também como sociabilidade, pois conforme Pesavento (2007), ela se constitui a partir de um quadro composto por atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Essas figuras e eventos dão dinamismo e ação ao espaço cidade, além do estabelecimento de uma ação social de domínio e transformação deste espaço em um contexto também temporal.

É preciso, portanto, adicionar às pesquisas sobre cidade e espaços o sujeito, os grupos sociais, afinal, para se pensar a produção do espaço é preciso pensar sociabilidade e o processo dialético entre sujeitos e espaços. Como apontado por Mendes e Cavedon (2012) é por meio de um olhar mais atento sobre as práticas urbanas que se chega à compreensão dos sujeitos urbanos – sendo a lógica inversa também aplicável. Nesse ponto, Lefebvre (1991) traz a discussão sobre a produção do espaço dentro da lógica do capitalismo.

Sempre que se remete ao termo produzir questões como “produzir o que?”; “produzir pra quem?”; “produzir quando?” nos vem à cabeça. Essas mesmas questões vão nortear a produção do espaço público sob duas óticas, uma social e outra do capital. Enquanto organizações, empresas e poder público enfocam a funcionalidade dos espaços e a sua

adequação ao consumo, os sujeitos e grupos sociais buscam no espaço um território, um significado, o estabelecimento de uma relação que vai além do funcional.

Observa-se então que as perguntas apontadas são norteadoras do uso e apropriação dos espaços por ambos os grupos, mas com respostas diferentes, que acabam por levar a divergências quanto a produção dos espaços. Logo, os espaços sociais, produzidos por diversos atores com objetivos diferentes, se interpenetram e/ou sobrepõem de egos em cima um do outro. Eles não são coisas, que possuem limites de limitação e que colidem mutuamente devido aos seus contornos ou como um resultado da inércia (LEFEBVRE, 1991).

Sobre a produção do espaço pelos diversos atores, Figueiredo e Cavedon (2012, p. 231) ainda complementam apontando que “a ocupação física produz engajamentos corporais que demarcam a presença e a pertença aos ambientes comuns e criam vínculos identitários para indivíduos e grupos”.

Posta esta discussão, busco aqui trazer outros dois conceitos, o de lugar e não-lugar, desenvolvidos por Marc Augé (2010). Ainda que no início desta pesquisa eu tenha me proposto a adotar o termo espaço, faz-se necessário neste momento dialogar com o desenvolvimento teórico apresentado por Augé ao discutir os sentidos destes espaços, funcionais ou simbólicos; estabeleço aqui um diálogo entre Lefebvre e Augé.

Segundo Augé (2010), podem-se conceber lugares àqueles em que os sujeitos conseguem estabelecer um sentido, uma significação para aquele espaço. Logo, aquele não é só mais um espaço na cidade para aquele sujeito, mas apresenta uma vinculação emocional. Existe assim, uma relação que os sujeitos mantêm com esses espaços. Os não lugares, por outro lado, referem-se aos espaços ou instalações de circulação acelerada de pessoas ou bens, espaços de vazios emocionais. Augé (2010, p. 87) argumenta que “os não lugares mediam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária”.

Observa-se que aqui também é possível manter uma relação com a discussão da produção do espaço desenvolvida por Lefebvre ao apontar a produção de espaços funcionais e espaços

simbólicos sociais. No entanto, Augé (2010, p. 98) faz algumas ressalvas sobre a concepção destes dois tipos de espaços:

Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não lugares misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade de não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja [...] Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e noções que permitem descrevê-las.

Essas diferenciações estabelecidas por Augé (2010) trazem o social como foco da produção dos espaços, uma vez que o autor se concentra nos sujeitos para denominar lugar aquele que se têm relações simbólicas estabelecidas. Todo aquele espaço desvinculado do aspecto sentimental dos sujeitos (e por vezes, mais ligado ao capital), torna-se um não lugar. Lefebvre complementa ainda que:

Seja como for, os lugares do espaço social são muito diferentes daqueles do espaço natural em que eles não estão simplesmente justapostos: podem ser intercalados, combinados, sobrepostos – eles podem até mesmo se chocar, às vezes. Conseqüentemente, o local (ou 'pontual', no sentido de "determinado, por um" ponto "especial") não desaparece, pois nunca é absorvida pelo nível regional, nacional ou mesmo mundial (LEFEBVRE, 1991, p. 88, tradução livre<sup>8</sup>).

A partir de então, é preciso abandonar a concepção hegemônica de cidade e espaços desenvolvida por urbanistas e arquitetos que os veem de maneira particularmente estética; normalmente projetados para o capital, desenvolvidos para serem vistos e conservados, isto é, projetados para não serem frequentados por sujeitos, para não serem usados e assim, não depreciados. Portanto, este trabalho busca quebrar a ideia de que há apenas uma história dita oficial sobre a Praça Sete. Desenvolvo tal proposta buscando analisar versões da história que não hegemônicas, fazendo um contraponto à história oficial. Justifica-se, portanto, como apresentado por Gill e Whedbee (1997, p. 160, tradução livre<sup>9</sup>):

Críticos da retórica também se confrontam com a consciência de que nem todos os indivíduos ou grupos têm igual acesso aos canais de comunicação e que o discurso não é benigno, mas hegemônico; logo, a retórica pode funcionar como um meio de dominação e opressão, como por exemplo, foco em maneiras masculinas de entendimento, suprimindo assim as perspectivas femininas. Todo texto, tende focar

---

<sup>8</sup> Be that as it may, the places of social space are very different from those of natural space in that they are not simply juxtaposed: they may be intercalated, combined, superimposed - they may even sometimes collide. Consequently the local (or 'punctual', in the sense of 'determined, by a particular "point"') does not disappear, for it is never absorbed by the regional, national or even worldwide level

<sup>9</sup> Rhetorical critics also confront the awareness that not all individuals or groups have equal access to channels of communication and that discourse is not benign but hegemonic; rhetoric can operate as a means of domination and oppression, such as focusing on male ways of understanding, thereby suppressing female perspectives. Every text, in focusing on some things, in making some things present to an audience, at one and the same time obscures something else.

em algumas coisas, em fazer algumas coisas presentes, dando-lhe audiência, ao mesmo tempo em que obscurece outra coisa.

Há versões da história que se desenvolveram com base nos processos de socialização de sujeitos e grupos sociais dentro de um espaço temporal e uma conjectura espacial. Pesavento (2007) aponta que é por meio da sociabilidade e da concentração de pessoas que esse amontoado de gente que dá um pulsar de vida à noção do habitar e um sentido humano à cidade: “cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Enquanto que Saraiva e Carrieri (2012) focam suas discussões para além das multidões do aglomerado de pessoas, apontando a subjetividade dos sujeitos como constituinte dos espaços citadinos, Massey e Keynes (2004) defendem que os espaços apresentam um caráter dinâmico como resultado de dinâmicas sociais. Desta maneira, os espaços citadinos deixam de ser vistos como uma função estática, passando a serem concebidos como participantes de um processo social, intermediado pelas relações estabelecidas. Mendes e Cavedon (2012, p. 130) ainda complementam:

Não é o olhar das formas geométricas e geográficas que dá forma a cidade. A forma é constituída na fluidez, circulação, sustentação e produção do espaço que domina o contexto das cidades. Isso é observado nas práticas urbanas, peculiares, móveis e cambiantes que instauram o cotidiano inventado e reinventado. Somente a partir dessa mobilidade, das interconexões e das redes de contato é que há a produção das cibercidades, das e-topias e das cidades informacionais.

Augé (2010, p. 73) define ainda que por meio dessas sociabilidades seja possível perceber as principais diferenças estabelecidas entre os lugares e não lugares, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”.

Os espaços na cidade tornam-se então palcos de processos sociais dialéticos, no qual multidões, prédios e culturas conversam entre si, transformando e alterando a cidade ali posta e os próprios sujeitos. É o processo de socialização primária defendido por Berger e Luckmann (2011), no qual os sujeitos são inseridos em um espaço que antecede a existência deles, mas que aos poucos, a partir das interações, os sujeitos passam a ter participação no processo de modificação dos espaços.

O ajustamento e o conflito social vão permitindo que o espaço adquira nuances diferenciadas, possibilitando “a existência de diferentes articulações estabelecidas entre a cidade e seu tempo” (BARREIRA, 2003, p. 336). Logo, “o espaço é apenas uma referência sujeita à ressignificação dos sujeitos, que atribuem sentidos não necessariamente relacionados com a questão físico-geográfica. O espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais” (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014, p. 102).

Cada pedaço da cidade é tomado, então, por um movimento intenso de constituição e significação, graças ao movimento social que se faz presente na cidade, a cada instante o significado que esta possui já não é o mesmo, modifica-se dentro da dinâmica social (SANTOS, 1992). A cidade passa a possuir diversos contornos, leituras diferenciadas e significados construídos em contextos temporais e sociais diferentes, como bem explana Nogueira (1998, p. 119):

O estudo da cidade imaginada é importante porque permite ampliar nossa compreensão do fenômeno urbano a partir da narrativa da memória. Ao recordar, o narrador revê não as coisas em si, mas significados das coisas. Ele se revisita. Às imagens que vêm à tona corresponde um olhar a percorrer ruas, becos, calçadas, pessoas, brigas, amores, família, patrão, trabalho... A cidade é um livro texto que se deixa desnudar pelo narrador. Este, ao mesmo tempo que olha, conta-lhe segredos, repete discursos.

Tanto Nogueira (1998) quanto Mac-Allister (2001) vem trazer à cidade o aspecto de organização social, dinamizada pelos sujeitos e pelo tempo; complexa e constituída coletivamente pelos que dela participam. Verifica-se, então que essa alta complexidade que a cidade adquire é resultado de um processo coletivo que incorpora os processos individuais. Logo, Nogueira (1998, p. 118) complementa:

Cada um constrói, então, sua cidade imaginada, sua cidade ideal, e dentro dela as relações dão conta de todos os desejos. Podemos supor que há as que dão forma aos desejos, e outras, que são engolidas por eles. Os desejos são os dínamos da cidade, viabilizando a transformação das lembranças no âmago de novas relações com os fatos.

A cidade vai ganhando contornos que resultam de diversos processos sociais e culturais; gerando uma identidade tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão desta totalidade. (MAC-ALLISTER, 2001). Esses contornos, constituídos pelos sujeitos, transcendem à questão física e estrutural da cidade, pois esta constituição é feita por meio dos signos, do

discurso e da subjetivação da cidade. Daí as diversas leituras e releituras da cidade, conforme Sanchez (2001, p. 34):

Se ler a cidade significa ter uma representação de cidade, construir uma imagem de cidade significa também compreender e interpretar e, sobretudo, sintetizar, dada a complexidade do fenômeno observado. Porém, “leituras”, no plural, implicam que a cidade pode ser representada, ou melhor, imaginada, a partir de diversos olhares. Não há uma única leitura possível. O que se vê depende de onde se olha e para onde se olha, e a análise deve identificar de quem são esses olhares ou quem realiza essas leituras.

A constituição da cidade e suas representações perpassam pela alteridade. É por meio da socialização e do contato entre os sujeitos e a cidade que a verdade/real se constitui. No entanto, Ruiz (2004) reforça que esta verdade/real é algo relacional ao sujeito/grupo que a concebe; e ainda que sustentada por argumentos razoáveis, tal verdade reflete apenas àquele grupo, em um determinado tempo e espaço geográfico.

O processo de alteridade colabora pela não normatização dos sujeitos, possibilitando a diferenciação por meio de um processo interativo com base em uma relação intersubjetiva com o outro (RUIZ, 2004). Dessa forma, é por meio do convívio social, manutenção das relações sociais e da alteridade que a abertura de um horizonte de convivência permite a constituição das identidades individuais e coletivas; por uma abertura da subjetividade numa livre aceitação.

(02) A maioria, né, que vem, é, são pessoas que saíram da atividade e procuram um pouco de diversão, ou seja, é, às vezes, se você tem um amigo, você tem um local marcado pra encontrar com ele, todo dia ele te encontra lá, não dá, aqui eles vêm jogar dama, entendeu? Alguns vêm, senta; outros vêm porque gosta de ver as meninas nova passar, aí eles ficam olhando, entendeu? (Entrevistado 4)

A interação livre entre os sujeitos insinua diversas relações de troca e uma liberdade de escolha dos sujeitos sobre o processo de identificação e seleção de seus pares (RUIZ, 2004). É pela interação entre sujeitos e espaços que o primeiro se apropria do segundo, é o elemento distintivo da alteridade que permite esse processo de reconhecimento e consequente pertencimento ao outro, seja sujeito ou espaço. Dessa forma, “o modo de funcionamento da cidade, em seus diversos microterritórios e equipamentos funcionais, estabelece a diferenciação e a organização das identidades sociais que proliferam no contexto urbano, bem como opera a sua distribuição física pelo espaço” (FIGUEIREDO; CAVEDON, 2012, p. 232).



Adentrando as relações de troca e reconhecimento do espaço e do outro, Ruiz (2004) defende que a construção da identidade individual não é um resultado automático da mera sujeição às relações, daí tratar aqui o “sujeito” e não o “sujeito” – mas também não pode ser atribuída ao puro voluntarismo. “O sujeito necessita inserir-se no universo simbólico de seu grupo social a fim de construir sua identidade e se apropriar da riqueza cultural coletiva; esta é a base do processo de socialização” (RUIZ, 2004, p. 179).

Berger e Luckmann (2011) apontam que é por meio do processo de socialização, das relações diárias, do cotidiano que a realidade se constitui para os sujeitos. No entanto, entre as múltiplas realidades existentes, há uma que se apresenta como realidade por excelência, normalmente, aquela constituída por uma ordem de objetos que precede à existência dos sujeitos, objetificadas anteriormente. É a partir da existência e experimentação dos sujeitos, a realidade passa a ser subjetivada:

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo firmado como real por eles (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 36).

Dentro deste contexto, as representações sociais da realidade apresentam-se como essencialmente dinâmicas, são produtos de determinações (tanto históricas, como sociais e atuais) e construções que têm uma função de orientação: conhecimentos sociais que situam o sujeito no mundo. E, colaboram com o situar do sujeito e no processo de definição de sua identidade social, seu modo de ser particular, produto de seu ser social (SILVA; ICHIKAWA, 2008)

Ao longo da vida os sujeitos buscam então, paralelamente ao desenvolvimento de suas identidades individuais e coletivas, estabelecerem relações com espaço que passa por um processo de significação. Conforme Bauer (2004) esse processo de identificação remete ao ato de identificar, ou seja, reconhecer uma determinada marca em algo ou alguém. A aproximação dos sujeitos com os espaços se dá a partir desses processos de reconhecimento do “eu”, do “outro” e dos “espaços”. Essa associação entre identificação e identidade pode significar o reconhecimento de uma marca que relacionada a uma identidade e o identificar-se o reconhecimento no outro uma marca que o sujeito julga também possuir (BAUER, 2004).

Os autores ainda defendem que a mudança nessa dinâmica social do idoso acaba por tornar a velhice uma fase onde o sentimento de inutilidade social/produtiva se torne presente, além de ter reforçado o isolamento social devido às dificuldades no estabelecimento de novas relações sociais (AREOSA; BENITEZ; WICHMANN, 2012). A necessidade de uma realocação social faz-se presente:

Para enfrentar essas mudanças, por um lado, é necessário que os idosos recriem novas alternativas de participação, lazer e ocupação do tempo livre, mas por outro, é imprescindível que a sociedade garanta o desenvolvimento integral e permanente do homem também nessa etapa da vida (BULLA; KUNZLER, 2005, p. 82).

O processo de uso e frequência da Praça Sete pelos idosos perpassa então pela necessidade de socialização, ao mesmo tempo em que esbarra com a possibilidade de uma interação histórica dos idosos com a constituição daquele espaço. Observa-se, portanto, que há uma possibilidade de existência de memórias individuais e coletivas destes idosos sobre aquele espaço.

Lefebvre (2008) aponta, portanto, que quando se estuda questões espaciais é preciso analisar como a globalidade deste espaço é significada – adentrando à semiologia do poder – como também é necessário estudar os modos de viver e de habitar – adentrando à semiologia da vida cotidiana, do habitar e do *habitat*.

Tal posicionamento, por vezes é reafirmado por autores como Haesbaert que entende que território está diretamente relacionado com relações de poder – não se restringindo apenas ao plano político. Essa ideia de poder que se torna intrínseca à ideia de território tem a ver com um tipo de poder mais concreto, relacionado à dominação, um sentido mais simbólico da apropriação (HAESBAERT, 2005). É por meio do estabelecimento de apropriações como esta que os espaços passam a ganhar novas dinâmicas. Dessas apropriações nascem os territórios:

O território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terraterritorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

De forma complementar, Saraiva, Carrieri e Soares (2014, p. 108) apontam que:

Territórios são espaços apropriados, de direito, contidos e legitimados, e controlados por um grupo ou uma instituição. O conceito de território se relaciona à visão de

propriedade que uma pessoa ou grupo possui – uma base física sobre a qual a dimensão afetiva se desenvolve –, vivenciada por práticas simbólicas que tipificam uma afetividade espacial singular.

Portanto, parte-se então para a necessidade de se entender o processo de apropriação da cidade a partir da demarcação de territórios. Rosendahl (2005), por sua vez, aborda o conceito de território como um dado segmento de espaço que envolve apropriação e controle por parte de um determinado agente social. Sendo o espaço o palco onde os processos acontecem e o território um determinado espaço que passa por apropriação. Figueiredo e Cavedon (2012, p. 234) complementam ainda que “os grupos sociais diversos criam vínculos representativos com a cidade [...], que se torna ponto de referência para distinguir seus frequentadores como pertencentes a uma rede de relações especiais”.

Logo, o território apresenta características políticas e culturais que representam os agentes que, reafirmado por Haesbaert, tem interferência “política” de diversos atores:

Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados por meio dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles sujeitos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio sujeito (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Esse processo de dotar de significado um determinado espaço acaba por imprimir aos espaços territorializados outra dimensão simbólica. É nesse sentido que Haesbaert (2005) defende a simultaneidade de sentidos funcionais e simbólicos que todo território desenvolve. O autor aponta que há uma combinação entre funcionalidade e simbolismo, uma vez que os sujeitos utilizam o domínio do espaço tanto para realizar determinadas funções quanto para usufruir de seus significados. Dessa forma, pode-se apreender a diferença entre territórios funcionais e simbólicos a partir do quadro 1, abaixo apresentado:

<b>TERRITÓRIO FUNCIONAL</b>	<b>TERRITÓRIO SIMBÓLICO</b>
Processos de Dominação	Processos de Apropriação
Territórios da desigualdade	Territórios da diferença
Território sem territorialidade (empiricamente impossível)	Territorialidade sem território (ex: a Terra Prometida dos Judeus)
Princípio da exclusividade	Princípio da multiplicidade

(no seu extremo: unifuncionalidade)	(no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro)	Território como símbolo, valor simbólico ("abrigo", "lar", segurança afetiva)

### **Quadro 1 – Territórios e suas configurações**

**Fonte:** Adaptado de HAESBAERT (2005).

Como apresentado no Quadro 1 é possível frisar alguns pontos de destaque no processo de diferenciação dos dois sentidos estabelecidos sobre território:

(i) Quando relacionado à funcionalidade do território, observa-se uma relação de poder desigual, gerando então a dominação, enquanto no território simbólico as relações de poder geram apropriações do espaço, podendo ser simultâneas; daí o primeiro ter como princípio a exclusividade e o segundo a multiplicidade;

(ii) Quando se pensa nas lutas políticas travadas para se estabelecer um território funcional relaciona-se também a ideia de desigualdade ali estabelecida pela relação de dominação, seja ela social, financeira ou política. No sentido do território simbólico observa-se o estabelecimento de diferenças entre os grupos, nitidamente reconhecidas por processos de identificação e diferenciação dos grupos sociais;

(iii) Quando se estabelece um território funcional busca-se focar neste como um recurso social e político, com valor de troca e, portanto, podendo ser tido enquanto espaço para produção, lucro e controle. O espaço simbólico, por outro lado, tem como essência a ideia dos sentidos emocionais ali estabelecidas – muitas vezes relacionados à ideia de segurança, seja social ou afetiva.

A partir da discussão empreendida por Haesbaert (2005) apontando as diferenciações entre territórios funcionais e simbólicos pode-se então chegar à concepção de que:

É territorial, nesse sentido, qualquer interface humana assentada sobre um dado espaço, porque se refere, essencialmente, a uma apropriação antes de qualquer coisa política do lugar. Esse lugar termina por ser “produzido” socialmente pelos grupos que o compõem, respondendo às múltiplas representações sociais dos diretamente envolvidos com aquele local. Um mesmo espaço, assim, é territorializado – no sentido de apropriado, ressignificado e produzido – dependendo do grupo de referência que dele se apropria e o ocupa geográfica e identitariamente (SARAIVA; CARRIERI; SOARES, 2014, p. 103).

Portanto, é possível analisar a produção e territorialização de um mesmo espaço por diversos atores e grupos sociais. Sendo, em sua maioria, orientados por questões de poder e com base nas representações sociais que estes grupos têm deste espaço em questão. Ao analisar a possibilidade de estabelecimento de territórios tanto funcionais quanto simbólicos, bem como, a constituição de territórios por diversos grupos em um mesmo espaço, Takaki e Coelho (2010)<sup>10</sup> apontam que:

Observa-se a construção de uma multiterritorialidade resultante da sobreposição de territórios capaz de romper os limites temporais, sendo definida pelo ‘encaixe’ em diferentes escalas e dimensões. Vale observar que os eventos ora citados, e divulgados também pelas redes sociais, encontram materialidade sempre em espaços de domínio público na cidade, como um dos muitos pontos desta rede que desenha sua coexistência periférica no cenário urbano, transformando e (re)-significando espaços urbanos em lugares de encontro.

Logo, o território torna-se uma concepção de apropriação dos espaços mais profunda que apenas os sentidos de espaço apropriado ou não desenvolvidos por Lefebvre e Augé. Portanto, a ideia de estudar as representações da Praça Sete por três grupos sociais implica buscar entender também de que forma tais representações influenciam nos processos de apropriação e no estabelecimento de territórios naquele espaço.

Dessa forma, Augé (2010, p 23) ainda aponta que “não é simplesmente porque a representação do sujeito é uma construção social que ela interessa à antropologia é também porque toda representação do sujeito é, necessariamente, uma representação do vínculo social que lhe é consubstancial”. É em busca de se entender todo esse contexto maior em que desenvolve o estabelecimento de territórios que é necessário entenderem tanto as representações quanto os processos apropriativos.

### **Sobre cidades e regiões centrais: o que dizem os estudos?**

Como apontado até o momento, a cidade aqui estudada será vista por outro olhar: o social-humano. No entanto, é preciso iniciar reflexões sobre a ocupação dos espaços na cidade, em específico, por trabalhar aqui e Praça Sete atentarei ao espaço das regiões centrais nas cidades. Por que foram para o centro da cidade? O que de diferente este espaço apresenta em relação aos demais?

---

<sup>10</sup> Retirado de: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=3&lang=pt>. Acesso em: 19 01 2015.

Ressalto aqui que a ideia de se pesquisar a Praça Sete traz uma peculiaridade por sua localização central que como apontado por Augé (2010, p. 63) “o centro da cidade é um lugar ativo; na concepção tradicional das cidades [...] (as novas cidades – planejadas) não oferecem um equivalente aos lugares de vida produzidos por uma história mais antiga e mais lenta, onde os itinerários singulares se cruzam e se misturam”. Logo, os fluxos estabelecidos no centro tendem a ser mais ricos e interessantes do ponto de vista de pesquisa.

Adentrando os processos de uso e apropriação da região central, observa-se que os idosos, normalmente, quando aposentados tendem a apresentar uma diminuição nas suas relações sociais ou de sua participação em grupos sociais. O convívio social anteriormente vinculado ao trabalho acaba por ser substituída pelo convívio familiar restrito ao âmbito do lar, causando certo isolamento social e ociosidade (AREOSA; BENITEZ; WICHMANN, 2012).

Já em relação aos processos de surgimento das cidades e da urbanização, Lefebvre (2008) aponta que com o desenvolver das cidades a região central tende-se a esvaziar. “o movimento por ela provocada (urbanização) arrasta a burguesia e as camadas abastadas (do centro das cidades). Estas instalam os subúrbios residenciais. O centro da cidade se esvazia em proveito dos escritórios” (LEFEBVRE, 2008, p. 25).

Esse movimento também é apontado como reordenador das dinâmicas nas regiões centrais, “o crescimento da cidade, somado a outros fatores como diminuição dos investimentos em infraestrutura, fez com que o centro da cidade fosse ocupado por pessoas com baixa qualificação, que encontraram no trabalho informal uma fonte de sobrevivência (CARRIERI; MARANHÃO; MURTA, 2009, p. 1317). Logo, a região central torna-se um espaço de passagem, onde os fluxos são de trânsito e não de permanência. Tal posicionamento me faz questionar então o porquê dos idosos procurarem a Praça Sete, localizada na região central de Belo Horizonte.

Esse processo de esvaziamento do centro faz com que o poder público em diversas cidades busque a adoção de processos de requalificação da área central. A criação dos shoppings populares foi uma forma de o poder público belo-horizontino, em parceria com a iniciativa privada, tentar limpar o centro da “sujeira” dos camelôs e vendedores ambulantes. Lembro-

me aqui de quatro grandes empreendimentos: o Shopping Oiapoque, o Xavantes Pop Shopping, o Shopping Tupinambás e o Shopping Caetés.

Para além da criação dos shoppings populares, a prefeitura buscou desenvolver um programa maior de requalificação da região central chamado Centro Vivo. Como apontado por Jayme e Neves (2010, p. 606), alguns processos de ocupação do espaço público foram os motivadores desta intervenção:

Assistiu-se, nas décadas de 1980 e 1990, a uma ocupação do espaço da região central pelos vendedores ambulantes de forma bem mais ostensiva. As calçadas se transformaram em verdadeiros mercados, onde se ofereciam produtos variados e a preços bem inferiores aos vendidos nas lojas. Os lojistas se sentiram prejudicados, já que, para eles, a concorrência era desleal e, além disso, as barracas eram posicionadas em frente às lojas, ocultando suas fachadas. Essas atividades, então, se tornaram, mais uma vez, alvo de ações públicas que tentaram conter seu aumento, além de buscar a manutenção da ordem na região central (JAYME; NEVES, 2010, p. 606).

Ora, o que dizer sobre o público e o privado nestes espaços? Durante muito tempo os camelôs foram acusados de privatizar um espaço que era de todos (JAYME; NEVES, 2010), mas não estariam os lojistas privatizando o espaço de todos ao buscar impor uma lógica higienista que tende a favorecê-los, prioritariamente? Onde fica o direito de uso do espaço público se é demarcado que a calçada não pode ser ocupada em virtude dos lojistas?

A Praça Sete, em específico, é reconhecidamente um espaço público de interações e construções identitárias de grupos que ali se encontram diariamente, como os aposentados, engraxates, pessoas que estão de passagem, grupos de surdos, além de ser um espaço de manifestações políticas e artísticas (JAYME; NEVES, 2010). Talvez, exatamente por essa riqueza de fluxos e dinâmicas que esta região seja atrativa aos olhos dos idosos que buscam fora de casa a “vida” que dentro dela não encontram.

Tal percepção vai, por vezes, em desencontro com a lógica social de reclusão domiciliar em busca de segurança e conforto. A cidade na sociedade moderna tornou-se um espaço perigoso, no qual a maioria das pessoas (só) enxerga segurança em seu lar; “no caso da cidade isso é muito marcado: a cidade como espaço do encontro e do convívio, hoje, nos obriga cada vez

mais a nos fecharmos na vida privada, fugindo do encontro e do espaço público”<sup>11</sup> (MONTE-MÓR, 2006).

Então, ainda que o centro não tenha sido concebido para o "idoso", as representações do idoso (e a morte) o levam para lá, ainda que tenhamos questões como segurança e dificuldades de acesso que pesem. É preciso entender as representações para entender o porquê de irem para a Praça Sete. É preciso entender as sociabilidades ali desenvolvidas para entender como se dão os processos de apropriação (territorialidade). E, portanto, entender o mundo da Praça Sete segundo os idosos.

(03) Aqui é muito bom, é aquela história, é, é, o volume de gente, é, todo mundo andando na rua, todos os dias é a mesma coisa. Isso é de bom. De repente, assim, (a entrevistada está rindo) cê sente que não tá sozinho. (Entrevistada 2)

O fragmento discursivo (03) traduz bem os anseios dos idosos ao buscarem a região central. A primeira seleção lexical traz a ideia de como é a leitura de parte dos idosos sobre a Praça Sete e a região central. Além de apontar a dinâmica estabelecida ali no centro “é o volume de gente, é, todo mundo andando na rua”, mas traz consigo a ideia de rotina e repetição dos fluxos naquela região. Uma rotina que, diferente da rotina do lar, proporciona novas experiências.

A segunda seleção lexical traz o que pode ser o grande motivo da ida dos idosos à Praça Sete: a necessidade de combater a solidão que a idade imprime à rotina dos idosos. Se com a aposentadoria o tempo torna-se uma variável que não mais pressiona a rotina dos indivíduos, a solidão se torna uma variável presente e que tende a influenciar a organização diária das atividades dos idosos.

Durante os discursos dos idosos a palavra “solidão” tornou-se presente, fazendo-se uma engrenagem, uma mola propulsora para a saída dos idosos de casa para a rua, em específico, para a região central e a Praça Sete. A busca pela multidão e pelo “volume de gente” traz consigo o interdiscurso da necessidade de socialização e sociabilidades – um dos diferenciais do idoso em relação aos adultos. Ver gente, conversar, ver movimento, movimentar-se fazem atos mais necessários à vida do idoso para que se sinta vivo.

---

<sup>11</sup> Trecho de transcrição de palestra proferida pelo Prof. Dr. Roberto Monte Mór em 2006.



## **A PRAÇA SETE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CENTRO DA TRAMA**

Esta seção busca trazer a possibilidade de diversas interpretações sobre a cidade a partir das representações sociais. Para tanto, debruço-me sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), o construtivismo social e a subjetivação da realidade. É por meio dos processos dialéticos sujeito-sociedade / sujeito-espacos / espacos-sociedade que sustento a ideia das representações sociais enquanto constituintes das diversas realidades.

Nesta seção busco, ainda, delinear os caminhos que tentei desenvolver sobre a teoria de representações sociais, possibilitando explorar uma perspectiva menos estruturalista desta teoria, trazendo então a discussão da ancoragem e da themata, apoiando-se na proposta de Liu (2003; 2006; 2008). Com isso, busco aproximar-me da perspectiva desenvolvida por Lefebvre sobre construção dos espacos. A ideia é possibilitar, ainda que discuta a partir de perspectivas diferentes, a aproximação teórica entre estes dois autores, trazendo um enlace maior com os resultados da pesquisa aqui apresentados.

O adendo teórico que faço aqui se refere às possibilidades que o interacionismo simbólico e o construtivismo social possibilitam; tanto as representações sociais são construídas e reconstruídas a partir da codificação da realidade e do compartilhamento desta como os espacos, partindo da perspectiva de Lefebvre, deveriam e precisam ser construídos partindo da ideia da dialética da tríade (espaco, tempo e sociedade; já apresentada).

### **A Teoria das Representações Sociais**

A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, frequentemente, à representação (imagem) do espaco, da cidade... (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

Em busca do entendimento da teoria de representações sociais, nada melhor do que recorrer às suas origens, em Moscovici, elaborada em 1961. Neste ano, ao lançar o livro *Psychanalyse*, o autor busca constituir um novo objeto da Psicologia Social: o estudo sistemático das representações sociais. As pesquisas com representações sociais ganham fôlego no meio

acadêmico devido aos diversos domínios do conhecimento em que podem ser aplicadas, bem como a diversidade metodológica que lhes pode ser conferida, não apresentando uma fórmula “ideal” de se fazer pesquisa com representações sociais (JODELET, 2005).

Debruçando-se sobre o conceito de representação coletiva de Durkheim, introduzido no final do Século XIX, Moscovici retoma a discussão que fora esquecida durante meio século agora sobre representações sociais (JESUÍNO, 2011), no entanto, trazendo o conceito para o nível do sujeito e suas relações mantidas em nível social. Como apontado por Marques, Cavedon e Soilo (2013, p. 49), “o conceito de representação social tem sua origem na definição de ‘representação coletiva’ proposta por Durkheim, sendo descrita como formas estáveis de compreensão coletiva que integram a sociedade como um todo”.

A mudança do conceito de representação coletiva para social busca enfatizar a comunicação subjetiva, concebida como geradora das representações e a ideia de processo dialético mantido entre sujeito e sociedade, sem a imposição do último sobre o primeiro (SILVA; CARRIERI, 2014). Dessa forma, pensar que os idosos, no passado, ajudaram na elaboração das representações sociais da Praça Sete os colocam, também, atualmente como receptores de uma representação que eles, em algum momento, ajudaram a construir e que fora socialmente modificada e reconstruída.

O conceito de representação coletiva proposta por Durkheim buscava, em um primeiro momento, relacionar as especificidades do pensamento social com o do pensamento individual. Durkheim buscava em seus estudos apontar a importância da sociedade na explicação do mundo, atentando para a importância de que até o ato mais individual tende a carregar traços e interferência do contexto e grupo social (LAHLOU, 2011).

Não se pode esquecer, no entanto, que até mesmo a representação social vem se debruçar sobre a coletividade, já que como apresentado por Moscovici (1978) a representação acaba por condensar uma reflexão coletiva de participantes dotados de certo autodidatismo social. E como apresentado por Liu (2003, p. 259), “uma característica definidora das representações sociais é que elas são elaboradas coletivamente e compartilhadas socialmente – tradução livre<sup>12</sup>”.

---

<sup>12</sup> “A defining characteristic of social representations is that they are collectively elaborated and socially shared”.

Em alguns pontos é preciso diferenciar de que forma se apresentam tanto as representações (individuais) quanto as representações sociais. E para isso, Moscovici (1978, p. 301) aponta a “importância de identificar os aspectos psicológicos da representação antes de lhe conferir a sua classificação social” que, apresentará tal classificação apenas a partir da construção e compartilhamento de uma representação (individual) com um grupo em específico. Dessa forma, uma representação social só se configura como tal em virtude de sua extensão perante uma coletividade (JESUÍNO, 2011).

Dentro dessa concepção, o homem só se torna homem ao se debruçar sobre conceitos que, criados socialmente, o tornariam um ser social. Dessa forma, não se pode reduzir a representação coletiva à soma das representações individuais, sendo essas últimas um fenômeno puramente psíquico e irreduzível à atividade cerebral – compõe-se de um conjunto maior de signos e imagens, estabelecidos socialmente (MOSCOVICI, 1978).

Ao dar sequência à discussão acerca dos aspectos sociais sobre os individuais, Jodelet aponta a necessidade de se pensar as representações em nível social e sua interferência nas concepções de mundo dos sujeitos:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva (JODELET, 2005, p. 17).

Logo, quando se pensa na construção da realidade esbarra nas noções que os sujeitos têm acerca do que se constitui o real para estes. A representação social, enquanto constituinte do real, segundo Silva e Ichikawa (2009), surge da interação social, tendo como produto a representação de determinados fatos, conceitos ou objetos, tanto a partir de uma concepção individual quanto das concepções coletivas.

Saraiva e Silveira (2007), invocando Xavier (2002), discutem que ao trabalharmos com o conceito de representação social, passamos a discutir a realidade constituída a partir de uma perspectiva simbólica, que perpassa pela subjetividade, mas que encontra respaldo na

materialidade dos elementos dos quais se trata. É da objetificação de elementos sociais por meio de perspectivas individuais que se elaboram representações sociais subjetivando a concepção de mundo, de espaços e de atores.

A objetificação desses elementos, segundo Oliveira *et al.* (2005), se dá em torno do objeto representado e das relações que os sujeitos ou grupo mantém com este objeto. Enquanto os elementos da representação são criados ou transformados a partir da constituição simbólica do próprio elemento e de outros para estes sujeitos, de forma a determinar o tipo de vinculação mantida entre objeto e os elementos de representação.

É possível pensar as representações sociais como “uma inteligência coletiva distribuída e descentralizada, que explora a controvérsia e a seleção para criar formas partilhadas” (LAHLOU, 2011, p. 59). Essa concepção de compartilhamento, segundo Lahlou (2011), acaba tomando a representação social como uma ferramenta de pensamento que mantém relação entre o sujeito e o grupo, entre o material e o ideal, daí definir que a representação social pode ser considerada um *carrefour*<sup>13</sup> entre esses quatro pontos.

Moscovici (1978) traz a representação social como modeladora do mundo exterior aos sujeitos, constituída a partir da relação entre os sujeitos e os grupos sociais e as relações sociais empreendidas nos diversos espaços. A representação social torna-se então reprodutora de “imagens” de mundo. Reprodução esta que interfere diretamente na reelaboração das estruturas e elementos sociais, “uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das noções e das regras [...]” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Dessa forma, podem-se entender as representações sociais enquanto produção de um simbolismo e, alternativamente, enquanto reprodução de determinados objetos valorizados socialmente, ou seja, há uma seleção de objetos sociais conhecidos e valorizados por aquele grupo dos quais representações sociais são elaboradas. É preciso frisar que uma representação social é uma representação de algo por alguém e que encontra nas relações sociais e nos grupos uma forma de ecoar. Refere-se à processos mentais de percepção de objetos e situações materiais e sociais (LAHLOU, 2011).

---

<sup>13</sup> Segundo Lahlou (2011) o termo *carrefour* faz referência a uma intersecção entre diferentes pontos.

Silva e Ichikawa (2009), ao se debruçarem sobre Moscovici, apontam que os sujeitos não podem ser concebidos apenas enquanto seres ideológicos e processadores de informações, mas devem ser pensados enquanto pensadores ativos, construtores de ideias e concepções. Dessa forma, podem ser entendidos enquanto construtores da sociedade sob uma perspectiva de que produzem e comunicam suas concepções de realidade, sendo então, agentes de mudança da sociedade e produtos desta.

Jodelet (2005), ao apresentar o conceito de representações sociais e exemplificar o como se dá a construção dessas, acaba por concluir, com base em seus estudos sobre representações sociais da AIDS, que as representações se apoiam em diversas variáveis (circunscritas no ambiente social e nas quais os grupos tiram suas significações) e em conhecimentos anteriores.

Esses conhecimentos anteriores são resgatados a partir de situações particulares de construção ou reconstrução de determinada representação social. As representações baseiam-se em “sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos específicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos sujeitos” (JODELET, 2005, p. 21).

Em suas reflexões, Moscovici (1978) aponta que a representação social configura-se enquanto um *corpus* de conhecimento que possibilita tornar a realidade inteligível bem como permite que os sujeitos possam se relacionar socialmente, inserindo-se em grupos. Jodelet (2005, p. 21) confere ainda que “estas representações formam um sistema e dão lugar a teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significações”.

Esse sistema de conhecimento, ou *corpus* de conhecimento, como denominado por Moscovici (1978), por vezes é formado e tem relação direta com imagens captadas pelos sujeitos sobre a realidade, imagens estas concebidas internamente enquanto reflexo de uma realidade externa. A captação dessas imagens advém de diversas instâncias sociais com o qual os sujeitos se relacionam, tendo interferência também das redes de comunicação informal e da própria mídia (JODELET, 2005).

A imagem, enquanto formadora das representações sociais é gerada a partir das relações sociais e da opinião compartilhada por sujeitos que, passada por filtragem, direciona quais tipos de informação a serem recebidas e refutadas. Esse processo de construção de imagens sobre a realidade também vai se constituindo um tipo de filtro na captação de novas imagens (MOSCOVICI, 1978).

Moscovici (1978) discorre que a base para constituição desse *corpus* de conhecimento e das imagens que baseiam as representações sociais não pode ser entendida como constituída pelos sujeitos de forma isoladamente, mas constituída, elaborada e reelaborada a partir de um contexto social ativo e dinâmico no qual as concepções individuais são um prolongamento das do coletivo.

As representações sociais não têm seu âmbito limitado à constituição da realidade, mas são uma “preparação para a ação” (MOSCOVICI, 1978, p. 49). As representações sociais acabam por guiar o comportamento uma vez que estabelecem um processo de remodelamento dos elementos do meio ambiente e tais mudanças acabam por interferir no processo de ação.

Abric (1998) defende que as representações sociais desempenham determinadas funções: i) entender a realidade, por meio da compreensão e explicação desta; ii) desenhar identidades, a partir da concepção da identidade e especificidades coletivas; iii) dar orientação, no tocante às práticas sociais e; iv) dar justificção, ao serem usadas enquanto justificativa e explicação para determinadas decisões, pelos atores sociais. No entanto, aponto que tais funções aqui são apresentadas apenas a critério de conhecimento e reflexão sobre a constituição das representações sociais e seus reflexos nas ações individuais sem, no entanto, me apegar à abordagem de Abric (desenvolvida de uma forma um tanto quanto estruturante).

Moscovici (1978) discute ainda que o ato de representar um objeto, situação, estado ou coisa não se limita apenas na representação, desdobramento ou reprodução, mas estende à reconstituição deste objeto. É por meio das trocas sociais e da (re)elaboração de representações que a partir da modificação do texto as representações são rearranjadas – “as representações individuais ou sociais fazem com que o mundo seja o que pensamos que ele é ou deve ser. Mostram-nos que, a todo instante, alguma coisa ausente se lhe adiciona e alguma coisa presente se modifica” (MOSCOVICI, 1978, p. 59).

O estudo das representações sociais, conforme Jesuíno (2011) aponta, toma como base três dimensões: i) informação; ii) campo de representação; e iii) atitude. Essas dimensões vêm contemplar o processo de construção da percepção de realidade pelos sujeitos. A primeira dimensão perpassa pela captação de informações em nível social, por meio de vivências e socialização. A segunda dimensão vem fazer referência a como esta introjeção das informações é percebida, codificada e representada. E a terceira dimensão refere-se a como os sujeitos passam a se portar perante as representações construídas.

Esses pilares vão nortear o conceito de representação apontando que para além da ideia de absorver conceitos e conhecimentos para elaboração de representações, essas se traduzem em ações, ou seja, a representação social da realidade interfere nas ações dos sujeitos. Que como apontado por Moscovici (1978, p. 26), “em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os sujeitos”.

Ao estudar a estratégia enquanto prática social, Silva (2007, p. 53) ao fazer releituras de Moscovici, Jodelet e estudos de Cavedon, chega à conclusão de que “quando se aproxima das representações sociais dos sujeitos, o pesquisador está se aproximando dos conhecimentos que expõem articulações referentes às suas maneiras de fazer cotidianas”.

A constituição de representações sociais tem como base dois processos, assim como apresentado por Moscovici (1978): objetivação e amarração (também denominada de ancoragem). Esses dois processos são basilares para explicar como se constroem as representações sociais (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011) e vêm fazer referência às formas de apreensão do conhecimento externo ao sujeito e a “tradução” deste em conhecimento interno; internalização.

Ambos os processos constituem o processo de tornar uma situação ou conhecimento não familiar em algo familiar, de transformar um saber em outro tipo de saber. Dentro de um processo dialético estabelecido entre sujeito-conhecimento-social, torna o conhecimento em uma representação e possibilita à representação a mudança do social (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

O primeiro dos processos, a objetivação, tende a converter conceitos em imagens, possibilitando que o abstrato se torne concreto (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2005; TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011). Este primeiro processo pode ser dividido em outros dois (sub) processos denominados naturalização e classificação. Tais processos, “naturalizar, classificar – eis duas operações essenciais da objetivação. Uma torna o símbolo real, a outra dá à realidade um ar simbólico” (MOSCOVICI, 1978, p. 113). E, portanto, auxiliam no processo de reconhecimento da realidade externa ao sujeito, sua respectiva apreensão, codificação e classificação.

A ancoragem, por outro lado, refere-se ao processo de incorporação e assimilação desses elementos dentro do sistema cognitivo do sujeito. Como apresentado por Jodelet (2005, p. 35) “quando a novidade é incontornável, à ação de evitá-la segue-se um trabalho de ancoragem, com o objetivo de torná-la familiar e transformá-la para integrá-la no universo do pensamento preexistente”. Essa incorporação se dá a partir da categorização deste novo saber e enquadramento deste dentro do sistema de valores próprio do sujeito (TRINDADE; SANTOS; ALMEIDA, 2011).

Os dois processos, objetivação e ancoragem, ainda que ocorram de forma semelhante nos sujeitos tendem a gerar produtos diferenciados, uma vez que cada sujeito parte de um referencial social e de conhecimento diferente ao fazer a leitura do conhecimento e objeto a ele exposto (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2005; JODELET, 2011; CLÉMENCE; GREEN; COURVOISIER, 2011).

No segundo momento, o da ancoragem e qualificação da representação elaborada, tal qualificação/categorização será relativa aos esquemas cognitivos individuais, únicos àquele sujeito. Como apontado por Moscovici (1978, p. 174), “numa palavra, a objetivação transfere a ciência para o domínio do ser e a amarração (ancoragem) a delimita ao domínio do fazer, a fim de contornar o interdito de comunicação”.

No entanto, ao desenvolver do campo de pesquisa de representações sociais, outros dois conceitos foram adicionados por Moscovici e Marková como base para compreensão da teoria (SILVA, 2007; SILVA; CARRIERI, 2014). Esses dois processos foram denominados de



*themata* e gêneros comunicativos, oferecendo à teoria uma proposta que extrapola a ideia do conhecimento e apreensão da realidade, mas traz a ótica das dinâmicas sociais expressa nas ações e práticas cotidianas.

O conceito de *themata* faz referência direta a pré-categorizações que estão ancoradas na memória coletiva social, compartilhadas coletivamente e transmitidas socialmente de geração para geração, além de:

Elas são historicamente incorporadas, profundas e tomadas como certas ideias; ao mesmo tempo, as representações sociais geradas a partir da *themata* são indígenas dentro de um contexto social e cultural particular, e pode operar em diferentes formas na vida cotidiana [...]. À luz do conceito de *themata*, uma representação social não é uma massa desorganizada, mas uma construção polimorfa. Esta construção polimorfa é organizada em torno da *themata*. A *Themata* permeia e apoia os principais aspectos de uma representação social, e constitui, assim, a "estrutura profunda" da representação (LIU, 2003, p. 255, tradução livre<sup>14</sup>).

O autor ainda complementa que dentro do processo de constituição das representações sociais, este terceiro processo, a *themata*, é algo tomado por dinamismo e em constante evolução. E mantém interdependência direta com os dois processos anteriores, a objetivação e a ancoragem (LIU, 2003, 2006; 2008).

É a partir do entendimento do conceito de *themata* e sua influência contextual na elaboração das representações sociais que Silva (2007) insere em sua tese o quarto conceito, gêneros comunicativos, como “ponte” de relação com a objetivação e ancoragem e respectiva interpretação das representações sociais.

O conceito de gêneros comunicativos desenvolve-se a partir de conversas entre Moscovici e Marková (1998) e a teoria de Bakhtin (SILVA, 2007). É por meio das práticas comunicativas cotidianas que os gêneros comunicativos influenciam a constituição das representações sociais e “na ausência desses gêneros não haveria como articular discursos com base no vazio, mas esse vazio não ocorre, pois os homens desenvolvem gêneros comunicativos à medida que se socializam” (SILVA, 2007, p. 62-63).

---

<sup>14</sup> They are historically embedded, deep-seated and taken-for-granted ideas; at the same time, social representations generated from themata are indigenous to particular social and cultural context, and may operate in different forms in everyday life [...]. In the light of the concept of themata, a social representation is not an unorganized mass, but a polymorphous construction. This polymorphous construction is organised around themata. Themata permeate and underpin the major aspects of a social representation, and thus constitute the “deep structure” of the representation.

Nesse processo, a oposição entre estabilidade e dinamismo remete à dialogia das representações sociais, associada aos quatro conceitos apresentados, da seguinte maneira (MARKOVÁ, 2000): os gêneros comunicativos têm como característica a formação de *thematats*. À medida que isso ocorre, elas servem de base para se lidar com o desconhecido (ou o questionamento do conhecido), por meio da construção de representações sociais que incorporam e articulam o desconhecido com as *thematats* (o conhecido). Por sua vez, essa construção se dá a partir de processos de ancoragem e objetivação inseridos em gêneros comunicativos necessários às comunicações simbólicas que viabilizam esses processos e expressam as representações sociais. Por essa relação de dependência os gêneros comunicativos influenciam as representações sociais, que, por sua vez, se tornam pressupostos pragmáticos dos próprios gêneros comunicativos nos quais se inserem, influenciando esses gêneros com o surgimento de maneiras de veicular e de temas novos ou renovados (SILVA, 2007, p. 63-64).

Observo aqui, no entanto, que tais posicionamentos desenvolvidos sobre a constituição das representações sociais, envolvendo os quatro processos, não tem aqui o objetivo de aprofundamento teórico, mas de diferenciação da TRS original. Tal diferenciação é proposta por Liu (2003; 2006; 2008) como forma de trazer uma nova perspectiva para a TRS, dando-lhe ares de teoria mais flexível e menos estruturante. É pressuposto então, que os gêneros comunicativos auxiliam na constituição de uma perspectiva construtivista e dialética das representações sociais.

E se observado que as representações individuais são constituídas diferentemente a partir de cada indivíduo, observa-se também que haverá uma base comum de constituição dessas representações, afinal os sujeitos quando inseridos em determinados grupos partem de uma mesma base social/contextual para se constituírem. Dessa forma, como apresentado por Silva e Carrieri (2014, p. 199):

Pode-se identificar o consenso ou dissenso grupal e a heterogeneidade dentro dos grupos e entre eles tanto se atendo aos limites quanto os forçando até a ruptura. Não existe “o consenso”, mas infinitos níveis simultâneos de consenso e, conseqüentemente, de dissenso, uma vez que não se trata de lidar com uma construção social como algo isolado, mas com um conjunto de construções sociais simultâneas e cotidianas que também compõem níveis de consenso e dissenso [...] O aparente consenso é parcial, temporário (mesmo que esse tempo possa ser longo e remeter a certa estabilidade) e limitado às interpretações oriundas das articulações sociais, o que inclui a mediação das diferenças entre os sujeitos. Nesse processo de construção social, mesmo que as diferenças sejam colocadas em segundo plano, elas estão prontas para outras negociações.

Em virtude do processo de construção social das representações sociais, tais podem ser entendidas como produto e processo de uma experiência maior de apropriação da realidade

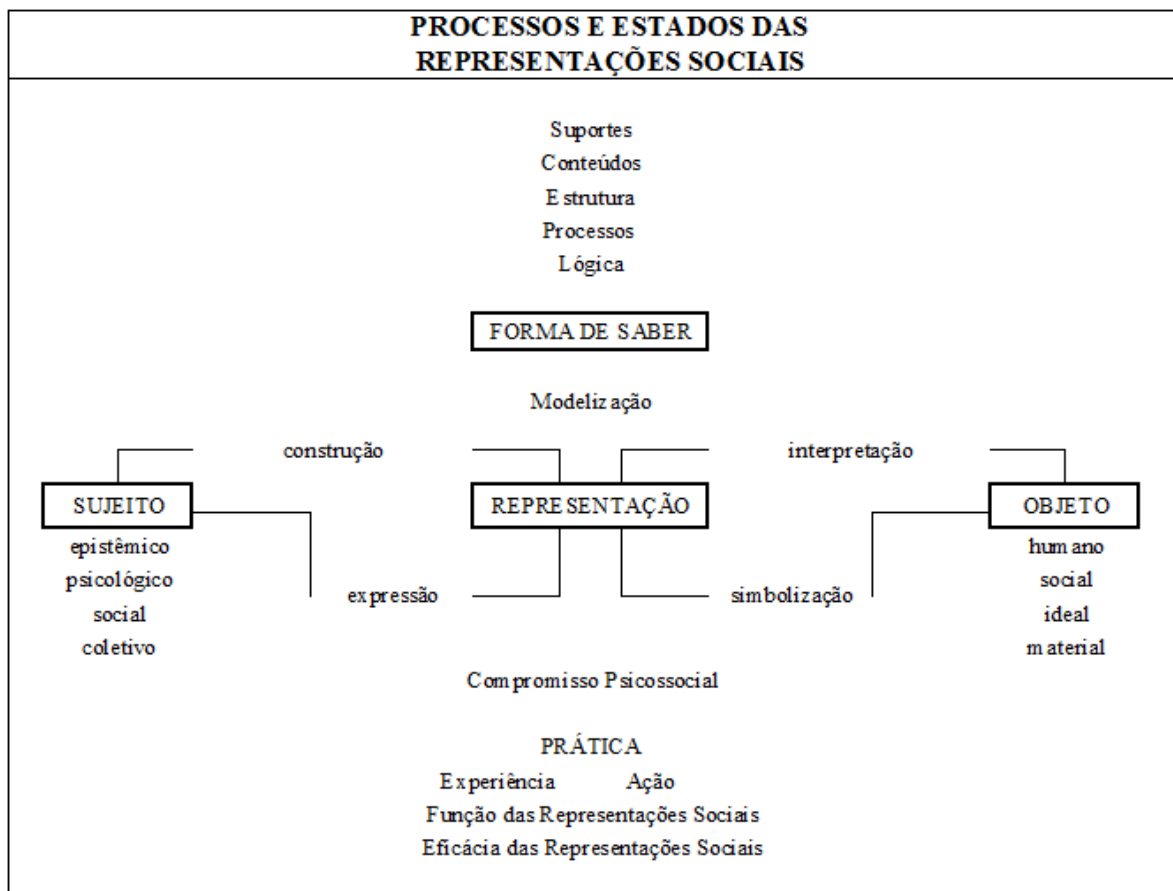
exterior ao sujeito e ao seu grupo social. Ainda que com implicações afetivas e normativas, tais apropriações têm referência direta com as experiências, práticas e modelos apreendidas a partir da comunicação social (JODELET, 2005).

Jodelet (2005, p. 22) complementa ainda que a representação social “[...] é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Essa afirmação de Jodelet vai de encontro às discussões levantadas anteriormente quando Moscovici critica o esquema S-R (Estímulo e Resposta) acrescentando o sujeito enquanto peça fundamental para entendimento da construção das representações sociais (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2005; 2011). A esse respeito, Trindade, Santos e Almeida (2011, p. 107) apontam que, em seus estudos, “Moscovici sustenta que quando o sujeito exprime suas opiniões e atitudes sobre um objeto ele já formulou uma representação deste objeto, o que equivale dizer que estímulo e resposta se formam juntos, ao contrário da dicotomia até então sustentada”.

A partir desta crítica, a releitura do esquema torna-se mais interessante e completa, passando a ser entendida como O-S-O-R<sup>15</sup>, de forma que não se rompe a ligação entre mundo interno e externo ao sujeito. Além de contemplar o sujeito enquanto “ator” que oferece estímulos e capta respostas do contexto social. É por meio destas concepções que Jodelet (2005) desenvolve um esquema explicativo para entendimento dos processos e estados das representações sociais, como pode ser observado na figura 6.

---

<sup>15</sup> A estrutura inicial pressupõe a relação que para cada estímulo (S) há de produzir uma resposta (R). Com a releitura do esquema acrescenta-se o sujeito (O) ao processo. Ele gera o estímulo e ele gera a resposta. É um ator dentro do processo.



**Figura 6: Processos e Estados das Representações Sociais**

Fonte: Adaptado de Jodelet (2005).

Como apresentado na figura 6, a proposta esquemática de Jodelet vem dar respaldo a concepção de que uma representação social é sempre uma representação de algo (objeto) e de alguém (sujeito). Figueiredo, Cavedon e Silva (2013, p. 57) apontam ainda que “a representação social é uma estrutura de mediação entre o sujeito e o mundo, elaborada através de um trabalho de ação comunicativa que liga sujeitos a outros sujeitos e aos objetos à sua volta”. Essa relação estabelecida torna a construção da representação do objeto algum simbólico para o sujeito, ao mesmo tempo que uma expressão de seu entendimento e compreensão de mundo.

A representação social tende a se firmar também enquanto uma forma de saber que, em oposição ao conhecimento científico, torna-se um conhecimento de senso comum. Tal conhecimento baseia-se em outros conhecimentos (e representações) que compõe a amalgama maior de conhecimento daquele grupo social. Daí se sustentar em conteúdos e estruturas anteriores àquela representação social ali constituída.

Jovchelovitch (2011) complementa tal pensamento ao discutir que é esse conhecimento de senso comum que, por vezes, abarcar um conhecimento científico tem papel fundamental na reprodução de situações, percepções, culturas e comportamentos. Diferente do conhecimento científico, tal conhecimento não se faz menos importante ou menos sábio, mas se apresenta enquanto construído na esfera social, cotidianamente e produto de um processo dialético entre sujeitos e sociedade.

O esquema desenvolvido por Jodelet converge com a proposição de Moscovici (1978) de que a representação social extrapola a ideia de apenas interferir nas concepções de realidade, interferindo também nas práticas dos sujeitos. Tal concepção traz ao sujeito a elaboração ou reelaboração de representações sociais a partir de um quadro social anterior que, pós-experimentação de uma situação tende a interpretar esta e construir uma representação que vem influenciar, reeditando possíveis ações e comportamentos que venham decorrer sobre aquele objeto ou situação.

Tais reflexões trazem consigo a representação social enquanto um sistema, individual ou coletivo, de interpretação da realidade por parte dos atores e que influencia diretamente a relação que estes mantem com o ambiente em que inserem. Essas influências terão papel fundamental ao orientar comportamentos e práticas individuais.

Neste contexto, enquanto socialmente construídas e compartilhadas, as representações sociais da Praça Sete ganham relevância enquanto objeto de pesquisa por serem fundamentais na compreensão das dinâmicas empreendidas naquele espaço e das diversas formas de territorialidade ali elaboradas. As representações influenciam na concepção e na forma como a cidade é vista e, portanto, influenciam nos processos de apropriação. Portanto:

No decorrer de uma investigação pautada na TRS, quando se coloca que a representação é de um sujeito sobre um objeto, esse objeto é uma delimitação proposta pelo pesquisador ou oferecida pelos sujeitos para que exista um foco na análise das mediações e construções que ocorrem nesse cotidiano. Comumente, para direcionar e facilitar a coleta e o tratamento dos dados, o pesquisador oferece um objeto (foco) a respeito do qual o sujeito se manifesta, o que dá margem para as críticas de que haveria ênfase numa relação simplista de oposição entre sujeito e objeto. Entretanto deve-se observar a maneira como isso é realizado. O pesquisador pode buscar esse foco nas próprias manifestações dos sujeitos, pois eles delimitam objetos por conta própria em suas interações cotidianas e revelam construções

sociais associadas a esses objetos (o que inclui as representações sociais) (SILVA, CARRIERI, 2014, p. 196).

Essas possibilidades apresentadas pela TRS podem auxiliar os pesquisadores no processo de familiarização dos sujeitos sociais em busca de um estudo mais interpretativo sobre fenômenos organizacionais. Se, como apresentado anteriormente, os quatro conceitos ligados à TRS auxiliam no entendimento da teoria de forma mais flexível e interpretativa, também auxiliam ao possibilitar a exposição de processos constitutivos dos sujeitos que estejam relacionados a uma ótica em que a dinâmica social é destaque. Dessa forma, tais conceitos auxiliam no entendimento do dinamismo das articulações das práticas cotidianas nos contextos organizacionais (SILVA; CARRIERI, 2014).

Em vista do apresentado, as representações sociais, conforme Jesuíno (2001) se tornam importante objeto de estudo não em virtude do maior ou menor número de sujeitos compartilharem delas, mas sobretudo pela função que desempenham, uma vez que “contribuem exclusivamente para os processos de formação das condutas e de orientação das comunicações sociais” (MOSCOVICI, 1978, p. 307).

Desta forma, em diversos trabalhos, assim como neste, a percepção de realidade é tomada como uma construção social. E assim, a TRS é adotada de forma a se posicionar como um corte teórico que auxilia no reconhecimento da construção social tanto dos espaços quanto dos sujeitos. Essas concepções desenvolvidas dentro da TRS acabam por estabelecer uma aproximação com as ideias de Berger e Luckmann sobre a construção social da realidade.

No entanto, enquanto a TRS é posta como meio de auxiliar o acesso às construções da realidade e assim compreender os fenômenos nela inseridos (SILVA, CARRIERI, 2014) o desenvolvimento teórico de Berger e Luckmann auxiliam no entendimento da construção da realidade – objetiva e subjetiva.

### **A realidade subjetivada e a construção social dos sujeitos**

O interesse sociológico nas questões da “realidade” e do “conhecimento” justifica-se assim inicialmente pelo fato de sua relatividade social. O que é “real” para um monge tibetano pode não ser “real” para um homem de negócios americano. [...] Segue-se que aglomerações específicas da “realidade” e do “conhecimento”

referem-se a contextos sociais específicos e que estas relações terão de ser incluídas numa correta análise sociológica desses contextos (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 13).

Discutir representações sociais sem discutir realidades torna-se tão sem nexo quanto discutir Moscovici sem recorrer ao entendimento dos estudos de Durkheim. Portanto, há uma grande conexão entre a TRS e a vida cotidiana – constituidora das realidades individuais. Como apontado por Jovchelovitch (2011) foram os estudos de Moscovici que puderam atestar que é o sujeito do cotidiano, por meio da cognição de ações e de seus comportamentos, que estabelece conexão entre a subjetividade e objetividade, definindo, redefinindo e desafiando a concepção do real, possibilitando assim, a discussão sobre diversos reais.

Ao pensar sobre realidades e sobre sujeitos, não há como pensar em constituição autônoma; pensar em realidades e sujeitos pressupõe socialização, portanto, “estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 167). Essa relação aqui inicialmente estabelecida faz referência direta à constituição dos sujeitos por meio de uma construção social e a constituição de realidades por meio da socialização destes sujeitos; tendo como base o interacionismo simbólico, daí pensar sempre sob uma ótica social dialética.

A ideia do construtivismo social dá à realidade o “Q” de um processo dialógico que se é construído no âmbito social; o interacionismo simbólico traz a experiência subjetiva dos sujeitos e as trocas simbólicas como também formados dos componentes da realidade. Estas duas correntes teóricas selam baseadas em uma epistemologia interpretativista, o elo que possibilita cada uma dessas construções, trocas e visões de mundo geradas pelas relações possa ser interpretada como uma realidade.

O construtivismo social, como observado por Gergen (1985) é visto como forma de ampliar e democratizar a conversa sobre as práticas humanas e de submeter estas práticas para um processo contínuo de reflexão. Inclusive, Gergen aponta que o próprio conhecimento científico é sujeito do construtivismo ao ter conceitos e definições relacionadas a contextos temporais e de espaço, sendo relativizado e não único.

O construtivismo social por vezes vem esbarrar e conversar com a Fenomenologia Social que concebe que os sujeitos constroem seus próprios mundos, e tal adoção do construtivismo se

faz coerente por determinadas correntes enxergarem que a construção desse mundo pelos sujeitos parte de bases oferecidas por outros sujeitos em seu círculo de relações sociais, assim como as representações sociais.

Já Berger e Luckmann (2011), em seu livro “A construção social da realidade”, demonstram, a partir do aprendizado de línguas, o quão, em um primeiro momento, estamos condicionado a uma socialização e uma sociedade pré-existente mas, ao mesmo tempo, com “poder” de realizar releituras sobre essa a partir de novas socializações.

Todo sujeito nasce em uma localidade dotada de uma língua própria, que se tornará sua língua materna. É com esta língua, suas palavras, signos e significados que ele significa e interage com o mundo. Mas, quando resolve aprender outra língua o indivíduo procura retraduzir na língua original todo e qualquer elemento da nova língua.

Goss (2006) aponta também que Giddens e Schutz fazem a leitura de que esses esquemas interpretativos de mundo que os sujeitos aplicam ajuda na construção de significados e na compreensão de significados de conduta dos outros. Tais esquemas auxiliam diariamente nos processos de interação social e construção da realidade.

Castañon (2005) em suas reflexões sobre o construtivismo nas Ciências Humanas acaba por concluir que a aceção inicial do termo, advinda da psicologia, pensava os processos externos ao sujeito, excluindo-o do processo. No entanto, o posicionamento aqui tomado, corroborado por Castañon (2005) e Gergen (1985), pressupõe o construtivismo enquanto um “processo de formação mental de algo, incluindo conceitos, interpretações, deduções e análises. Esta aceção do termo pressupõe a existência de um sujeito ativo e construtor de suas cognições” (CASTAÑON, 2005, p. 37).

Entende-se também que para além do sujeito, “o mundo da vida cotidiana é estruturado espacial e temporalmente”, como apontado por Berger e Luckmann (2011, p. 43). Há uma espacialidade devido à dimensão social que existe onde ocorrem as relações sociais e a zona de manipulação do contato com os outros e há temporalidade ao tratar da consciência que é sempre ordenada temporalmente (BERGER; LUCKMANN, 2011).



Em outro contexto, o interacionismo simbólico nasceu do desconforto com o funcionalismo e o estruturalismo predominantes na sociologia de meados do Século XX, foi protagonista de um percurso semântico verdadeiramente rico e que, inclusive, parece ainda materializar-se em novas inquietações analíticas, empíricas e teóricas na atualidade. Metáforas sociológicas dos últimos vinte anos, como ser, “fragmentação social”, heterogeneidade, “pluralidade do eu”, “múltiplas realidades”, dentre outras (GADEA, 2013).

O principal expoente do interacionismo simbólico, Mead teve Blumer como seu discípulo que acabou publicando trabalhos na área, uma vez que Mead não era adepto de publicações, mas mantinha anotações que Blumer veio trabalhar para publicar. Observa-se que alguns autores discutem as diferenças de concepção de mundo de Mead e Blumer, questionando inclusive a legitimidade de Blumer em levar para frente as discussões de Mead. Mead enxergava o mundo a partir de quatro pontos:

1. Há um mundo de realidade "lá fora" que fica defronte dos seres humanos e que é capaz de resistir às ações destes;
2. Este mundo da realidade torna-se conhecido para os seres humanos apenas na forma em que é percebido pelos seres humanos;
3. Assim, esta realidade muda com o desenvolver dos seres humanos e as novas percepções dela; e;
4. A resistência do mundo para a percepção é o teste da validade das percepções (BLUMER, 1980, p. 410, tradução livre<sup>16</sup>).

---

<sup>16</sup> 1. There is a world of reality "out there" that stands over against human beings and that is capable of resisting actions toward it; 2. This world of reality becomes known to human beings only in the form in which it is perceived by human beings; 3. Thus, this reality changes as human beings develop new perceptions of it; and; 4. The resistance of the world to perceptions of it is the test of the validity of the perceptions

Blumer (1969, p. 2, tradução livre<sup>17</sup>), no entanto, discutia o interacionismo simbólico a partir de três premissas:

A primeira premissa é que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que as coisas têm para eles [...]. A segunda premissa é que o significado de tais coisas é derivado, ou surge da interação social que se tem com os semelhantes. A terceira premissa é que esses significados são tratados e modificados por meio de um processo interpretativo usado pelos sujeitos para lidar com as coisas que encontra.

As perspectivas desenvolvidas pelos dois, Mead e Blumer, conversam entre si trazendo a concepção do real como pré-existente, mas apreendida a partir de um ponto (individual) e podendo ser modificada, alterada pelos sujeitos. Dessa forma, o interacionismo pressupõe a não existência de uma estrutura prévia de sociedade existente, mas a construção e reconstrução desta a partir das relações sociais. Os sujeitos acabam sendo fontes de estímulos para outros sujeitos na concepção de conceitos, realidades e comportamentos (GOSS, 2006).

Berger e Luckmann (2011, p. 53) complementam tal posicionamento ao discutirem a existência de uma realidade objetiva – notadamente a pré-existente, e a uma modificada, alterada pelos sujeitos, a realidade subjetiva:

A realidade da vida cotidiana não é cheia unicamente de objetivações; é somente possível por causa delas. Estou constantemente envolvido por objetos que “proclama” as intenções subjetivas de meus semelhantes, embora possa às vezes ter dificuldade de saber ao certo o que um objeto particular está “proclamando”.

Logo, a base do pensamento piagetiano<sup>18</sup> torna-se o ponto de partida para a discussão que aqui desenvolvo, mas a partir da ótica de Berger e Luckmann (2011), principalmente. Tais autores defendem que a construção dessas estruturas cognitivas passa então por três processos: exteriorização, objetivação e interiorização. Dentro dessa perspectiva entende-se que os sujeitos exteriorizam-se enquanto ser à sociedade, captam a realidade, de forma a

---

<sup>17</sup> The first premise is that human beings act toward things on the basis of the meanings that the things have for them [...]. The second premise is that the meaning of such things is derived from, or arises out of, the social interaction that one has with one's fellows. The third premise is that these meanings are handled in, and modified through, an interpretative process used by the person in dealing with the things the encounters

<sup>18</sup> As discussões construtivistas tiveram seu início com as obras de Piaget, dentro da psicologia e sua abordagem sobre os processos cognitivos (CASTAÑON, 2005; ARENDT, 2003). Ainda segundo Arendt (2003, p. 9), “o grande psicólogo suíço sistematizou o enfoque, compartilhado pela maioria dos construtivistas, que consiste na hipótese mestra de que não existem estruturas cognitivas inatas, sendo estas construídas pelo sujeito, no decorrer de suas ações no meio”.

objetivá-la, compreende-la e a absorvem fazendo leituras e/ou releituras de mundo a partir desse processo dialético de construção de si e de seu contexto.

É possível, nesse momento, enxergar clara relação entre os processos de captação da realidade e os processos de elaboração das representações sociais. Ambos seguem uma mesma linha de raciocínio na qual os primeiros processos referem-se à captação de comportamentos, ideias e práticas, leitura e conversão destes em significados para o sujeito e consequente interiorização, alterando assim suas concepções de mundo.

Portanto, “esta apreensão não resulta de criações autônomas de significado por sujeitos isolados, mas começa com o fato do indivíduo ‘assumir’ o mundo no qual os outros já vivem” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 168). Esse processo maior de reconhecimento, leitura de mundo e interiorização só ocorre a partir de um processo de socialização – o que reafirma o peso do “social” sobre a construção das realidades individuais, assim como nas representações sociais.

Blumer (1969) ainda aponta que o processo de formação do conhecimento é um processo de formação estabelecido inconscientemente entre os sujeitos e construído diariamente, assim sendo, as ações estão sempre voltadas para a reação dos outros sujeitos, estabelecendo esquemas mútuos de comportamento (GOSS, 2006). Dessa forma:

De um modo geral, pode-se dizer que o interacionismo simbólico constitui uma perspectiva teórica que possibilita a compreensão do modo como os sujeitos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas. Por esse motivo, considera-se que o interacionismo simbólico é, potencialmente, uma das abordagens mais adequadas para analisar processos de socialização e ressocialização e também para o estudo de mobilização de mudanças de opiniões, comportamentos, expectativas e exigências sociais (CARVALHO, BORGES; REGO, 2010, p. 148).

Portanto, o interacionismo simbólico inaugura nas ciências sociais um espaço para o sujeito social como um intérprete da realidade; privilegiando os pontos de vista a partir dos sujeitos (CARVALHO; BORGES; REGO, 2010). Os autores ainda apontam que é uma forma de explorar os significados individuais de cada sujeito ao explorar o mundo (e construí-lo,

consequentemente). Já Blumer (1969, p. 4, tradução livre<sup>19</sup>), a partir de seus estudos com Mead e sua concepção de construção da realidade, ainda afirma que:

A visão do interacionismo simbólico concebe uma fonte diferente do que as realizadas pelas visões dominantes consideradas. Ela não considera o significado que emana da maquiagem intrínseco da coisa que tem significado, nem vê o significado como resultante de uma coalescência de elementos psicológicos da pessoa. No lugar, ele vê significado que surgem no processo de interação entre as pessoas. O significado de um objeto para uma pessoa se desenvolve a partir das maneiras em que outras pessoas agem em relação à pessoa que diz respeito ao objeto. Suas ações operam para definir o objeto para a pessoa.

Dessa forma, o interacionismo simbólico vê os signos e significados como produtos sociais, como criações que são formados nas e por meio das atividades e relações sociais que definem as pessoas e como elas interagem. Portanto, tal posicionamento desenvolvido por Blumer (1969) torna o interacionismo simbólico uma perspectiva um tanto quanto distinta das demais, fazendo-se coerente sua adoção neste trabalho.

O construtivismo social, de forma complementar, concebe que conceitos, modelos e esquemas são construídos e testados continuamente sob a luz de novas experiências e relações sociais. Nós não construímos a nossa interpretação isoladamente, mas contra o pano de fundo de entendimentos compartilhados, práticas, língua e assim por diante.

Esses processos de socialização referem-se em um primeiro momento à socialização primária, referente ao ambiente familiar, quando a família compartilha valores, costumes, práticas e comportamentos que influenciarão diretamente nos primeiros processos de reconhecimento de mundo e interiorização do sujeito. A socialização primária só confere *status* de “terminada” quando o sujeito consegue estabelecer o conceito do outro generalizado em sua consciência (BERGER; LUCKMANN, 2001).

A partir de então, todo novo processo de socialização refere-se à socialização secundária, remetendo a um contexto social maior que extrapola o familiar, mas que, no entanto, tem sua estrutura básica baseada na socialização primária. Como apontado pelos autores Berger e

---

<sup>19</sup> Symbolic interactionism views meaning as having a different source than those held by the two dominant views just considered. It does not regard meaning as emanating from the intrinsic makeup of the thing that has meaning, nor does it see meaning as arising through a coalescence of psychological elements in the person. Instead, it sees meaning as arising in the process of interaction between people. The meaning of a thing for a person grows out of the ways in which other persons act toward the person with regard to the thing. Their actions operate to define the thing for the person.

Luckmann (2001, p. 178), a socialização secundária “é a interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições”.

É preciso analisar esses dois processos de socialização sob uma ótica crítica ao pensar que na socialização primária o sujeito, enquanto criança, não tem opções de referenciais, afinal, não escolhe a família na qual nasce. Ao decorrer da vida, ao se relacionar e se envolver em outros contextos institucionais, o sujeito tem a oportunidade de releitura dos processos de interiorização realizados durante a infância, na socialização primária. Daí, em alguns casos, haver requalificação daquela realidade anterior, tida como única.

Se pensarmos que os sujeitos internalizam uma realidade que lhe é posta, nesse processo de internalização buscam objetificar e interpretar com base em suas percepções e, por conseguinte, tendem a externalizar esse processamento de informações em comportamentos respaldados pela realidade apreendida (BERGER; LUCKMANN, 2011), podemos entender que as bases da construção identitária apresentam similaridades.

Ainda que não seja meu objetivo em focar a constituição identitária dos sujeitos, vejo aqui uma necessidade de perpassar pela discussão da constituição dos sujeitos – e por consequência, adentrar na questão identitária – para entender um pouco de onde os sujeitos que entrevistarei “falam”. É preciso entender como se construíram para entender como projetam o mundo em torno de si e o “porquê” de determinados processos de identificação com os espaços. Afinal, como apontado por Berger e Luckmann (2011, p. 171):

Esse processo (socialização) não é unilateral nem mecanicista. Implica uma dialética entre identificação e autoidentificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada. A dialética, que está presente em cada momento em que o sujeito *se identifica* com os outros para ele significativos, é, por assim dizer, a particularização na vida individual da dialética geral da sociedade.

Se a base da discussão são as representações sociais e a construção social da realidade, não se pode pensar diferente do apontado por Jodelet (2005, p. 34) sobre “partilhar uma ideia ou uma linguagem é também afirmar um vínculo social e uma identidade”; portanto, em maior ou menor profundidade, os sujeitos se constituem dentro dessa dinâmica maior de produção de conhecimentos, representações e realidades.

Os estudos sobre identidade no âmbito dos Estudos Organizacionais são diversos e, ainda que tragam diversas categorizações sobre como se trabalhar a identidade individual acabam recaindo em uma base teórica comum: a construção social.

A discussão de Carrieri, Paes de Paula e Davel (2008) sobre uma identidade múltipla, fluída e autônoma, questiona em último nível essa autonomia do sujeito inexistente em sua fase inicial da vida e irrisório durante a fase mais adulta. Van Riel (1995) por outro lado, ainda que não desenvolva o argumento sobre a importância do grupo social na constituição identitária ao trazer os quatro conceitos de identidade percebida, projetada, desejada e aplicada, pressupõe a interferência do meio social na adequação e construção da identidade.

Souza e Carrieri (2012) trabalham a “manipulação” da identidade pelos sujeitos por meio da identidade substantiva e instrumental; a primeira considerada a identidade em essência e a segunda considerada a subversão da identidade em prol de enquadramento social. Enquanto que Machado (2003) desenvolve os conceitos de identidade pessoal, social, no trabalho e organizacional. A autora aponta que há uma essência identitária (pessoal) e que as identidades sociais e no trabalho tratam-se de uma adequação “social” do sujeito a estes ambientes.

Esses autores trazem consigo a ideia de subversão da identidade pessoal em meios sociais distintos buscando uma adequação e reconhecimento social. No entanto, tal subversão configura-se enquanto processo modelador da própria identidade tornando-se uma construção identitária subversiva frente o sujeito em prol de uma sociedade ou de um grupo com pré-requisitos. Em suma, a identidade torna-se um produto do meio social.

Neste sentido, Caldas e Wood (1997) desenvolvem um quadro conceitual onde buscam integrar algumas abordagens e apontar que é por meio da relação entre a dimensão da observação (*self* – interior; comportamento e imagem – exterior) e do objeto (sujeito, grupo e sociedade) é possível pensar um processo dialético de construção social da identidade.

É Bauer (2004), no entanto, que vem integrar os processos de socialização, constituição histórica do sujeito e essência individual ao propor a identidade enquanto construção social.

Para esta proposição, o autor usa de quatro concepções de identidade: como si mesmo; como história, narrativa e memória; processo de identificação; diferença e construção social.

Se, ao conceber a constituição dos sujeitos não se pode descartar o contexto social e a produção social ao seu redor, ao pensar na constituição das realidades deve-se considerar tal contexto e sua importância, uma vez que:

A formação na consciência do outro generalizado marcar uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização. Esta cristalização ocorre juntamente com a interiorização da linguagem. De fato, por motivos evidentes à vista das precedentes observações sobre a linguagem, esta constitui o mais importante conteúdo e o mais importante instrumento da socialização (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 173).

Dessa forma, ao analisar as possíveis versões dos fatos observa-se um entrelaçamento estabelecido entre as representações e a realidade pré-existente para os sujeitos, o contexto social no qual estes se enquadram e a forma com que essas relações são estabelecidas. A partir de tais análises é possível entender o processo dialético empreendido nos processos de interiorização e exteriorização das percepções individuais e no porquê e determinados comportamentos desenvolvidos em nível individual e coletivo.

A identidade seja ela individual, coletiva ou de um determinado espaço dá-se também a partir dessas relações estabelecidas e do nível de aproximação e interferência que cada um dos atores dentro do processo tem. Assim, observa-se de forma concomitante o desenvolvimento identitário do sujeito, do coletivo e dos espaços com que estes se relacionam. Lembro, no entanto, não haver processos de anulação – quando da ocorrência de diversos sujeitos ou grupos utilizando de um mesmo espaço – mas um processo de simultaneidade na construção dessas identidades.

### **A versão oficial: a Praça Sete segundo o poder público**

Recorro à história para entender melhor como surgiu e se estruturou este espaço no centro de Belo Horizonte hoje ocupado por um obelisco, denominado popularmente de “Pirulito”.

Ainda que esta seção traga uma ideia de estruturação, devido a ideia que a história antecede e estrutura os fatos, representações e territorializações, parto da lógica de uma cidade construída – que é o caso de Belo Horizonte e seu planejamento inicial – e que veio a ser ressignificada por diversos grupos.

A Praça Sete enquanto espaço citadino, recorte da cidade de Belo Horizonte, é carregada de significações e relações de poder. O lançamento da pedra fundamental, em sete de setembro de 1822, dia da independência e a inauguração dois anos depois, na mesma data, trazem consigo um simbolismo relativo à data: dia da Independência do Brasil. É preciso pensar também sobre sua posição geográfica na cidade, uma vez que seu símbolo principal, o obelisco, encontra-se localizado no cruzamento de duas grandes avenidas da cidade; Amazonas e Afonso Pena – o centro da cidade.

O Pirulito, como o obelisco é conhecido popularmente, foi retirado da Praça Sete em 1962<sup>20</sup> pelo prefeito Amintas de Barros (de 1959 a 1963) ficando abandonado em um lote ao lado do Museu Histórico da Cidade. Com a Praça Sete livre para o crescente trânsito de veículos foi erguido ali um monumento executado por H. Leão Veloso com o busto de importantes personalidades da nova capital: Aarão Reis, Afonso Pena, Augusto de Lima e Bias Fortes.

A homenagem ao quarteto ilustre ficou no local de 1963 a 1970 sendo levada para o Parque Municipal Américo René Giannetti. Em 1963, o Pirulito foi transferido para a Praça Diogo de Vasconcelos, na Savassi. Somente em 1980, depois de mobilização popular e reivindicação a favor do retorno do Obelisco para a Praça Sete, devido ao seu significado para a população, que o obelisco retornou ao seu ponto de origem, ao centro da Praça Sete.

É nesse processo de construção do espaço físico e simbólico, que a invenção de um passado e de um futuro sempre traz uma explicação ao presente da cidade. Tais invenções acabam por colaborar na definição da identidade dos espaços citadinos, dando “cara”, espírito e alma para eles. Essa construção simbólica dos espaços possibilita o reconhecimento e vinculação dos sujeitos, criando uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade (PESAVENTO, 2007). É a partir deste processo de significação/identificação que busco

---

<sup>20</sup> Estado de Minas. **Saiba como foi construção do símbolo de BH, o Pirulito da Praça 7**. Retirado de: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/12/interna\\_gerais,342859/saiba-como-foi-construcao-do-simbolo-de-bh-o-pirulito-da-praca-7.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/12/interna_gerais,342859/saiba-como-foi-construcao-do-simbolo-de-bh-o-pirulito-da-praca-7.shtml). Acesso em: 22 jun. 2014.



analisar como os idosos aqui estudados se aproximaram e apropriaram este espaço a partir da construção de representações da Praça Sete, significando-o e mantendo uma relação de identificação.

Essas questões históricas e geográficas são complementadas pela questão simbólica do próprio monumento, o obelisco. Segundo Bakos (2001), obeliscos são elementos originários do antigo Egito, compostos por blocos monolíticos e de cunho mitológico; em síntese, representavam o primeiro raio de sol que desceu pela terra, fazendo a ligação entre o mundo celeste e o mundo dos homens. Sendo este, um provável motivo da instalação de um obelisco no ponto central da cidade: a luz que vem de cima, a ideia de clarear, de iluminar a cidade a partir de seu ponto central.

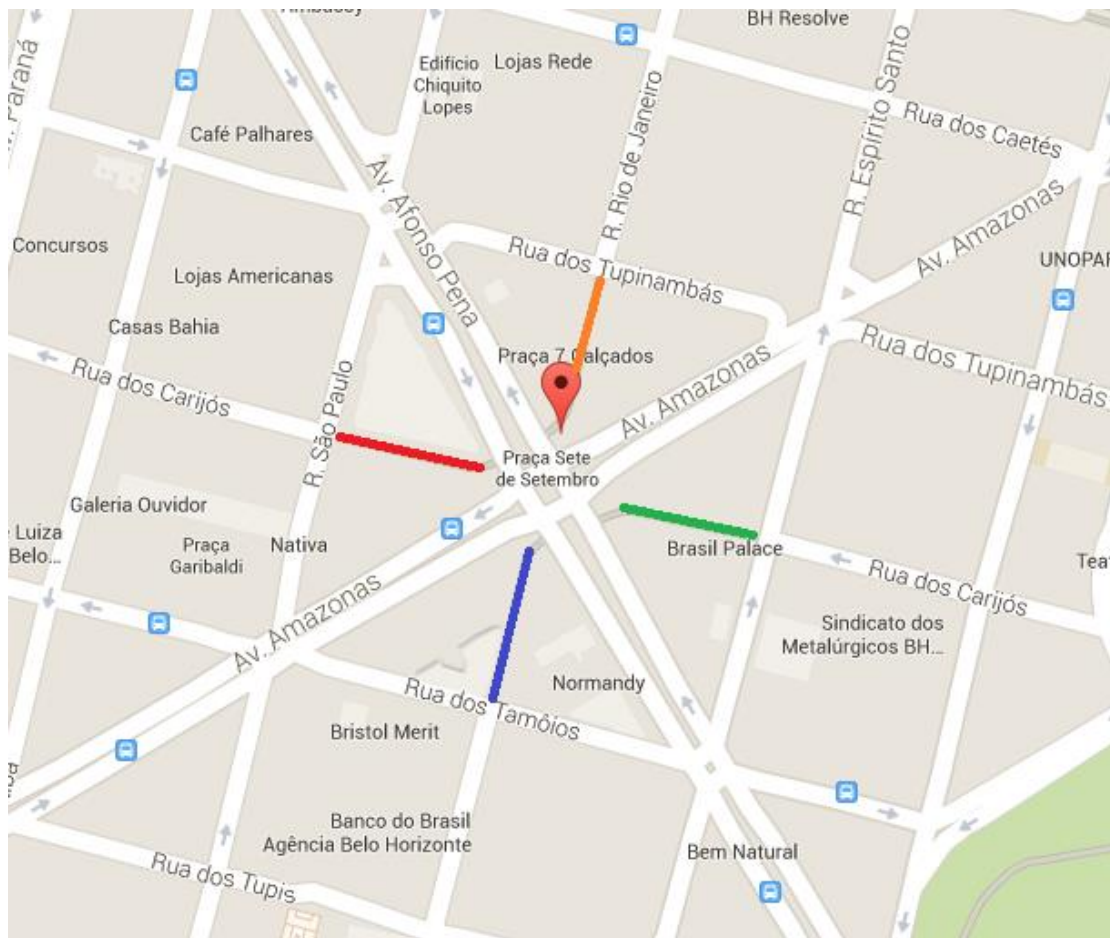
Em 2003, segundo a Prefeitura de Belo Horizonte<sup>21</sup>, a praça passou por um processo de “revitalização” e na reforma, cada um dos quatro quarteirões no entorno da Praça foi fechado e projetado por diferentes grupos de arquitetos. Enquanto apenas o obelisco, a Praça Sete não se satisfaz o conceito de praça segundo a visão tradicional, daí a contemplação, neste trabalho, dos quarteirões fechados ao conceituar Praça Sete, como apresentado na figura 5. Estes quatro novos espaços foram batizados com nomes de tribos indígenas que vivem em Minas Gerais:

O quarteirão da Rua Carijós, entre a Praça Sete e a Rua Espírito Santo, recebeu o nome de Pataxó. Na área, foram instaladas três vigas ocas metálicas, apoiadas em volumes de concreto, para unir cabines telefônicas, caixas de correio e bancas para engraxates. O quarteirão da Rua Carijós, entre a Praça Sete e Rua São Paulo, recebeu o nome de Krenak. Foram criadas áreas livres para as pessoas caminharem e foi erguida uma cobertura para abrigar os pedestres. Já o quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, entre a Praça Sete e a Rua Tamóios, recebeu o nome de Xacriabá. Considerado como o mais moderno dos espaços, recebeu um anfiteatro, um largo central e uma tribuna para manifestações. E o quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, entre a Praça Sete e a Rua Tupinambás, recebeu o nome de Maxakali. Ali foram construídos um posto policial e uma cobertura para abrigar floristas e engraxates (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2014).

A configuração espacial da Praça Sete apresentada acima pode ser mais bem compreendida a partir da Figura 7, abaixo apresentada (os quarteirões fechados estão marcados com cores diferenciadas).

---

<sup>21</sup> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Retirado de: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/praca-sete-o-coracao-fervilhante-de-bh>. Acesso em: 22 jul. 2014.



**Figura 7 – Mapa do entorno da Praça Sete**

**Fonte:** adaptado do Google Maps.

A composição diferenciada pela qual passou a Praça Sete, que difere de outras praças famosas na capital como a Praça da Liberdade e Praça Raul Soares, e a construção dos quarteirões fechados possibilitou que a dinâmica social ali estabelecida não permitisse que neste espaço se firmassem processos de espetacularização e/ou museificação. Estes dois processos estão diretamente relacionados às modificações realizadas em espaços públicos visando dispor este a serviço do capital, seja tornando-o vitrine, seja conservando-o.

Tendo ocorrido estes processos apenas em seu símbolo maior, o obelisco, mas que não atingiu em si o complexo formador da Praça Sete. Nesse sentido, de forma diferenciada da Praça da Liberdade e da Praça da Savassi, os processos intervencionistas não conseguiram expulsar os sujeitos da Praça Sete em prol do capital e do consumo burguês, apenas criaram um espaço onde os sujeitos conseguiram se rearranjar melhor.

(26) A Praça Sete e o Pirulito é o coração de Belo Horizonte. Porra, aonde que você vai, é, é, é, ah, é, a Praça Sete e o Pirulito é referência de Belo Horizonte, ou seja, qualquer lugar que você chegar tem a informação que você quiser, em Belo Horizonte, Praça Sete, Pirulito. Entendeu? Então quer dizer, é o coração da cidade. É meio difícil de te responder onde começa e termina a Praça. Na verdade, é o seguinte, teria que começar na São Paulo e terminar na Espírito Santo, na Tupinambá e Tamoios. Mas a extensão é bem maior. É bem maior. É, é aqui, aqui é, igual to te falando, é o núcleo de Belo Horizonte. Se você, cê é da onde? Então quer dizer, se você chegar na rodoviária começa lá. Então, quer dizer, a praça sete não começaria aqui, começaria na rodoviária, entendeu? Qualquer lugar que você chega hoje em Belo Horizonte é, é, é, cê vai aqui direito. Então quer dizer a Praça Sete é bem mais longa que os quatro quarteirões. (Entrevistado 4)

Esse distanciamento da intervenção do capital ou para o capital na Praça permitiu que, assim como apontado por Jacques (2005), houvesse maior participação popular na constituição desse espaço. A hipótese defendida pela autora é a de que existe “uma relação inversamente proporcional entre espetáculo e participação popular. Ou seja, quanto mais espetaculares forem as intervenções urbanísticas nos processos de revitalização urbana, menor será a participação da população nesses processos e vice-versa” (JACQUES, 2005, p. 18).

A partir da compreensão do processo de construção da Praça Sete é preciso entender que há também uma deste espaço e de seus significados. Segundo Berger e Luckmann (2011), a realidade estabelecida é socialmente construída a partir de um processo o conhecimento do senso comum é institucionalizado e incorporado pela sociedade. Esse processo engloba as seguintes etapas:

- i) tipificação: que refere-se a visão dos sujeitos sobre os objetos, é uma percepção socialmente atribuída e leva em consideração as circunstâncias sociais;
- ii) institucionalização: refere-se ao processo de legitimação daquilo que se compreende e,
- iii) socialização: é o momento em que ocorre a internalização da objetividade, e que se apresenta como um processo dialético que está sempre em curso.

É interessante pensar que a Praça Sete pode ser para os que ali pegam ônibus, apenas um monumento. Para os que ali trabalham um lugar bem movimentado e de muitos clientes, para os que ali vivem em situação de rua, um lugar de aconchego e de dormir. São percepções, representações e os discursos diferenciados dos sujeitos que vão impactar na forma como este espaço será visto e conseqüentemente vivido. A concepção do “o que é a Praça Sete” é

próxima para os idosos que foram entrevistados: é o centro de Belo Horizonte, não só geográfico, mas social e de acontecimentos. E essas construções discursivas replicadas pelos sujeitos tornam-se verdades sobre a Praça para os seus respectivos grupos sociais; é o discurso transformando a prática que poderá reforçar e/ou modificar as relações ali estabelecidas.

O discurso, a conversação, a narrativa, são instrumentos básicos dos processos de socialização. As histórias são instrumentos por excelência cultural para compreensão da conduta dos sujeitos, o discurso e as narrativas se entrelaçam em dois domínios: i) as circunstâncias situacionais dos protagonistas das ações, e ii) os estados mentais dos protagonistas. Os atos de discursar, contar e narrar trazem consigo a essência do tido como real para aquele sujeito, sustentando o entendimento comum do que a cultura considera normal (VAN DIJK, 1997).

Esses discursos construídos sobre a cidade estão relacionados aos diferentes momentos, percepções e interesses veiculados pelos diferentes atores sociais que compõem o quadro cidadão. É por meio das construções discursivas que um processo de preservação ou modificação do espaço se estabelece.

Dessa forma, o foco não se centra apenas em saber como os idosos representam a Praça Sete, mas principalmente sobre suas formas de sociabilidade, como as representações o direcionaram a estabelecer nesta Praça estas sociabilidades e como, a partir de então, as territorialidades foram produzidas por este grupo. Em virtude dos referenciais diferentes que partem cada um dos idosos para elaboração de suas representações da Praça Sete, tende-se a ter representações diversificadas que geram processos de apropriação diferenciados também.

### **Sobre ocultos e indizíveis: a Praça Sete representada pelos idosos**

O que é a Praça Sete? Eis a questão norteadora de algumas das discussões que empreitei com colegas meus de mestrado, amigos e até mesmo com alguns idosos, quando da pesquisa. A quais limites se refere à concepção desta praça, em pleno centro? Como apontada por uma das entrevistadas, estabelecer esses limites é algo complicado.

(27) Ela começa aqui na praça da rodoviária, na rodoviária, tem a praça da estação, pega as duas avenida, cruza aqui na Praça Sete. O pirulito fica no meio. De lá você pega a Av. Afonso Pena na rodoviária, pega a Amazonas, estação de trem, né? As duas avenidas cruzam, forma a Praça Sete. (Entrevistado 7)

No trecho (27) apresentado, observa-se que o idoso não vê limites claros em relação à Praça Sete. O primeiro ponto de referência que o idoso usa é uma praça (estruturada convencionalmente) e como segundo ponto de referência vê-se que o idoso usa a própria Praça para explicar onde fica a Praça, “pega as duas avenida, cruza aqui na Praça Sete”. Observa-se também a referenciação do espaço da Praça com o Pirulito, bem como a referenciação da Praça da Estação (outra praça estruturada convencionalmente) como um dos possíveis limites da Praça Sete. Sobre a centralidade do Pirulito há questões não muito explícitas como, por exemplo, de onde veio o nome e o porquê de “pirulito”?

(28) Porque pirulito eu não sei, po, sinceramente eu não sei. Por que que é um pirulito, né? Porque a perna cumprida, parece um pirulito, não sei o que é. Porque antigamente fazia aqueles pirulito assim, pauzinho, compridinho, que aqueles caras vendiam, aquilo assim. (Entrevistado 5)

O discurso (28) apresentado pelo Entrevistado 5 traz consigo, em um primeiro momento, o total desconhecimento do porquê do nome “pirulito” ao monumento do obelisco que fica centralizado entre as avenidas Afonso Pena e Amazonas (e teoricamente, seria o centro da Praça Sete). O discurso “Porque pirulito eu não sei, po, sinceramente eu não sei. Por que que é um pirulito, né?” logo vem seguido de uma possível tentativa de explicação, “Porque antigamente fazia aqueles pirulito assim, pauzinho, compridinho, que aqueles caras vendiam, aquilo assim”. Tal referência ao produto de doceteria é uma das explicações para o provável nome dado socialmente ao monumento.

(29) Onde que ela começa? Onde que ela termina? Eu não tenho noção, eu acho que o miolo dela é esse aqui. Ela começa aqui na, na, na Afonso Pena e fica por aqui mesmo, espalhando, espalhando, vamos dizer assim, é, a beleza dela prá todo lado. Entendeu? Eu acho muito bonito isso. (Entrevistada 2)

A questão de estabelecer os limites da Praça Sete é recorrente aos idosos, como apontado nos (27), (28) e (29). A partir do trecho acima, com base nas duas seleções lexicais acima é possível perceber uma dificuldade da entrevistada em apontar os limites geográficos da Praça, “eu não tenho noção, eu acho que o miolo dela é esse aqui” (referindo-se aos quatro quarteirões fechados e o cruzamento da Avenida Afonso Pena e Avenida Amazonas).

Ao mesmo tempo em que a entrevistada valoriza tal composição “espalhada” – característica maior desse espaço concebido socialmente e por se dizer, virtualizado; “vamos dizer assim, é, a beleza dela prá todo lado [...] Eu acho muito bonito isso”. Essa diferenciação quanto à sua composição e também relativo aos fluxos ali estabelecidos acaba por atrair idosos com diferentes objetivos.

(30) Por que que é na Praça Sete? Ah, por que aqui eu encontrei o, o, um lugar pra ganhar um dinheirinho. Entendeu? (Entrevistado 5)

De forma breve, o Entrevistado 5 expõe o motivo pela escolha da Praça Sete enquanto espaço para realização de suas atividades laborais “ah, por que aqui eu encontrei o, o, um lugar pra ganhar um dinheirinho”. Esse idoso, mesmo aposentado, optou por buscar um “biscate” e tentar conseguir uma renda extra. A possível escolha pela Praça Sete faz-se referência a um comércio de ouro ali já estabelecido, com possibilidades de um número maior de clientes do que em qualquer outra parte da cidade.

A partir desta indefinição destes limites e em busca de um maior entendimento das representações sociais dos sujeitos de pesquisa, vejo a necessidade de conhecer um pouco melhor da história não “oficial” sobre o espaço da Praça Sete em torno do Obelisco. É esta história que tomo como um dos precedentes na constituição das representações sociais dos sujeitos. A mídia, o governo e a sociedade aos poucos forjaram uma história e todas as formas de representação e territorialização que se desenvolveram dali pra frente sofreram influência direta desta história dita oficial, mas também desta história não oficial e que compõe a construção da representação social da Praça Sete.

(31) Onde é a Praça Sete? No centro de Belo Horizonte. Tá em frente a ela. Praça Sete é assim, é, Rio de Janeiro, Carijós, é essa meiuca aqui, ó. São esses quatro quarteirões. São quatro quarteirões, cada quarteirão tem uma praça, uma ali do lado tem outra, na Carijós, ali na, na, onde tem um o UAI<sup>22</sup> ali, sabe onde o UAI?.. tem outra lá. Os índios, os índio não, os hippie, ficam ali no meio da rua. (Entrevistado 5)

O trecho discursivo (31) aponta, mais uma vez, a dificuldade de descrever o que é e onde é a Praça Sete, no entanto, este idoso se arrisca a vincular a Praça Sete aos quarteirões fechados e suas respectivas dinâmicas, como apontada na primeira seleção lexical, “Praça Sete é assim, é, Rio de Janeiro, Carijós, é essa meiuca aqui ó. São esses quatro quarteirões”.

---

<sup>22</sup> UAI Praça Sete – Unidade de Atendimento Integrado (PsIU).

Na segunda seleção lexical, o idoso aponta o que seriam as sociabilidades desenvolvidas em cada um dos bairros, “cada bairro tem uma praça, uma ali do lado tem outra, na Carijós, ali na, na, onde tem um o UAI ali, sabe onde o UAI?... tem outra lá. Os índios, os índio não, os hippie, ficam ali no meio da rua”. O Entrevistado 8 faz apontamentos parecidos que irão se complementar.

(32) Ah, a Praça Sete é o seguinte, é, a lá, tem aquele bairro de lá, que eles falam que é o lugar perigoso, só vende arma, aqui é pedrista, gente que mexe só com pedra, ali do outro lado é só pedreiro, bombeiro, pintor, o que cê precisa. Naquela parte de cima lá é hippie, tem muito hippie. então a Praça Sete resume nisso aí, entendeu? (Entrevistado 8)

A seleção discursiva (32) explica de forma resumida a ocupação em cada um dos quatro bairros: o bairro da Tamóios com a Rio de Janeiro concentraria como ele disse “naquela parte de cima lá é hippie, tem muito hippie”; o bairro da Carijós com a São Paulo “é só pedreiro, bombeiro, pintor, o que cê precisa”; o bairro da Tupinambás com Rio de Janeiro é a parte do comércio de pedras, “aqui é pedrista, gente que mexe com pedra”; e o bairro da Carijós com a Espírito Santo é o “que eles falam que é o lugar perigoso, só vende arma”. Nesta seleção discursiva se observa, então, um processo de territorialização da Praça Sete a partir das atividades comerciais ali desenvolvidas.

(33) Pedra preci, é... preciosa, né? É... rubi, é, esmeralda... pedra mesmo, pedras coloridas, né. É pra, pra, ourives, que faz, mexe com ouro, faz anel, essas coisa de anel, quer dizer, anel de formatura, pra colocar em pingente de brinco, é pedra preciosa que eles falam. Rubi, esmeralda, é, aquela azulzinha, é... entendeu? Pedras coloridas. Pedra azul, verde, vermelha, vermelha é o rubi, esmeralda, diamante. (Entrevistado 5)

No discurso (33), o Entrevistado 5 complementa sobre o tipo de comércio que é encontrado em um dos bairros e a quem se destina, “é pra, pra, ourives, que faz, mexe com ouro, faz anel, essas coisas de anel, quer dizer, anel de formatura, pra colocar em pingente de brinco, é pedra preciosa que eles falam”. É um tipo de comércio que se faz informalmente e no qual, após ocupar parte dos bancos Praça, faz-se marcante sobre as dinâmicas ali desenvolvidas. É um recurso desenvolvido por alguns idosos que lhes garante trabalho e renda; uma ocupação e uma oportunidade de interação – e sem obrigações e chefias.

A partir dos discursos aqui desenvolvidos a pergunta que sobra é: será que a Praça Sete tem limites? Ou será que por ser um espaço virtualizado ela se faz limitada não por limites e fronteiras claras, mas pela concepção e representação de cada um sobre onde começa e onde termina a Praça? Enquanto espaço construído e em processo de construção (social) é difícil e limitador buscar definir onde começa e onde termina a Praça.

A riqueza (e diferença) da Praça frente às demais faz referência a todo esse processo de uso e demarcação de espaços a partir de sociabilidades e territorialidades ali desenvolvidas. É como dito por um dos entrevistados “ela vai se espalhando, se espalhando”. A Praça Sete não apresenta limites começa no Pirulito e termina onde as sociabilidades se findam.



## **SOBRE A PESQUISA**

### **Da Posição Epistemológica**

Em virtude das diversas representações que se constituem em torno de uma mesma cidade e a participação dos sujeitos e grupos sociais neste processo de representação, desenvolvimento de sociabilidades, processos de territorialização e reconstrução das próprias representações da cidade, busco adotar a abordagem epistemológica do interpretativismo.

A adoção dessa abordagem faz-se devido à convergência de leituras de mundo que esta faz, possibilitando conversarem entre si, dentro da proposta deste trabalho. Foi pensando na seguinte frase de Lahlou (2011, p. 66), “a representação social é o cadinho de construção social” que busco, por meio do interpretativismo, enxergar as diversas interpretações de realidades e representações pelos sujeitos.

Lembro também que foi por meio da aproximação com a Teoria de Representações Sociais que pude conferir melhor entendimento dessa junção, inicialmente não concebida, mas que aos poucos foi ganhando contornos. Foram leituras diversas as empreendidas para um melhor entendimento da abordagem epistemológica aqui adotada, tendo enxergado aproximações possíveis (como a etnometodologia e fenomenologia), mas visto que a este trabalho, apenas a abordagem interpretativista fez-se conciliável.

Assim como apresentado por Jodelet (2005), a relação estabelecida entre algumas epistemologias só se torna possível devido à concepção de mundo criado a partir das relações sociais, da interação e da comunicação entre os sujeitos e grupos:

... desde 1961, algumas propriedades são atribuídas à representação social por Moscovici, com quem convergem, por outro lado, a Sociologia do Conhecimento elaborada no quadro do interacionismo simbólico (Berger e Luckmann), a etnometodologia (Cicourel) e a fenomenologia (Schutz), que relacionam a realidade social a uma construção consensual, estabelecida na interação e na comunicação (JODELET, 2005, p. 25).

Como desenvolvido por Burrell e Morgan (1994), o paradigma interpretativo foi desenvolvido por uma preocupação de entender o mundo como ele é e compreender a natureza fundamental do mundo social no nível da experiência subjetiva. Ela procura explicação dentro da esfera da

consciência individual e subjetividade, dentro do quadro de referência do participante, em oposição ao observador da ação.

Dessa forma, destaco aqui o posicionamento apresentado por Burrell e Morgan (1995, p. 31, tradução livre<sup>23</sup>) “nesta abordagem, para a ciência social, (a interpretação de mundo) tende a ser nominalista, anti positivista, voluntarista e ideográfica. Ela vê o mundo social como um processo social emergente que é criado pelos indivíduos em questão”. Portanto, focar-me-ei nas sociabilidades e nas apropriações (processos sociais), tentarei acessar a percepção de mundo (espaço Praça Sete, em específico) por meio das representações criadas por meio das interações.

Segundo o interpretativismo, a realidade social é reconhecida como existente fora da consciência dos sujeitos, podendo ser considerada como uma rede de pressupostos e significados intersubjetivamente compartilhados. Filósofos e sociólogos interpretativos procuram compreender a realidade social mergulhando nas profundezas da consciência humana e na subjetividade, em busca por significados fundamentais que estão na base da vida social (BURRELL; MORGAN, 1995).

Os interpretativistas estão muito mais orientados para a obtenção de um entendimento do mundo social subjetivamente criado "como ele é", em termos de um processo contínuo. Preocupando-se com a compreensão da essência do mundo todos os dias. Burrell e Morgan (1995) ainda apontam que o paradigma interpretativo é o produto direto da tradição idealista alemã do pensamento social. Suas bases foram lançadas na obra de Kant e refletem uma filosofia social que enfatiza a natureza essencialmente espiritual do mundo social.

Quando tratando sobre os sujeitos, percebe-se então que sua concepção de mundo tende a ser diferenciada de acordo com seus contextos sociais e relações sociais por eles mantidas. Tal concepção de mundo modifica-se constantemente e tais mudanças acabam por também orientar suas ações, ainda que inconscientemente. É um processo dialético constante de vivência e (res)significação de percepções e representações.

---

<sup>23</sup> In this approach to social science it tends to be nominalist, antipositivist, voluntarist and ideographic. It sees the social world as an emergent social process which is created by the individuals concerned.

Este processo, no entanto, não acontece ou se desenvolve de forma consciente, mas permeia o cotidiano e o inconsciente. Goss (2006, p. 158) aponta que “os atores sociais, na maioria das vezes, não têm consciência a respeito do caráter reflexivo de suas ações. Por considerarem essa característica como algo evidente não se preocupam em teorizar sobre ela. A reflexividade é uma pré-condição para a existência da interação”.

Ao analisar as filosofias interpretativas Schwandt (2003) parte da discussão sobre a pesquisa qualitativa na área de sociais, com foco na ação humana. Ao adentrar na discussão traz uma especificidade da pesquisa em sociais: a necessidade de se entender os pensamentos, as ideias e os processos cognitivos que levam à ação humana, afinal, como apresentado por Schwandt, um riso pode ser tanto irônico quanto romântico. A diferenciação e distinção de qual dos dois se trata só pode ser realizada perante entendimento do sujeito pesquisado e do contexto em que ele se insere.

Schwandt (2003), ao fazer uma leitura dos posicionamentos de Potter (1996), aponta que este último argumenta que "o mundo é constituído de uma forma ou outra, como as pessoas falam, escrevem e discutem-no", mas ele afirma que o construtivismo social não é uma doutrina ontológica de todo e, portanto, não toma posição sobre que existem tipos de coisas e o que o seu estado é.

### **Das escolhas metodológicas**

Em busca de alcançar e conferir *status* de legitimidade para tal pesquisa dentro dos Estudos Organizacionais observo que é preciso diversificar e adotar formas não convencionais na Administração para se chegar ao objeto de pesquisa e alcançar os sujeitos pesquisados. Lembro, também, que por se trabalhar aqui com uma teoria como a das Representações Sociais os meios de acesso às percepções e à própria construção da realidade pelos sujeitos não se é alcançada com metodologias positivistas e tradicionalistas.

Em termos de metodologias de pesquisa, nos Estudos Organizacionais, a observação participante, o uso de entrevistas semiestruturadas, das narrativas, histórias de vida e a etnografia se fazem os mais usuais. A etnografia, principalmente, traz o pesquisador um novo

olhar sobre a cidade, um olhar que consiste em buscar as significações e os sentidos atribuídos pelos atores (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010).

Em discussões recentes, a perspectiva da etnografia no contexto dos Estudos Organizacionais tem sido questionada com base em rigores metodológicos. Ora, as apropriações metodológicas desenvolvidas na nossa área não necessariamente devem satisfazer aos rigores metodológicos de outras áreas como a Antropologia – área mãe da etnografia. Logo, observações participantes que se desenvolvem próximo ao modelo de pesquisa etnográfica também têm sido bem desenvolvidas na área.

Godói, Bandeira-de-Mello e Silva (2010) discorrem que as narrativas permitem ao pesquisador a oportunidade de alcançar variações e combinações de discursos que os levam à criação de significados e às estruturas constituintes de um universo simbólico presente nos discursos. Em outros estudos, observa-se a emergência do *flâneur*, um tipo de pesquisador que busca estabelecer com a cidade outro nível de relação. O *flâneur* busca flutuar pela cidade, desenvolvendo cumplicidade com o espaço e os atores citadinos e, é por meio dos olhos poéticos que busca coletar as percepções de seus habitantes (NOGUEIRA, 1998; PASSOS *et al.*, 2003).

Neste trabalho, em específico, vê-se uma mesclagem de metodologias que me fizeram chegar inclusive ao objeto de pesquisa. A ideia do perder-me na cidade para descobrir qual temática e objeto pesquisar para meu mestrado me colocaram em situação de *flâneur* e de deriveiro. Foi preciso me jogar dentro da cidade para percebê-la, vivê-la, descobri-la espontaneamente para então chegar aos meus objetos.

Em um primeiro momento da pesquisa, aquele de conhecimento do campo, me coloquei a flunar pela região da Praça Sete e adjacências. A ideia era andar, com calma, pela região buscando observar os fluxos e as dinâmicas ali desenvolvidas. Era me colocar junto à multidão (nos fluxos) ao mesmo tempo em que me distanciava desta multidão (por estar lá com outros objetivos: o de olhar atento). Como apontado no início deste trabalho, busquei viver um pouco da região central de Belo Horizonte. Os primeiros contatos com a Praça da Estação, a descoberta da Praça Sete e seus arredores, a identificação dos grupos e a consequente seleção dos idosos como objeto.

Em seguida, alcançado o objetivo de identificar meu objeto de pesquisa busquei entender quais as melhores opções metodológicas que me auxiliariam em uma melhor apreensão das realidades e concepções de mundo, uma vez que, segundo Nogueira (1998, p. 120):

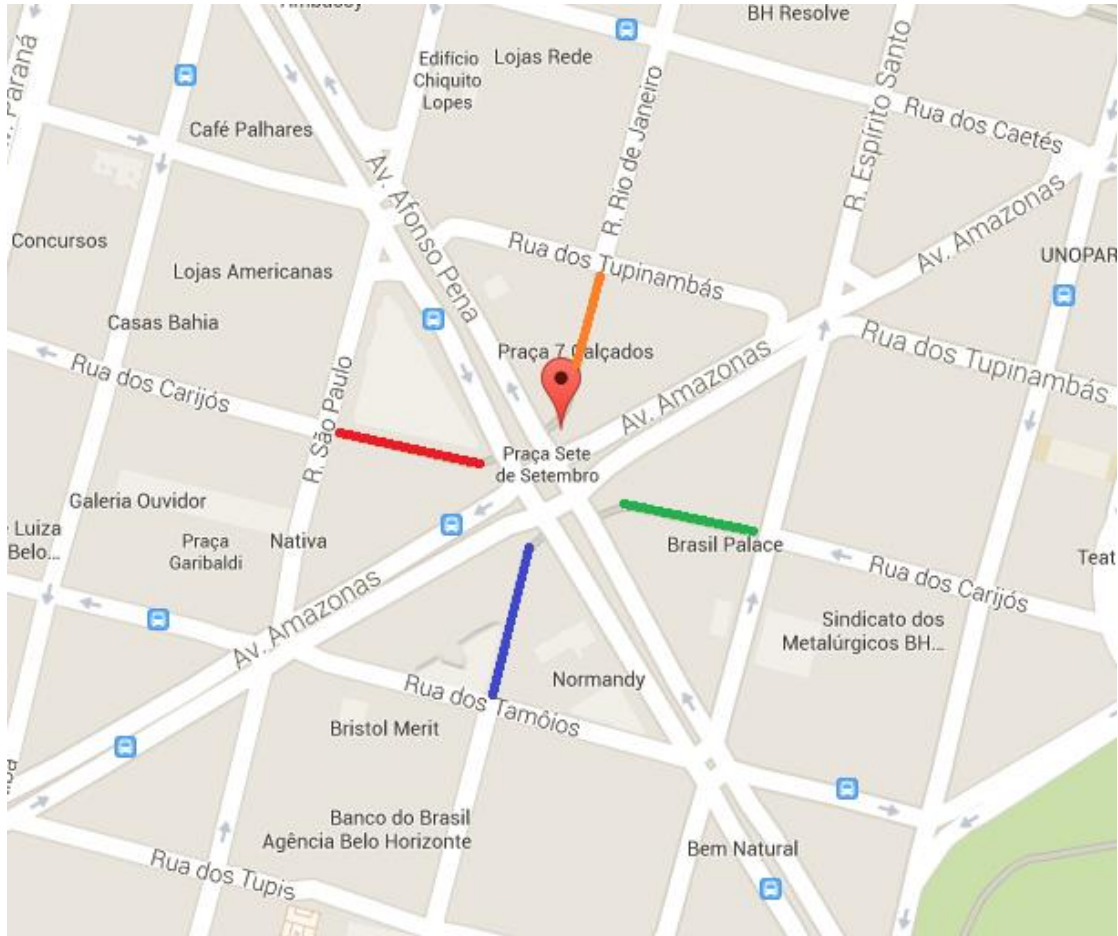
É impossível apreender em sua totalidade esse universo infinito de símbolos que envolve a cidade, pois cada um de nós estabelece relações próprias com o lugar, descreve com ele uma trajetória sempre singular. O que se pode compreender são representações individuais e coletivas plasmadas em conteúdos simbólicos gerais.

Essa visão apresentada por Nogueira (1998) traz consigo a dificuldade e especificidade dos estudos que envolvem os aspectos simbólicos da cidade e as perspectivas socioespaciais. Portanto, reafirma-se a essência da cidade nas perspectivas interpretativistas e do pós-estruturalismo: as realidades e múltiplas cidades se firma a partir das relações e representações individuais sobre os lugares que envolvem a cidade.

Deste modo, as representações sociais caracterizam-se como comportamentos observáveis e registráveis e como produtos, simultaneamente, individuais e sociais, em que grupos de referência exercem fortes influências em sua construção. Portanto, salienta o importante papel da interação social na produção de representações, tanto coletivas como individuais (SILVA; ICHIKAWA, 2008).

Se são diversas as representações da cidade, é preciso entender o processo de constituição dessas representações pelos atores aqui enfocados: os idosos. A escolha pelos idosos se fez devido à possibilidade de análise das representações sociais da Praça Sete também em um âmbito histórico, possibilitando representações mais elaboradas que relacionam história e memória. Em busca desse entendimento, esta pesquisa apresenta-se de cunho qualitativo que, baseada no método indutivo, espera-se alcançar uma(s) dita(s) “verdade(s)” a partir de casos particulares destes grupos sociais.

Em busca do atingimento dos objetivos desta pesquisa o campo para coleta de dados foi considerado o conjunto espacial que compõe a Praça Sete: o entorno do Obelisco e os quatro quarteirões fechados (Figura 1). Em busca de uma para maior aproximação com os atores, o eu pesquisador esteve imerso no campo e buscou conhecer a respeito das dinâmicas ali estabelecidas ou do comportamento dos atores neste espaço.



**Figura 1 – Mapa da localização da Praça Sete**

**Fonte:** adaptado do Google Maps

Thiollent (2014) aponta que em pesquisas da área de Estudos Organizacionais como esta, é possível vislumbrar a adoção por metodologias diferenciadas, uma vez que a área permite o uso de diversas metodologias de caráter qualitativo interpretativo. Em estudos como este, sobre representações sociais, quando se busca uma análise representacional sobre determinado objeto é possível e, por vezes, necessário a adoção de um enfoque multimetodológico (JOVCHELOVITCH, 2011) como o aqui adotado.

Ao pensar sobre o estabelecimento de territórios na cidade e as duas possibilidades de discussão – território funcional e simbólico – pensa-se também o estabelecimento simultâneo de diversos territórios em um mesmo espaço; como o que se espera encontrar na Praça Sete. Essa ideia de multiterritorialidade está relacionada não apenas à questão quantitativa – no sentido de maior ou menor número de territórios – mas também a uma questão qualitativa que

aponta para as diversas possibilidades de combinação dos processos de intervenção, vivência e, por conseguinte, uma enorme gama de diferentes territórios (HAESBAERT, 2005).

Sobre as técnicas de coleta de dados, por este trabalho centrar-se em captar as representações sociais sobre a cidade, preciso então observar e ouvir os entrevistados de forma a captar destes os discursos e imagens que constituem a representação da cidade para eles. Optei então por três técnicas: observação participante, entrevista semiestruturada e a foto-elicitación.

Para tanto, na coleta de dados, busquei adentrar ao campo por meio da observação participante. Neste tipo de observação é preciso estar atento ao aspecto ético e para o perfil intimista das relações sociais, buscando observar as tradições e costumes – e a importância que lhes são atribuídos – buscando de uma forma ampla “apreender os sentimentos do grupo na compreensão da totalidade de sua vida, verbalizados por eles próprios, mediante suas categorias de pensamento” (QUEIROZ *et al.*, 2007, p. 278).

Ainda sobre a participação observante, é preciso observar o conjunto de regras explícitas e implícitas nos grupos sociais aqui estudados e na realização de atividades. A adoção da observação participante também se fez importante, pois possibilitou ao pesquisador a análise da realidade social que o rodeia, facilitando a captação dos conflitos e tensões existentes (QUEIROZ *et al.*, 2007). A observação participante configurou-se, então, a partir do desenvolvimento de atividades de interação junto aos idosos durante todo o período de imersão no campo: a troca de conversas; o jogar dama; a discussão político/econômica de reportagens e jornais, etc.

Uma vez inserido ao campo, a próxima etapa referiu-se ao processo de interação com os atores e a respectiva coleta de dados. Conversas soltas e um processo de aproximação e criação de intimidade foram necessários, como será apresentado mais à frente, visando uma coleta de dados mais tranquila e que possibilitasse a recepção de dados confiáveis.

O uso de entrevista semiestruturada faz-se importante por permitir ao entrevistado a construção da resposta (MATTOS, 2010), dando-lhe liberdade quanto à narrativa dos fatos ou explicação aprofundada da realidade. Ainda, segundo Triviños (2007, p. 146), “o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco

principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”.

O uso de um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A) fez-se importante em uma pesquisa qualitativa como esta, uma vez que:

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995, p. 21).

Além da adoção pela observação participante e do roteiro de entrevista semiestruturada, optei também pelo uso da técnica de foto-elicitación. No entanto, busquei fazer uso desta técnica apenas na segunda etapa de coleta de dados, pois, se na primeira etapa a entrevista não foi suficiente para ativação de determinadas memórias ou representações, seria preciso adotar outra técnica que estimulasse e facilitasse aos idosos a ativarem tais representações e memórias.

Portanto, se a fotografia possibilita o congelamento de uma imagem e imortaliza a paisagem como cena que se torna objeto de investigação, o uso da foto-elicitación permite ativar nos sujeitos questões relativas a memórias, signos e emoções, facilitando a captação de representações sobre aquela fotografia e espaço pesquisado.

Com a fotografia “o espaço é construído pelo olhar fotográfico por meio do enquadramento, que seleciona os limites contidos em um espaço maior existente” (POSSAMAI, 2008a, p. 255). Koury (2004) ainda aponta que:

Artefato de objetificação do real, a fotografia submete a realidade ao olhar mecânico da máquina e, por meio dele, parece disciplinar o conjunto de fatos capaz de organizar um discurso sobre o mundo e os homens, ou dos homens e seus mundos e suas relações com a natureza e o sobrenatural. A fotografia aparece, assim, como uma forma singular de apreensão do real, e seu uso tem um significado variado segundo as formas de assimilação ou os discursos produzidos a partir dos elementos conotados que a constituem (KOURY, 2004, p. 131).

Portanto, ainda que limitador quanto ao quadro de imagem apresentado, o uso da fotoelicitación permite uma proximidade entre sujeito e objeto estudado e, complementado por entrevista, estimula a memória (MENDONÇA; VIANA, 2007). Ainda segundo Loeffler



(2004) a técnica de fotoelicitação torna-se um processo colaborativo entre sujeitos pesquisados e pesquisador, uma vez que os primeiros se tornam locutores de narrativas, histórias e descrições sobre tal imagem, enquanto o segundo torna-se ouvinte.

Devido à adoção desta técnica, busquei selecionar fotografias que fizessem referência ao espaço pesquisado, Praça Sete e Obelisco. É preciso buscar a ativação das representações tanto do espaço quanto da relação estabelecida entre o espaço, sujeitos e atividades ali realizadas. Em virtude dessa possibilidade que se abre e o uso da fotoelicitação enquanto método de coleta de dados, optei aqui pelo uso de três figuras, objetivando o resgate e ativação da memória, principalmente dos idosos, sobre a Praça Sete.

A opção pela Figura 2 (Praça Sete de Setembro, nas primeiras décadas do século 20) fez-se precisa no intuito de estabelecer com os sujeitos pesquisados uma conversa sobre o início da história da Praça Sete. À época da construção e inauguração de Belo Horizonte e todo um contexto social referente àquela época.



**Figura 2: Praça Sete de Setembro, nas primeiras décadas do século XX**

**Fonte:** Boletim UFMG. Retirado de: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1605/8.shtml> Acesso em: 16/01/2015.

A opção pela Figura 3 (Praça Sete de Setembro sem o monumento obelisco) por outro lado, faz referência a um momento específico da história da Praça Sete que refere-se à retirada do monumento do obelisco da praça. Tal processo fora revertido algum tempo depois, no entanto, espera-se que em relatos tal fato exerça influencia na construção de algumas representações a serem captadas.



**Figura 3: Praça Sete de Setembro sem o monumento obelisco**

**Fonte:** Pirulito: o obelisco da Praça Sete. Retirado de: <http://pirulitopraca7.blogspot.com.br/2013/04/linha-do-tempo.html> Acesso: 23/01/2015.

A Figura 4 (O Obelisco na Praça Diogo de Vasconcelos - Savassi) talvez seja a que menos será referenciada, no entanto, por se tratar neste trabalho da história da Praça Sete e do monumento do obelisco não poderia neste momento isolar tal recorte da história que se refere à transferência do obelisco para a praça Diogo de Vasconcelos.



**Figura 4: O Obelisco na Praça Diogo de Vasconcelos (Savassi)**

**Fonte:** Pirulito: o obelisco da Praça Sete. Retirado de: <http://pirulitopraca7.blogspot.com.br/2013/04/linha-do-tempo.html> Acesso: 23/01/2015.

A utilização destas quatro técnicas em campo necessitou do uso de técnicas de análise para melhor compreensão das informações coletadas. E aqui faço opção pelo uso da análise de discurso, devido à forma de leitura e compreensão dos discursos que esta técnica possibilitou. Pois, o discurso tem impacto direto na construção da realidade, logo, interfere na construção das representações sociais por parte dos sujeitos.

Segundo Hardy e Phillips (2002, p. 2, tradução livre<sup>24</sup>) “as coisas que compõem o mundo social - incluindo nossas próprias identidades - aparecem do discurso... sem discurso, não há nenhuma realidade social, e sem entender o discurso, não podemos compreender a realidade social, as nossas experiências, ou a nós mesmos”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> the things that make up the social world - including our very identities - appear out of discourse... without discourse, there is no social reality, and without understanding discourse, we cannot understand social reality, our experiences, or ourselves

<sup>25</sup> IN: HERACLEOUS, L. T. Interpretativist approaches to organizational discourse. In: GRANT, D.; HARDY, C; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). The SAGE Handbook of organizational discourse. London: Sage, 2004. p. 177.

A opção pela análise do discurso complementa as técnicas adotadas para alcançar as vozes dos sujeitos da pesquisa que, ao ter dado abertura para se ouvir os sujeitos, necessita-se de uma análise de seus textos, contextos e silêncios. Oliveira (2008) defende ainda que o homem só é ser-no-mundo se o é em discurso, pois, se o discurso é constitutivo do mundo o próprio mundo se constitui enquanto discurso. A autora ainda complementa:

A comunicação é esse momento constitutivo do discurso enquanto articulação de uma compreensão compartilhada do mundo. A comunicação, nesse sentido, não precisa se dar necessariamente “em palavras”. Mesmo “sem palavras”, a comunicação é sempre um modo de discurso. Quando trabalhamos, mesmo calados, nos entendemos, porque convivemos desde um mesmo discurso (OLIVEIRA, 2008, p. 157).

E se as representações sociais podem se cristalizar por meio de um gesto, de um encontro e de uma fala (MOSCOVICI, 1978, p. 41), a opção do uso da análise do discurso fez-se coerente. Pois é por meio das relações sociais que a representação social se apresenta enquanto uma substância simbólica que entra na elaboração das práticas dos sujeitos, em um processo constitutivo dialético entre a prática e o discurso.

Segundo Godoi (2010), o uso da análise do discurso ajuda na compreensão para além da conversação, abrangendo a leitura de mundo para um domínio mais vasto, incluindo aspectos não verbais da comunicação. Rosa, Paço-Cunha e Morais (2009) apontam que a análise do discurso, aplicada aos estudos organizacionais, trazem quatro grandes contribuições para pesquisas, a saber:

- i) ajuda na compreensão da questão das identidades, não apenas como características individuais, mas como resultado das contradições sociais e da fragmentação que as tornam fluidas e ambíguas;
- ii) possibilita uma análise para além do nível individual, mostrando como organizações, interorganizações e campos organizacionais são construídos e reconstruídos por meio de práticas discursivas;
- iii) possibilita o uso político do discurso, seja para obter algum resultado estratégico, seja para resistir a tais estratégias, trata-se, portanto, de um instrumento de poder e;

iv) o método de análise possibilita o revigoramento dos estudos críticos ao revelar aspectos como assimetrias de poder e transmissão da ideologia organizacional.

Em específico neste trabalho, onde se busca analisar a constituição das representações da Praça Sete pelo grupo de idosos que este espaço frequenta, a análise do discurso se faz necessária por ter a essência da análise a partir da posição do locutor. Neste ponto, Brandão (2002, p. 16) estabelece que:

Ao falar em ‘posição’ do locutor, ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadores ocupa um lugar primordial.

Dessa forma, utilizei da análise do discurso, em sua vertente francesa, para analisar os dados coletados com a foto-elicitación e com as entrevistas. A adoção desta técnica de análise faz-se justificável, pois, como apontado por Saraiva (2009, p. 90), a análise do discurso francesa configura-se enquanto “um conjunto de instrumentos metodológicos que sistematizam a abordagem de textos diversos usada na busca por uma melhor compreensão de um discurso, de aprofundar suas características gramaticais às ideológicas e outras, além de extrair os aspectos mais relevantes”.

Godoi (2010) defende ainda que esse tipo de análise, ao extrapolar o texto e analisar contextualmente, traz consigo uma perspectiva sociológica que não é uma análise quantitativa, mas uma análise contextual, na qual a narrativa, o enunciado estabelece sentido com os significados predeterminados das palavras, uma relação direta com os atores que os enunciam e seu contexto maior.

Em virtude de optar por esta vertente, busco neste trabalho ultrapassar a esfera interna puramente textual do discurso, aprofundando no conhecimento contextual e discutindo as estruturas comunicativas ou interacionais dos discursos em um quadro mais amplo de relações, processos e circunstâncias sociais e políticas. É por meio dos discursos dos idosos que o real, os espaços e a cidade se constituem. É a partir destes discursos que aproximações e distanciamentos são empreendidos entre indivíduos e espaços.

## A aproximação e a escolha dos sujeitos a serem entrevistados

Em um primeiro momento, minha proposta baseava-se na busca por entender de que forma a Praça Sete é representada e apropriada a partir das representações sociais, optando pelo grupo social dos idosos como referencial para esta pesquisa. Tal escolha deu-se pelo fato da Praça Sete ser frequentada por um número considerável de idosos que utilizam dos tabuleiros instalados ao longo dos quarteirões fechados para jogar dama. Pois, no início do mestrado, ao me propor conhecer melhor a cidade, “me perder” em Belo Horizonte, tive a oportunidade de começar a frequentar determinados espaços na região central com um olhar mais atento, chegando assim à Praça Sete e ao grupo de idosos aqui apontados.

Em meio à confusão, ao grande fluxo de pessoas que perambulam aquele miolo central no entorno da Praça Sete, pude perceber que nos quarteirões fechados haviam sido instalados tabuleiros de concreto. Em sua maioria, sempre ocupados por idosos do sexo masculino a jogar dama. Então retomo um dos meus questionamentos, a dúvida: por que aqui?

Em um primeiro momento, pensei a relação estabelecida ali de socialização que, como apontado por Leitão (2011), espaços públicos, como a Praça Sete, podem desempenhar uma função psíquica de natureza substitutiva, dando aos idosos uma sensação de segurança social. Logo depois, questões como a história daquele lugar e memória social me levaram a pensar no sentido emocional e afetivo que este espaço guarda para esses idosos.

Dessa forma, a ideia de se explorar a história e memória vem do argumento desenvolvido por Lira (1998, p. 248) de que:

A memória é entendida como a habilidade de recordar feitos e experiências do passado. Definimos a memória como a faculdade de conservar e recordar estados e de consciência passados e tudo aquilo que se encontra associado a eles. A memória é definida como o conjunto de funções psíquicas graças as quais podemos representar o passado como passado (tradução livre)<sup>26</sup>.

Em consonância com o argumento acima defendido, Viegas *et al.* (2013, p. 345) apontam que “tempo, história e discursos contribuem para a criação de uma identidade cidadina, um

---

<sup>26</sup> “La memoria es entendida como la habilidad de recordar hechos y experiencias del pasado. Definimos la memoria como la facultad de conservar y recordar estados de conciencia pasados y todo aquello que se encuentra asociado a ellos. La memoria es definida también como el conjunto de funciones psíquicas gracias a las cuales podemos representarnos el pasado como pasado “.

imaginário envolto de memórias e percepções. Todavia, sobre o cotidiano da cidade há uma dinâmica que, por um lado se materializa, e por outro, propicia uma construção subjetiva”.

Visando alcançar um maior número de representações sociais sobre a Praça Sete, pensei entrevistar em torno de vinte idosos que frequentem a Praça Sete. No entanto, seguindo o princípio de saturação ou da cessação de acréscimo de informações em pesquisas de cunho qualitativo (THIRY-CHERQUES 2009), realizei doze entrevistas. A opção por este grupo social firmou-se também devido à possibilidade de se relacionar história, memória e representações sociais. Temáticas estas de alta aderência dentro da Psicologia Social e, portanto, interessantíssimas para análise da constituição da realidade e das representações sociais da Praça Sete.

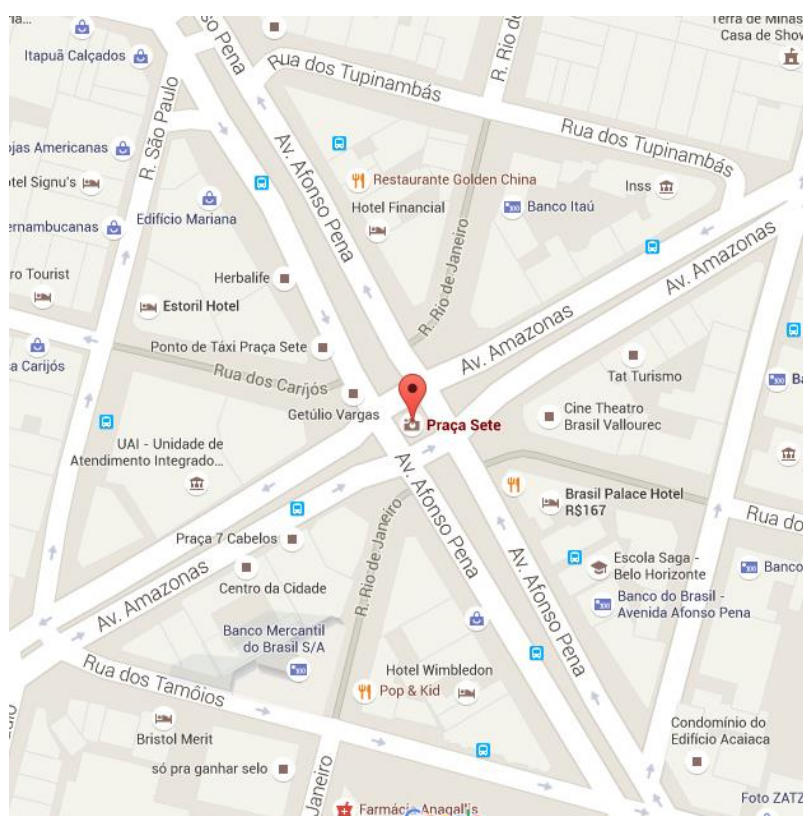
No entanto, ao me deparar com a banca de qualificação, milhares de possibilidades e questionamentos surgiram que só teriam direcionamentos mais concretos a partir do campo. A Praça Sete manteve-se enquanto *locus* de pesquisa; a dúvida agora era: focar o trabalho nas representações sociais ou nos idosos? Acabei determinando os idosos enquanto foco, tendo as sociabilidades destes como base para trabalhar as representações sociais do espaço.

Em virtude das mil possibilidades de pesquisa que emergiram da banca de qualificação, entre os dias 20 de abril e 09 de maio resolvi ir a campo. Em turnos diferenciados, busquei ir à Praça Sete de forma descompromissada, onde permanecia entre duas e quatro horas, apenas para observar o movimento e as dinâmicas ali estabelecidas. Neste primeiro momento a ideia era realmente ir com a lente de pesquisador “limpa”. Objetivei tentar entender um pouco melhor e verificar que tipos de dinâmicas eram encontradas naquele espaço, independente do grupo social.

Organizada estruturalmente em quatro quarteirões fechados, a Praça Sete acaba por concentrar diversas atividades e grupos em um mesmo espaço. Nos primeiros dias de observação o que mais pude perceber foi a correria e a multidão que, desorientada, corria para atravessar tanto a Avenida Amazonas e quanto a Afonso Pena. Ao sujeito que por ali passa e pouco observa, a multidão e o “fuzuê” é o que fica mais evidente.

Foi preciso ficar mais atento, começar a observar detalhes e adentrar um pouco às dinâmicas. Durante alguns dias, sentei nos bancos do quarteirão Maxakalí (Rua Rio de Janeiro até a Rua dos Tupinambás), foi preciso me misturar junto aos idosos. Os tabuleiros de dama e as rodadas de jogo foram alvos de meu olhar e questionamentos sobre como participar e como funcionava a organização para jogar – nem sempre fui muito bem recebido; um jovem no meio de idosos não lhes soava bem.

No quarteirão dos *hippies*, o Xacriabá (Rua Rio de Janeiro até a dos Tamoios – Figura 5), me sentei em um dos bancos, me envolvi em conversas com os *hippies*. A banca de revistas e o bar na parte superior do quarteirão também foram ambientes nos quais me inseri e procurei observar a apropriação naquele espaço por grupos como jovens e os próprios *hippies*. Foram poucos os idosos que ali encontrei o único dos quarteirões onde sua presença era quase insignificante.



**Figura 5: Mapa da Praça Central**

**Fonte:** Google Maps

Sobre dama (e xadrez) fui descobrir no quarteirão Crenaque (da Rua dos Carijós, entre a praça e Rua São Paulo). Partindo de outra forma de organização dos tabuleiros e dos jogos, descobri



que a dama na Praça Sete não é a mesma nos dois quarteirões onde está presente. Talvez o quarteirão com maior número grupos envolvidos em dinâmicas, na maior parte das vezes de cunho comercial, nele pude ver idosos, mendigos, testemunhas de Jeová, vendedores de tudo (fotos 3x4, ouro, loteria, etc.)

O quarteirão Pataxó (Rua dos Carijós até a Rua Espírito Santo), por outro lado, mostrou-se o mais “calmo”, com dinâmicas mais silenciosas (e pretendiam-se mais discretas). A reforma do hoje Cine Theatro Vallourec imprimiu àquele espaço um ar destoante do resto do centro; um consequente processo de gentrificação, esvaziando-se de fluxos durante o dia e tornando-se espaço da boemia durante a noite.

O período de aproximação com o campo e a consequente análise das observações me fez entender que meu trabalho seria mesmo sobre idosos e sociabilidades na Praça Sete. As representações sociais da Praça me serviriam de base para entendimento das sociabilidades e apropriações. Logo, busquei retornar ao campo, desta vez entre os dias 11 e 21 do mês de maio me propus a tal façanha: observar os idosos na Praça Sete. Nesta nova etapa da pesquisa o objetivo era conhecer como os idosos se comportavam, o que faziam e como se relacionavam quando estavam na Praça Sete.

Em meio à multidão, a maioria adulta entre seus vinte e quarenta anos, alguns idosos despontavam correndo para lá e para cá. Por vezes, acompanhados pelo que seriam seus cônjuges ou parentes mais jovens. Entre tanta gente, pude observar idosos que por ali passavam por conta de compromissos, os que ali estavam em filas de bancos e os que conversavam com amigos na Praça, os que ali estavam para trabalhar. Comecei, então, a enxergar dinâmicas diferentes, que se davam também de formas diferentes.

### **A aproximação, o estranhamento e a recusa**

Desenvolver pesquisa com idosos pode ser uma das atividades mais complexas e difíceis que existem. A aproximação e a abordagem são as etapas mais difíceis e que requerem delicadeza e atenção por parte do pesquisador.

No quarteirão Maxakalí, onde há seis bancos, busquei adotar a estratégia de sentar nos bancos e me fazer de pessoa descansando, passeando e até mesmo lendo jornal (por vezes, tive de comprar). Era preciso me colocar no lugar deles para ser sentido como alguém próximo ou alguém aberto à conversa e intimidades. Até discussões políticas ali desenvolvi a partir de um comentário alto sobre uma reportagem que logo veio acompanhada da opinião de um senhor ao meu lado.

Esse processo de aproximação precisou ser pensado de uma forma diferenciada por quatro principais motivos: i) por eu ser muito jovem; ii) pela questão da insegurança dos idosos; iii) pela questão do espaço onde eles se encontravam e; iv) pela contextualização da aproximação. Essas dificuldades acabaram causando em alguns idosos o sentimento de estranhamento – e com isso, de início, uma dificuldade em acessar suas ideias – e em outros, a própria recusa a participar da pesquisa.

A aproximação com o idoso nem sempre se deu de forma satisfatória, a ideia de ter um jovem ou um estranho vindo em sua direção pode trazer uma ideia de risco, de invasão e de insegurança. Daí a necessidade de maior atenção e cuidado ao abordar um idoso. A forma de abordar, ainda que trabalhada e desenvolvida, em específico para idosos, nem sempre possibilitou que o “sim” para a entrevista fosse conseguido – ainda que houvesse aprimoramento da técnica, o não como resposta não deixou de existir.

Esse estranhamento no momento de aproximação durante o processo de pesquisa pode ser dividido de duas formas: por vezes, me deparei com situações onde o idoso se sentiu constrangido, por vezes, o familiar que o acompanhava, ou que “do nada” apareceu (pois resolvia outras coisas e o idoso o esperava), apresentou estranhamento.

Barreto (2012) desenvolveu em sua dissertação um dos grandes argumentos sobre o processo de socialização entre idosos e adultos: a reciprocidade. E essa é a questão-chave no processo de aproximação com um idoso para realização de pesquisas. A autora aponta que os demais indivíduos não conseguem estabelecer reciprocidade com o idoso – devido à sua nova posição social e também devido às consequências advindas desta.

Lembre-mos que se uma criança se aproxima de um idoso a interação dar-se-á de forma completa – a criança apresenta limitações que ao idoso soam como “equidade” e, portanto, não soa como risco ao idoso. E se uma das diferenças entre o adulto e o idoso são as limitações (física, principalmente) que a idade impõe, tal “equidade” na relação não é observada, trazendo assim a não construção da reciprocidade entre idosos e adultos, em determinados momentos. Como aponta Barreto (2012, p. 43) “a reciprocidade é entendida aqui como o processo de se reconhecer no outro e com ele estabelecer projetos em comum”.

No entanto, ao adentrar em campo, foi possível ver tal reciprocidade pelo outro lado, no qual o idoso não consegue estabelecer reciprocidade com o outro (mais novo). A condição de viril, inteiro fisicamente, mais esperto entre outras, dada por uma leitura de mundo estabelecida pelo idoso faz com que este se limite em suas relações com os demais, pois se enxerga alguém da mesma condição.

Durante o desenvolvimento da pesquisa o que pude vivenciar foram três situações (duas de estranhamento e uma de recusa) diferentes daquela de aceitação ao participar da pesquisa:

- O estranhamento do idoso: normalmente envolvido com seus pares, o idoso mostrou-se que perante a presença de um estranho, principalmente jovens, o receio e o medo se tornam sentimentos emergentes. A própria presença do pesquisador em meio aos idosos e em diversos momentos ao entrevistar um ou outro, os demais, ao redor apresentavam olhares diferenciados, semblantes cerrados e questionamentos sobre minha presença.

- O estranhamento do familiar: ao buscar abordar determinados idosos que estavam acompanhados (um acompanhado de sua companheira e outros dois acompanhados de filhos/as) o estranhamento, quando não apontado pelo próprio idoso se transferia para o seu acompanhante. O sentimento de manutenção de segurança do idoso fez-se presente.

Esses dois tipos de estranhamento acabam limitando as possibilidades de interação. Se em alguns momentos vi limitações iniciais dos idosos, por outro lado encontrei alguns que de início se propuseram a participar e responder, mas com a chegada do familiar, tal abertura cessou. Os familiares tendem a absorver a insegurança que a fase idosa traz ao indivíduo e buscar que o idoso da família se relacione apenas quando a reciprocidade for estabelecida.

A situação de recusa, neste sentido, um processo de estranhamento com consequente ação de não aceitação ou envolvimento com a pesquisa foi apresentado por cerca de quatro idosos. Dentre eles apenas um justificou estar com pressa para ir ao banco, os demais permaneceram no mesmo lugar (ou banco) após recusarem o envolvimento. Observa-se, portanto, que nem sempre a minha presença necessariamente se traduzia em perigo, mas a ideia de compartilhar informações com um jovem sim. Logo, questões como o abordar o idoso podem se tornar comprometedoras se não forem adequadas e aprimoradas pelos pesquisadores mais jovens.

## **SOBRE SER IDOSO**

Conceituar meu sujeito de pesquisa talvez não seja uma forma fácil, mas, como apontado no início do texto, optarei aqui pelo termo idoso. Em releituras de Peixoto (1998), Barreto (2012) aponta que na França antiga o termo “idoso” era usado para pessoas de mais idade de situação financeira tranquila e “velho” para aqueles de classe financeira menos favorável. No entanto, parto do pressuposto aqui que o termo “idoso” vem de uma relação com a condição humana de se ter mais idade. E “velho” um termo atribuído pelo capital àquelas pessoas que já não mais são interessantes ao mercado de trabalho.

Chamo a atenção aqui para o argumento defendido por Barreto (2012) onde ela aponta que as construções de conceitos somos nós que fazemos e, portanto, o mais pertinente seria o uso de diversos (velho, idoso, de mais idade) para a desconstrução desses sentidos depreciativos. No entanto, se adoto o termo “velho” e o faço sem refletir que essa é uma construção do capital, possibilito o reforço da construção desse sentido sobre as pessoas de mais idade.

Em quaisquer dos casos apresentados anteriormente (na França ou na concepção mercadológica) observa-se que o trato com o termo “velho” é sempre depreciativo e, se a ideia deste trabalho é trazer tal sujeito ao centro da discussão dando-lhe visibilidade e possibilitando uma releitura sobre a condição de adultos em idade avançada (e, normalmente, fora do mercado de trabalho) opto por reforçar o idoso e marginalizar o velho – não no âmbito social, mas na discussão do humano mercadológico e o uso do termo “velho” como o humano que não está mais a serviço do capital.

(04) Olha, é horrível. É a pior coisa do mundo. Porque ninguém te dá crédito, ninguém acredita. Eu, por exemplo, eu sou formado em Engenharia de Agrimensura há cinquenta anos. Quer dizer, qualquer coisa que quiser saber na área topografia é comigo mesmo. Mas eu não arrumo emprego. Por quê? Por causa da idade. Aí fala: “velho!”. Entendeu? (Entrevistado 8)

Acredito que a melhor forma de corroborar com o argumento por mim defendido foi trazer este primeiro discurso de um dos entrevistados. A seleção lexical presente no trecho (04) deixa bem nítida a questão aqui por mim colocada, “qualquer coisa que quiser saber na área de topografia é comigo mesmo. Mas eu não arrumo emprego. Por quê? Por causa da idade. Ai

fala: ‘velho!’”. Ora, provavelmente, este senhor se considera mais capacitado que a maior parte das pessoas que hoje estão no mercado – afinal, em sua representação, são cerca de cinquenta anos de experiência. Mas não é o esforço, conhecimento e prática da pessoa que lhe dão o “certificado” de aptidão: é o mercado. E, possivelmente, tal conhecimento por este adquirido já pode estar depreciado, desajustado às novas demandas mercadológicas.

Esse processo de exclusão do idoso do mercado nem sempre se dá de forma justa – se é que podemos pensar em justiça quando falamos da relação capital com o ser humano. Mas até mesmo as pessoas, como este idoso, que apresentam ainda sanidade mental, condições físicas saudáveis e sem limitações, tendem a ser marginalizadas apenas pela questão característica do idoso: ser velho (calvo, grisalho, aparência física mais afetada pelo tempo etc.).

O próprio idoso entrevistado traz neste primeiro momento aqui da discussão uma síntese do que para ele significa ser idoso, “olha, é horrível. É a pior coisa do mundo. Porque ninguém te dá crédito, ninguém acredita”. E, talvez, a maior frustração do idoso seja não só ninguém lhe acreditar, mas, principalmente, pelos que lhe tiram o crédito por sua idade, terem idade mais nova e um menor conhecimento que ele. É a principal discussão empreitada entre a questão do idoso e da juventude.

Como apontado por Barreto (2012, p. 42), “em um contexto em que a produtividade é baliza para o cálculo de valor do homem e de sua utilidade, o velho acaba por ser considerado algo com ‘data de validade’ vencida: não há utilidade para ele”. Logo, reforça-se a tendência do mercado ser quem dita “o velho” e o “novo”; o “útil” e o “não útil”. Coaduna com Barreto (2012), Mendes *et al.* (2005, p. 423-424).

Na sociedade atual, capitalista e ocidental, qualquer valoração fundamenta-se na idéia básica de produtividade, inerente ao próprio capitalismo. O modelo capitalista fez com que a velhice passasse a ocupar um lugar marginalizado na existência humana, na medida em que a individualidade já teria os seus potenciais evolutivos e perderia então o seu valor social. Desse modo, não tendo mais a possibilidade de produção de riqueza, a velhice perderia o seu valor simbólico.

Logo, não há como falar de idoso sem antes falarmos de estigma. Refletir sobre ser idoso (no Brasil, em específico) traz em si a estigmatização social. Goffman (2008, p. 11-13) aponta que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados

como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias [...] um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”.

E a questão do estigma contra o idoso não está apenas ligada às questões do mercado. Normalmente, sua principal associação também é no nível social (e, por vezes, familiar). Torna-se, portanto, uma questão delicada de se pensar ao ver o tipo de construção social elaborada e reelaborada década após década contra um tipo de indivíduo que todos nós nos tornaremos, também.

A concepção do ser idoso é a de chegar a determinada idade, acima dos sessenta anos (IBGE, 2015) e, aposentado ou não, poder gozar de uma posição social diferenciada no que se trata da experiência já adquirida e do trabalho já realizado. No entanto, ser idoso e manter uma boa qualidade de vida refere-se não apenas estar em boas condições financeiras e/ou sociais, mas parte de uma construção de contexto sócio-familiar e de relações sociais que possam possibilitar que questões como condição financeira, moradia, estado emocional, satisfação e crescimento pessoal estejam sendo satisfeitas (QUEROZ, 2003) – e, é claro, que não haja abusos financeiros familiares para cima daquele que agora descansa e é dotado de uma renda, mesmo agora sem trabalhar.

Logo, como apontado por Mendes *et al.* (2005, p. 423), “envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada”. Essas mudanças dizem muito sobre um novo contexto no qual o idoso se enquadrará e que, portanto, precisa alcançar/ter condições mínimas para seu autoajustamento social e manutenção da qualidade de vida.

Em termos financeiros, a aposentadoria torna-se uma possibilidade de garantia de sustento financeiro que, através do recolhimento durante a vida ativa no mercado, formará uma “poupança” para ser usada depois de determinado tempo de prestação de serviços à sociedade. Observo que, ainda que falemos da aposentadoria como algo benéfico, esta traz o viés do mercado de trabalho até mesmo para o “descanso” do indivíduo. O idoso só aposenta porque o mercado o coloca para escanteio.

Marra (2013), no entanto, aponta que houve transformações nos últimos tempos sobre a concepção de aposentadoria e sua interpretação, que saíram de momento de descanso, lazer e curtir a vida para uma ideia de ócio, degradação humana e precariedade social. Essa mudança de concepção (negativa) só foi possível devido à falta de estrutura nos diversos âmbitos (psicológica, social, física e até mesmo urbana – esta última, em específico, será trabalhada ao discutirmos a Praça Sete, representações, sociabilidade e apropriações).

Ainda que eu não me proponha a trabalhar a aposentadoria aqui de forma mais densa, veremos que boa parte dos idosos entrevistados são aposentados e, uma vez, aposentados tendem a buscar atividades (remuneradas ou não) para se sentirem vivos sócio-financeiro-psicologicamente. Portanto, partindo da ideia das limitações que emergem com o chegar da idade para o idoso, é preciso trabalhar essas questões e de que forma elas atingem diretamente a qualidade de vida dos sujeitos e sua forma de alocação social.

### **Aceitação pessoal (e as mudanças psicológicas)**

O primeiro âmbito ou instância na qual se deve pensar e refletir sobre as condições do idoso refere-se ao seu próprio eu. Como o processo de se tornar idoso foi sendo construído pelo indivíduo e por seu contexto de forma que possibilita ao sujeito uma maior aceitação de sua nova condição. Ou seja, o idoso é capaz de aceitar a si mesmo e aos outros (idosos também ou não)? De que forma ele interpreta tais acontecimentos anteriores, com atitudes positivas ou negativas?

Segundo Queiroz (2003, p. 6), parte dessa estrutura psicológica que o indivíduo deve contar para ter uma maior aceitação de si e nessa nova etapa vem “a partir da interação entre as oportunidades, as condições vividas pelo indivíduo e a maneira pessoal como cada um organiza seu conhecimento e responde às necessidades pessoais e sociais e às demandas ambientais é construído o senso de bem-estar psicológico”. E esse bem-estar psicológico pode ser enxergado com a necessidade de se fazer sentir útil – tentando, de certa forma, mostrar para si (e para a sociedade) o quão vivo ainda é.

(05) Eu bem que queria aposentar, mas não, não quero para de trabalhar pois ficar em casa não é bom, ficar sem fazer nada, ficar sentada, a gente adocece, a gente fica



mal, quem tem problema de depressão piora, só vai trazendo lamentações, lamentações do passado, de um tempo bom, de uma vida que já passou.  
(Entrevistada 3)

O trecho (05) apresenta duas seleções lexicais que vem tratar de duas questões chaves da vida dos idosos: a aposentadoria e a memória. A primeira seleção lexical traz consigo a necessidade de aposentar apresentada pela entrevistada sem, no entanto, significar “para de trabalhar”. A possibilidade de ter uma renda garantida pela aposentadoria e arranjar outra atividade que ocupe o tempo e complemente a renda da aposentadoria, normalmente baixa.

A segunda seleção lexical traz a ideia da memória e alguns interdiscursos sobre essa memória: a memória “boa”, proporcionada pelo contato com a juventude e história da cidade (um tempo de segurança, uma cidade de bom clima e de fácil locomoção) e a memória ruim, normalmente ligada à vida pessoal (a opressão familiar, um casamento mal sucedido, filhos e limitações da idade), proporcionada pela rotina em casa. Assim como a entrevistada, alguns idosos ligam muito a ideia de permanecer em casa com as memórias da época em que os filhos moravam juntos, com a época em que tinham saúde ou que o cônjuge ainda era vivo.

(06) Ah, eu me sinto feliz. Tem gente que não gosta não, fica magoado e tudo, xinga a gente. Num to falando pra você, mas tem jovem que xinga, que a gente espera na porta quando vai pegar o ônibus, tudo, mas eu não ligo pra isso não. Eu aceito a minha idade, eu já vivi esse tempo todo, eu não podia ficar nova a vida inteira. E também tem um porém: a gente que é mais velho, nós pegamo um tempo muito bom, sabe, um tempo que não tinha violência, que a gente podia ir na barraquinha, muita gente namorando na barraquinha se casô, lá, namorando na barraquinha, as músicas era melhor, era tudo muito bom. Nós vivemo um tempo muito bom sabe?  
(Entrevistada 6)

O trecho (06) aponta o desenvolver do contentamento do idoso com a chegada da idade a partir da memória, “eu aceito a minha cidade, eu já vivi esse tempo todo, eu não podia ficar nova a vida inteira”; sem contar o início de sua fala “ah, eu me sinto feliz”. Como apontado por Nogueira (1998, p. 116), “na memória superpõem-se presente, passado e futuro [...] Já a utopia do futuro envolve uma viagem de religação com o centro perdido. É o caráter sagrado da cidade que se tenta recuperar, literal e fisicamente”.

Logo, a idosa complementa esse resgate de memória e vida feliz (já vivida), “a gente que é mais velho, nós pegamo um tempo muito bom sabe, um tempo que não tinha violência, que a gente podia ir na barraquinha, muita gente namorando na barraquinha se casô, lá, namorando na barraquinha, as músicas era melhor, era tudo muito bom. Nós vivemo um tempo muito

bom sabe?”. É uma justificativa para o que seria a possibilidade de uma vida melhor que a do jovem de hoje e, portanto, justificável o descontentamento deste segundo (ou talvez, o aceite do idoso em ser depreciado). Observa-se, portanto, um interdiscurso entre o jovem e feliz e o hoje velho e infeliz - o tempo como fator modificador do status social.

A possibilidade de ir para rua é rememorar a adolescência, a vida “badalada” da juventude, a sensação de segurança e os bons tempos de quando os pais eram vivos também. Lembrar de uma época sem limitações, de uma época onde “eu era bonito(a) e jovem”, onde era uma jovem cortejada ou um jovem cortejador. A própria ideia de olhar os jovens que hoje os julgam velhos e não vivem uma juventude tão digna como a deles, torna o seu passado valorizado e até mesmo os padrões de beleza atuais questionados.

No entanto, ainda que explique toda essa felicidade vivida e que busque nas memórias um respaldo para se sentir bem com o avançar da idade, a idosa denuncia outras questões. Como afirma Barreto (2012), uma das maiores dificuldades, talvez, para o idoso seja o processo de aceitação perante a sociedade, cada vez mais narcisista. Se cada vez mais a beleza e a jovialidade são valorizadas, olhar para o “velho” é enxergar estranhamento, diferença e, por vezes, repulsa. Logo, pensando sob uma ótica de relações sociais, o estabelecimento de reciprocidade entre indivíduos mais novos e idosos torna-se mais difícil. Em posições opostas, o idoso busca reconhecimento e o jovem dá-lhe a reprovação e descontextualização social.

Na primeira seleção lexical o que se observa, mais uma vez, é o contraste idoso *versus* jovem sendo retomado. O convívio, ou ao menos a tentativa de um convívio harmonioso, é frustrado, tendo como um dos exemplos o uso de transporte público, “tem gente que não gosta não (de idoso), fica magoado e tudo, xinga a gente [...] mas tem jovem que xinga, que a gente espera na porta quando vai pegar o ônibus”. É uma encruzilhada que a sociedade coloca o idoso, se dirigir nem sempre lhe é permitido devido às aptidões e habilidades, o uso do transporte público torna-se doloroso, não só pela limitação de acessos preferenciais e o “sacolejo”, mas pela própria convivência com aqueles que não o respeitam, como os mais jovens e os próprios motoristas e cobradores.

(07) Ruim de mais mesmo (o transporte público). Nós que somo veio, deu sinal, ele não para não... vai embora. Agora os jovem, deu sinal eles para, mas nós não. Não sei não, mas discrimina. Agora, talvez pra não ter o cara véi... dinheiro, o problema é dinheiro... muitos não paga... outros já paga. Então... a gente tem o cartão do idoso.

né, ai não paga. Mas, acho que as empresa particular discrimina nesse ponto.  
(Entrevistado 7)

Como afirmado nos trechos (06) e (07), observa-se um comportamento diferenciado dentro do transporte público, em específico, por parte das empresas de transporte público para com o idoso. O que dizer do capital que tenta de todas as formas excluir o idoso? Ora, não haveria melhor argumento para atender mal um idoso do que o apresentado pelo entrevistado, “nós que somo veio, deu sinal, ele não para não... vai embora. Agora, os jovem, deu sinal eles param, mas nós não [...] então... a gente tem o cartão do idoso, né, ai não paga. Mas acho que as empresa particular discrimina nesse ponto”.

Se para o idoso a permanência em casa é difícil, sair de casa e ir enfrentar as dificuldades de acesso aos espaços pode ser mais difícil ainda. Goffman (2008, p. 41) afirma que:

as pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu – uma carreira moral semelhante, que é não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais.

Logo, parte do processo de aceitação perpassa pela ideia de estar com um igual, estar com aqueles que o compreendam ou fazer-se sentir-se um “normal”, um “não idoso”.

(08) A solidão, eu aprendi há muito tempo atrás, que a solidão é má companheira. Então, aquela história, você fica fechado dentro de casa, é, pensando em quê, vendo em quê, fazendo... Cê ta na rua, cê tá vendo tudo. Troço mais maluco do mundo você se diverte, se você num se divertir, ao menos não tem nada pra te aborrecer, coisa nenhuma. Se tiver você pega um ônibus e volta pra casa. Agora como é que pode ficar trancado dentro de casa sem nada pra fazer? Eu não consigo.  
(Entrevistada 2)

Neste trecho, a Entrevistada 2 aponta parte das estratégias que traça para sentir-se bem: ir para a rua e não ficar em casa. A experiência de vida lhe agregou conhecimento sobre a vida, como apontado na primeira seleção lexical, “a solidão, eu aprendi há muito tempo atrás, que a solidão é má companheira”. Este discurso vem de encontro com o discurso (05), “pois ficar em casa não é bom, ficar sem fazer nada, ficar sentada, a gente adocece, a gente fica mal, [...] só vai trazendo lamentações, lamentações do passado, de um tempo bom, de uma vida que já passou.

O compartilhamento desta ideia por mais de um idoso aponta, de certa forma, a problemática do avançar da idade, o aparecer das limitações e a própria aproximação com a morte. Para os idosos, vê-se uma verdadeira busca de sentido na vida, a necessidade de estar vivendo e vivendo com dinamismo. A segunda seleção lexical traz esta ideia “dentro de casa, é, pensando em quê, vendo em quê, fazendo... Cê ta na rua, cê tá vendo tudo. Troço mais maluco do mundo”. E é interessante a percepção da Entrevistada 2, “ao menos não tem nada pra te aborrecer, coisa nenhuma”, fazendo uma possível referência à vivência em família, ao contato com uma realidade sensacionalizada na televisão ou o próprio ócio enquanto facilitador de aborrecimentos e descontentamentos – sem um sentido para viver. Sua conclusão é bem explicativa de seu modo de vida (ir para a Praça Sete todos os dias), “agora como é que pode ficar trancado dentro de casa sem nada pra fazer?”.

No entanto, assim como apontado por Goffman (2008), ainda que haja o compartilhamento de experiências similares e a consequente ajustamento pessoal por parte dos idosos, o entendimento sobre ser idoso e velho (pelos próprios idosos) acaba sendo afetado por um discurso maior que é compartilhado e alimentado em nível social. Possibilitando que o estigma antes direcionado aos idosos, por parte dos não idosos, seja também absorvido por idosos.

(09) a maioria hoje do, do, das pessoas que vão chegando acima dos setenta... É, eu acho que eles mesmo, é, eles mesmos se consideram velhos. Por que? Ao meu... É, cada um tem um pensamento, a minha visão da coisa. Por exemplo, eu não me considero velho, eu não entro numa fila de idoso... Por que? Porque eu tenho duas pernas, trabalho, faço as coisas, por que que eu tenho que entrar numa fila de idoso? Quer dizer, o idoso hoje, ele mesmo ta, o idoso ta se considerando mais velho do que ele é. A sociedade nem sempre... Eu vou te fazer uma pergunta, bem interessante, eu vou te responder a sua pergunta... Você está trabalhando... Tá certo? Eu não vou te falar nem no banco não... Você vai numa loja pagar uma prestação, você ta, o trabalho vai lá, tem dez idoso, nenhum doente, todos andando, por que que ele tem que ter prioridade se ele não ta fazendo nada? E você que está trabalhando não pode chegar e pagar pra voltar pro trabalho. Cê entendeu o que eu to te falando? O idoso, é, eu acho o maior barato, cada dia que eu fico mais velho é um dia a mais que eu passei, noventa, noventa, é... Dez por cento do ser humano num abre o olho na Terra pra ver aqui, aí ele nasce e morre. Cada dia que cê fica mais velho é um prazer, só que o idoso ele hoje está se menosprezando, se desvalorizando. Se eu tenho duas perna, se eu estou andando, to com saúde, por que que eu tenho que entrar numa fila, entendeu? Então, quer dizer, eu acho é, eu tô te dando uma suposição, mas englobando várias coisas. Eu acho que o idoso ele ta se desvalorizando, talvez, agora quanto a Belo Horizonte, o pessoal aqui é normal, não tem aquele negócio de discriminação, nem nada, coisa normal em Belo Horizonte. (Entrevistado 4)

O Entrevistado 4 aparentemente absorveu bem o discurso construído socialmente para desprover os idosos de determinados benefícios e/ou facilidades. A primeira seleção lexical do

trecho (09) vem representar a ideia do próprio idoso se autoestigmatizar – podendo ser interpretada como uma representação social negativa sobre os direitos adquiridos dos idosos. Esta primeira seleção lexical traz a essência do interdiscurso presente neste fragmento de entrevista: “velhos só são velhos porque se consideram velhos”. Como será visto, na segunda seleção lexical, o idoso entrevistado usa da autoestigmatização para tentar se distanciar da situação de idoso, “eu não me considero velho”.

Nesta segunda seleção lexical, o trecho destacado aponta uma absorção do preconceito contra o idoso pelo próprio idoso. É uma reverberação do discurso de “preconceito” e repúdio aos privilégios dos idosos construído pelo indivíduo médio em nossa sociedade sendo reproduzido pelo próprio idoso. Pensando segundo a Psicologia, tal atitude traduz um pouco dos processos de identificação e diferenciação, ou seja, o idoso entrevistado usa a característica de “apto fisicamente” como uma forma de se aproximar do indivíduo médio (o adulto) e desenvolve um discurso de só “ser idoso” aquele com limitações para se distanciar do “ser idoso” e, portanto, buscar um reconhecimento social ao diferenciar-se deste grupo.

Na terceira seleção lexical observa-se que o indivíduo entrevistado parte da questão do deficiente para conceituar o “velho”, se não é deficiente, logo, não é velho. Ele vincula as limitações do corpo à questão do avançar da idade, logo, “nenhum doente, todos andando, por que que ele tem que ter prioridade se ele não ta fazendo nada?”. Se, socialmente, a variável considerada para ser “velho” é a idade e o entrevistado já a alcançou, ele busca reeditar tal variável e traz a questão das limitações físicas como uma forma de rotulação.

A quarta seleção lexical desponta, ainda que ironicamente, como uma explicação de o porquê o idoso ser visto como velho, ser visto de forma tão depreciativa: “o idoso ele hoje está se menosprezando, se desvalorizando”. Pois, se analisado o trecho discursivo (09), verá que ao absorver o discurso hegemônico de marginalização do idoso, este expõe a representação social da sociedade em geral sobre idosos e sobre suas necessidades e preferências que lhe foram concedidas na aquisição de serviços e acessos à espaços.

Logo, percebe-se a partir dos fragmentos apresentados que a questão da aceitação do sujeito da chegada da idade e a sua nova situação de idoso nem sempre se dá de forma tranquila. Para além do processo de aceitação pessoal, percebe-se que tal condição, de idoso, traz também o

que poderíamos chamar de aceitação do próprio grupo, referente à noção do que é ser idoso em sociedade, atentando-se para a nova posição que ocupa o grupo a que pertence e as demandas desses.

A aceitação social também está muito relacionada, para além de questões físicas e de idade, com aspectos do estilo de vida. A ideia de encontrar idosos com limitações físicas (e outras) que se restringem ao espaço domiciliar é muito diferente da situação de encontrar idosos com disposição e ânimo para andar pela cidade e aproveitar os espaços; causa estranhamento um “velhinho” andando por aí sem norte. É uma questão de cunho econômico pois, possivelmente em condições financeiras melhores o idoso teria acesso às questões de alimentação, saúde e qualidade de vida que lhe proporcionariam melhor qualidade de vida e estímulo às atividades culturais.

O corpo social de uma cultura urbana, desse modo, é depositário de uma enormidade de modos e estilos de vida que, por sua vez, produzem, rejeitam, recompõem outros tantos, e, ao mesmo tempo, associam-se ou conflitam entre si, nas projeções de configurações por eles almeçadas, nos jogos interacionais a que se viam submersos. Sem falar, ainda, e, contudo, que esses mesmos modos e estilos de vida, em si, não eram alheios a conflitos, pelo contrário, viam-se, exerciam-se e objetivavam-se através deles (KOURY, 2010, p. 45).

Portanto, esse corpo cultural torna-se ambíguo e conflitante: o idoso que enche as filas das lotéricas e, mesmo apto fisicamente, aproveita dos benefícios lhe concedido é tão estranhado, bem como estigmatizado quanto o idoso que se propõe a bater de frente com o que a sociedade lhe impõe, a restrição do espaço domiciliar e dos afazeres domésticos.

A questão do transporte público, mencionada anteriormente, traz consigo outras questões a ela implícitas: o espaço do idoso; o momento da sociedade “pagar” pelos serviços por este um dia prestado e a questão cultural/ética de respeito e consideração pelos em situação menos confortável; o capital e o tipo de sentimento que ele imbuí da invalidez do homem (ao motorista, ao cobrador, ao próprio usuário do transporte público).

(10) Isso aí, eu vou te falar rasgado, nós estamos vivendo numa sociedade filha da puta. Ladrão, ninguém respeita ninguém. Cê entra dentro do ônibus, os jovens ta tudo sentado, um fala às vez com outro “ow, dá lugar pro moço aí” e o cara fala “que? Eu to cansado, rapá, trabalhei o dia inteiro”. Esse homem aí ele não trabalhou nem duas horas hoje. Falam mesmo, entendeu? Cê, cê entra num ônibus, é motorista que num fala com você, apesar de os maloqueiro, os ladrão, que anda tudo de Beretta, revólver, faca, eles sentado, ninguém fala nada, nem o trocador e nem o motorista. Melhor descarregar em cima do véi. Sobe em cima de mim, não

descarrega também não. De vez em quando eu to mandando um pra puta que pariu. Se entrar, toma tiro. Entendeu? Eu posso já num ta valendo nada, mas o dedo eu ainda sei puxar. Isso é um absurdo, né? Eu acho um absurdo. Cê vê, eu vi... Igual eu vi, foi... Quinta-feira passada, eu vi um motorista sair de pau num senhor de idade, e o trocador, eu até falei com o trocador, falei com ele: “fica na sua”. Ele falou “ah, porque o véi, e num sei o que”, ai eu falei “só to te falando pra você ficar na sua”. Se o cê pular essa roleta pra cá, você vai correr um grande risco... E corria mesmo, ele tava correndo o risco de tomar um tiro. Que é um absurdo, não tem jeito. Ô! E os vagabundos entra, senta e vai embora, ninguém fala nada. Porque eles têm medo de tomar tiro, né? Mas é bobagem, que o quê eles não faz com quem merece, que é os vagabundo, faz com os velho. É uma bandaieira esse país nosso! Esse país nosso ta uma zona! Uma casa de puta governada por sacana. Entendeu? É, ué. É a realidade, entendeu? Cê ta me entendendo o que eu to falando, né? É a realidade. Nem eu que to, olha pro cê vê acontecendo aí, po. Pelo amor de Deus, né? Acho que é o contrário. Motorista devia por pra fora os vagabundo, e dá o lugar pros véio, né, sentar, o cara que trabalhou, o cara que já pagou e num é um ônibus não, num to falando negócio de passagem não, já vou falar logo o ônibus. Um cara igual eu, eu não paguei uma passagem, eu já paguei foi uns trinta ônibus, né? E praticamente, e automaticamente, no meio dos vagabundos, eu não tenho direito de viajar. E os vagabundo têm, né? Então, quer dizer, é difícil demais. (Entrevistado 8)

Neste trecho (10), o Entrevistado 8, reforça tal questão das problemáticas que acompanham o acesso ao transporte público; questões de ordem social e organizativa. A primeira questão pode-se perceber nas duas primeiras seleções lexicais, “Cê entra dentro do ônibus, os jovens ta tudo sentado, um fala às vez com outro ‘ow, dá lugar pro moço aí’ e o cara fala ‘que? Eu to cansado, rapá, trabalhei o dia inteiro’”. Esse homem aí ele não trabalhou nem duas horas hoje”; “Cê, cê entra num ônibus, é motorista que num fala com você, apesar de os maloqueiro, os ladrão, que anda tudo de Beretta, revólver, faca, eles sentado, ninguém fala nada, nem o trocador e nem o motorista. Melhor descarregar em cima do véi”.

Estas duas seleções apresentam como o idoso é visto por aqueles que oferecem o transporte público (as empresas autorizadas e sua lógica de lucro repassada aos funcionários) e a própria sociedade que usa e compartilha deste mesmo serviço (que não usa do respeito aos espaços reservados ou da lógica de compadecer perante a situação mais delicada do próximo). Neste trecho (10) o que se pode perceber também é a demarcação do lugar do idoso que entrevistado; da condição social de produção do discurso: não é qualquer idoso, é um idoso que utiliza do transporte público, é um idoso de um nível socioeconômico mais baixo.

A terceira e a quarta seleção lexical trazem a repercussão do descompasso social com a situação do idoso e a necessidade de atenção e cuidados diferenciados que este precisa; “Eu posso já num ta valendo nada, mas o dedo eu ainda sei puxar”. Ou seja, em vista da situação

que a sociedade lhe empurra (considerando-o um debilitado), este se arma, literalmente, para se fazer “protegido” perante a sociedade que o estigmatiza, repreende e o desrespeita.

Por outro lado, a questão do desrespeito com o idoso faz emergir uma questão social e de organização do transporte público que se refere ao uso indevido deste sem seu respectivo pagamento (que, se aprofundarmos em tal questão poderíamos chegar até mesmo ao questionamento sobre ser mesmo um serviço público). Como apontado pelo Entrevistado 8, é comum tais práticas, “os vagabundos entra, senta e vai embora, ninguém fala nada. Porque eles têm medo de tomar tiro, né? Mas é bobagem, que o quê eles não faz com quem merece, que é os vagabundo, faz com os velho”. O sentimento de injustiça é reforçado nessas situações, não só pelo mal trato com o idoso, mas por uma conivência dos mesmos (motoristas e cobradores) com tais situações.

Ao fim, o Entrevistado 8 ainda reitera seu posicionamento e traz consigo mais uma lógica do capital (aquele mesmo que torna o idoso um velho): só poderia andar de transporte público quem pode pagar. Como afirmado, “motorista devia por pra fora os vagabundo, e dá o lugar pros véio, né, sentar, o cara que trabalhou, o cara que já pagou e num é um ônibus não, num to falando negócio de passagem não, já vou falar logo o ônibus. Um cara igual eu, eu não paguei uma passagem, eu já paguei foi uns trinta ônibus, né? E praticamente, e automaticamente, no meio dos vagabundos, eu não tenho direito de viajar”.

Dessa forma, o idoso usa do mérito da riqueza por ele criada em seu tempo de atividade para justificar a necessidade do “vagabundo” pagar pela passagem e ele, não. Observa-se, logo, o interdiscurso que reforça o lugar do velho (aquele categorizado pelo capital), aquele que não produz, e que seria apenas um “peso” para o sistema. Se tem dinheiro pode pegar pelos produtos e serviços; logo, é idoso. Se não pode é ônus, é o “velho”.

A questão da aceitação pessoal por parte dos idosos mostra-se algo de maior complexidade, afinal, fala sobre a vida pessoal, a vida em família e em sociedade. Com base nos discursos apresentados nesta seção observa-se que a essência dos discursos destes idosos centra-se nos problemas que vem junto com o avançar da idade. E são problemas de toda ordem, limitações físicas, financeiras, sociais, entre outras.



O ser idoso está relacionado ao ganho de um tempo, por estar fora do mercado de trabalho, que força o idoso a buscar uma ocupação para este – ainda que seja trabalho também (e aí a questão da renda como impulsionadora). O ser idoso com tempo ocioso é se entregar à depreciação física e mental, enquanto que o ser idoso com tempo alocado às atividades é ser um idoso exposto às dificuldades de acesso aos espaços, de repreensão social e até mesmo de aborrecimentos. Logo, o idoso tende a viver uma situação difícil permanecer em casa faz-se complicado, mas o sair de casa também.

Sobre os principais aspectos ideológicos retratados, observa-se que os idosos se posicionam que chegar em idade avançada, ser considerado idoso, não é tão bom. Ainda que possa se aproveitar a vida, tal questão não é tão fácil de se concretizar. É como fosse dado ao idoso este direito, mas sem lhe prover as condições (sociais, financeiras, físicas) mínimas para o aproveitamento. O discurso ideológico defendido é o da necessidade de viver e, portanto, da sociedade perceber o idoso enquanto indivíduo vivo – e com necessidades sociais, de entretenimento e até mesmo de ocupação. O discurso combatido é o da representação da decadência, da limitação e da marginalização perante a sociedade.

Nos discursos dos idosos observam-se alguns aspectos retratados, como a própria diferença socioeconômica dos entrevistados. Poucos foram os que se apresentaram em boas condições, mas todos refletiram em seu discurso as impossibilidades e limitações que acompanham o avançar da idade, a marginalização social e as próprias dificuldades financeiras – não necessariamente referente aos ganhos, mas aos custos de ser um idoso.

Enquanto alguns optam pelo trabalho como forma de ocupar tempo, outros tendem a optar pelo trabalho como forma de renda adicional à aposentadoria. A aposentadoria pode ser vista como um silenciamento também, quase ninguém fala da aposentadoria como algo bom, principalmente em seu aspecto financeiro. Normalmente baixa, a aposentadoria representa muito além de uma limitação financeira, mas toda uma vida limita, portanto, o discurso acaba por refratar toda uma condição social inferior à que o idoso tem que se submeter pós saída do mercado de trabalho.

## **Autonomia (e as mudanças físicas)**

O segundo âmbito que aqui discuto refere-se às questões de autonomia e independência do indivíduo. Enquanto para alguns idosos a chegada da idade diz sobre uma maior limitação de movimentos, controles sobre atividade física ou movimentação, para outros, a ideia de estar em idade avançada, com filhos criados (ou sem filhos) e, às vezes, até mesmo viúvo(a), traz uma maior liberdade e tranquilidade para reeditar o estilo de vida e suas práticas.

(11) Eu faço café, por exemplo, hoje. Aí eu faço, por exemplo assim, aquelas garrafinhas de, de palmito, por exemplo assim, eu faço meia dúzia e boto na geladeira. Aí eu vou lá e esquento leite com café e tomo. Tem vezes que tomo gelado também... não importa o jeito que eu vou tomar café... (Entrevistada 2)

O discurso (11) apresenta na seleção lexical marcada os traços da vida da idosa. A rotina e os afazeres de casa e a necessidade de não cair na rotina, a necessidade de se exercitar e gastar o tempo de outras formas faz com que o idoso use de estratégias para enfrentar a gestão do tempo (e do ócio que a má gestão pode promover). Logo, a arte de requeantar o café, ou até mesmo tomá-lo gelado não se faz tão presente na vida das mães, mas de uma senhora que mora só, talvez sim. A possibilidade de adequar todas as práticas, ou ao menos parte delas, ao estilo de uma única pessoa, o próprio idoso traduz-se em um estilo de vida mais livre e mais independente.

Por outro lado, não me refiro apenas às questões de locomoção ou autonomia financeira, mas também à independência pessoal e de opinião. Em outras palavras, o indivíduo em idade avançada consegue fazer distinção de opiniões e autoavaliações de determinados assuntos de forma independente?

Um dos primeiros apontamentos sobre a nova condição de dependência que o idoso se encontra é que este “perde a posição de comando e decisão que estava acostumado a exercer e as relações entre pais e filhos modificam-se. Consequentemente as pessoas idosas tornam-se cada vez mais dependentes e uma reversão de papéis estabelece-se” (MENDES *et al.*, 2005, p. 425). Se ser idoso pode se configurar um estigma social, ser idoso e deficiente (ou debilitado fisicamente) torna o processo de reconhecimento social mais complexo, torna-se um estigma duplo.

(12) Ah, é porque eu vim, eu vim, fazer uma compra aí, vim comprar um remédio aí mas meu pé doeu muito, eu tenho problema no pé, aí eu sentei aqui pra descansar um pouco. (Entrevistado 1)

Os trechos (11) e (12) trazem a questão das limitações físicas como questão que vêm interferir e afetar o cotidiano e até mesmo as atividades básicas do dia-a-dia, como comprar um remédio ou ir pagar contas. No caso da seleção discursiva (12) observa-se que, por ser um casal, havia um sentimento de cumplicidade quanto às limitações (até mesmo por compartilharem da situação de terem limitações).

(13) Nós viemos pra ver conta e tamo aqui descansando um pouquinho. (Entrevistados 6)

Neste trecho observa-se uma seleção lexical que aponta um pouco da realidade dos idosos com o avançar da idade: as limitações físicas. Atentemo-nos não somente às limitações físicas, mas às dificuldades impostas por estas limitações também “eu tenho problema no pé, aí eu sentei aqui pra descansar um pouco”.

Observa-se que mesmo ao idoso com doenças e limitações físicas, a possibilidade de sair de casa e ir ao centro não é descartada. A necessidade de sair de casa, de ver pessoas, de se exercitar, se sentir vivo fala mais alto que os próprios obstáculos trazidos pelo avançar da idade (e como apontado na seção anterior, os próprios obstáculos sociais).

(14) Desde que eu cheguei pra cá eu parei de dirigir. [...] Eu só ando de ônibus. Agora ficou mólin. (Entrevistada 2)

Neste breve trecho (14), a idosa, antiga residente de Brasília, aponta a mudança de rotina desde que se mudou para Belo Horizonte. Neste caso, para além da limitação física (a qual aparenta não se fazer presente em sua vida) a nova dinâmica de trânsito e necessidade de maiores reflexos e habilidade, além de uma oferta de transporte público melhor, trouxe à idosa a possibilidade de mudança de seus hábitos dando-lhe uma nova forma de autonomia.

(15) Eu tô sentada aqui, tô esperano minha filha voltar da consulta, não guento subir escada não, ela tá em consulta com o médico. Minha neta não tá bem, tava com gripe e garganta arranhando. (Entrevistada 3)

Os trechos (14) e (15) trazem um pouco da conscientização do próprio idoso sobre as limitações com as quais agora ele tem de viver. No segundo trecho observa-se um silenciamento sobre o porquê desta senhora ter de acompanhar sua filha e neta ao médico – ainda que não pudesse acompanhá-las até a sala médica. Seria sobre uma relação de tutela que a filha tem para com a mãe, não podendo a segunda ficar só em casa? Ou seria o contrário, ainda que “independente”, a filha ainda requer o acompanhamento e chancela da mãe sobre seus atos? Ou essa companhia refere-se ainda à uma dependência financeira da filha para com a mãe?

Ainda sobre a limitação física, o trecho aponta para um despreparo estrutural dos espaços na cidade, não apenas se tratando do idoso, mas como conceber espaços sem alternativas de locomoção? Ao idoso com limitações e ao cadeirante como fica o acesso a estes espaços, inclusive de suma importância como é um de saúde/clínica médica?

A partir destes trechos, confirma-se como a limitação física e a diminuição de reflexos e agilidade começam a impor aos idosos a diminuição do número de atividades que poderiam realizar como dirigir, praticar exercícios físicos de maior peso, desenvolver determinadas atividades laborais, entre outras. Além de, após se aposentar, o tempo deixar de ser um “inimigo” dos idosos, pois, sem necessidade de cumprir horários ou de “alavancar na carreira”, os idosos podem selecionar de forma melhor como orientarão suas atividades e ações.

Ainda que o avançar da idade traga uma limitação física, existem idosos que fogem à regra ou buscam até mesmo através de atividades uma forma de tentar driblar ou permitir que as limitações se agravem. Ou será que as questões financeiras e de estrutura familiar que tentem a interferir e definir quais terão maior ou menor mobilidade? O manter-se em atividade no mercado é também uma dessas formas de se manter ativo; mantem-se o corpo e a mente em exercício.

(16) Eu não penso nisso... Eu vi uma reportagem essa semana um senhor com uns noventa anos ou menos. O moço tem oitenta e sete anos, ele é chefe duma equipe da prefeitura que faz limpeza, e ta e ta. Aí tava mostrando que o idoso, hoje, ta mais ativo e tudo. Aí o cara falou com ele assim: o senhor pensa em parar? Ele respondeu interessantemente, não sei se cê viu... Ele falou assim “porra, por que que eu tenho que parar de fazer as coisas se eu morrer eu vou parar de fazer pra sempre?”. (Entrevistado 4)

Se por um lado, nos discursos (09) e (10) da seção anterior, viu-se um idoso que tende a criticar os demais idosos por uso de privilégios lhe concedido e desenvolvendo o argumento da depreciação do idoso a partir do próprio idoso a primeira seleção lexical do trecho (16) aponta outra questão: o idoso e a valorização de seu papel na sociedade. Ao apontar que “o moço tem oitenta e sete ano, ele é chefe duma equipe da prefeitura que faz limpeza, e ta e ta. Aí tava mostrando que o idoso, hoje, ta mais ativo e tudo”, ele traz a questão do papel do idoso na sociedade, mesmo com idade bem avançada é chefe de uma equipe (observa-se emergir a questão da competência e experiência deste senhor frente aos demais, provavelmente jovens).

A segunda seleção lexical traz um interdiscurso sobre o confronto da vida e da morte – a ideia de aproveitar enquanto se vive, pois, depois de morto não há mais o que fazer. A construção social do senso de utilidade que o ser humano tem de ter (s serviço do capital, normalmente) apresenta-se fortemente imbuído no discurso deste idoso (que é o mesmo que prega o não uso de filas preferenciais por idosos). Ao fazer a apelação “porra, por que que eu tenho que parar de fazer as coisas, se eu morrer eu vou parar de fazer pra sempre?”, o idoso retoma a necessidade de se manter ativo que, no caso dele, refere-se a se conservar ativo no mercado de trabalho, mas para uma outra parte dos idosos refere-se a ter atividade, laborais ou não, para sustentar corpo e mente em exercício contínuo.

Analisando as duas seleções lexicais observa-se que o argumento desenvolvido pelo entrevistado traz um aspecto ideológico defendido que é o de que o idoso deve permanecer no mercado, ou seja, não ser considerado velho, enquanto ainda tiver força e vontade de trabalhar. Na segunda seleção lexical nota-se que há uma ideologia combatida, a da sociedade “tornar” o idoso um incapacitado, esse discurso ideológico é combatido pela primeira seleção lexical onde se encontra o argumento/situação que embasa tal ponto de vista.

(17) Quem é os sessenta e quatro anos não procura mais diversão não. Aproveita o tempo pro trabalho. Quando eu to em casa eu procuro descansar o máximo, que sou cardíaco, não posso ficar mais fazendo, é, eu moro numa casa muito baixa, né. Depois eu vou fazer uma casa no Rio. Eu fiz uma, duas três, quatro cirurgias, então eu tenho que me poupar. Agora eu to na fase de poupar porque o tempo não perdoa.  
(Entrevistado 5)

O trecho (17) aponta o reforço da ideia do trabalho (e da atividade laboral) na terceira idade, “quem é os sessenta e quatro anos não procura mais diversão não. Aproveita o aproveita o tempo pro trabalho”. Tal discurso traz um pouco da necessidade de se sentir indivíduo em sociedade, se parte do conceito que pessoa ociosa é pessoa vagabunda, o idoso que se vê “procurando diversão” nada mais é do que um possível vagabundo.

No entanto, ainda que o Entrevistado 5 alimente tal perspectiva do trabalho, usando inclusive o termo “aproveitar”, este idoso aponta as dificuldades de se manter em tal rotina, “quando eu to em casa eu procuro descansar o máximo, que sou cardíaco, não posso ficar mais fazendo, é, eu moro numa casa muito baixa, né”. O idoso reconhece suas limitações, mas abre mão da diversão (e do ócio) e prol de uma rotina de trabalho. E se contradiz ao apontar “então eu tenho que me poupar. Agora eu to na fase de poupar porque o tempo não perdoa”. E aparentemente, ele mesmo não perdoa o que o tempo lhe fez (uma, duas, três, quatro cirurgias); há uma vontade de viver, logo, a velhice não é um atalho para a morte, mas uma fase de resistência, pois, o que se apresenta no discurso é uma vontade de viver ao máximo.

Lembro aqui que, para além das limitações físicas há também a influência dos filhos nas questões relativas à saúde e comportamento do idoso; como pode ter ocorrido com a idosa do que acompanha a filha ao médico, no trecho (17). A concepção de que o idoso vai perdendo sua lucidez e, portanto, o poder de ter a razão e opinar de forma constante, dá aos filhos e familiares uma brecha para que se imponham perante a vontade dos indivíduos idosos.

(18) Trabalho o dia inteiro! Interim!... Pego às sete horas, largo às sete... Aí quando já chego em casa, ta batendo as nove horas. É duas horas pra ir, é duas horas pra voltar. Eu trabalho em Vespasiano, moro em Sabará. Aí, gasto uma hora pra chegar aqui, uma hora pra chegar lá. Duas horas pra ir, duas horas pra voltar. Pego oito ônibus por dia! Oito ônibus! Então é demorado, sô. É demorado. Nó! Eu era do interior, né? Aí surgiu um serviço aí melhor, eu vim pra cá. Depois fiz um concurso no Estado... Hoje eu aposentei. Mas continuo trabalhando, não parei não.  
(Entrevistado 7)

No trecho (18), o Entrevistado 7 retrata a questão da rotina de trabalho (mesmo aposentado), “trabalho o dia inteiro! Interim!... Pego às sete horas, largo às sete”. Uma questão relevante sobre a vida ativa do idoso em questão é que ele relata “trabalho em Vespasiano, moro em Sabará”, mas eu o encontrei em Belo Horizonte. Há, então, outra questão implícita que traz a questão da hierarquia urbana das cidades e a centralidade de Belo Horizonte perante as outras duas cidades apontadas no trecho.

O discurso do idoso ainda é reforçado ao ele falar das condições de trabalho na cidade que se fizeram melhores do que no interior, “eu era do interior, né? Aí surgiu um serviço melhor, eu vim pra cá”. Observa-se que, ainda que o idoso aponte todas as dificuldades para chegar ao trabalho e o tempo perdido dentro do ônibus, o idoso afirma “mas continuo trabalhando, não parei não”, como um tipo de vitória ou obrigação moral.

A maior parte dos discursos dos idosos apresentados nesta seção traz consigo a questão das limitações físicas e da superação destas como uma forma de se inserir na sociedade como um indivíduo “normal” e ativo. A questão do trabalho se mostra bem presente, talvez pela capitalização do conceito de indivíduo e a forma como a própria sociedade rotula e qualifica apenas aqueles indivíduos produtivos.

No entanto, algumas questões são silenciadas como, por exemplo, o idoso em situação financeira boa apresenta estrutura familiar e social que lhe provê atividades e uma conduta de qualidade de vida (e alimentar) que lhe permite chegar à terceira idade com uma menor chance de ter problemas de saúde e limitações físicas relacionadas a estas. Além de possibilitar que a situação do trabalho seja mesmo uma satisfação da necessidade de sentir reconhecido socialmente e não uma necessidade financeira da família – como no caso da idosa que acompanhava a filha e a neta ao médico.

### **Propósito de vida (e as mudanças sociais)**

O terceiro âmbito diz um pouco mais sobre o posicionamento social do indivíduo idoso e sua realocação e recontextualização sobre os sentidos/objetivos na vida, seu senso de direção, a forma como administrará o passado e o presente e suas novas metas de vida. Afinal, após muito trabalhar, correr atrás de criar os filhos/netos e se estabilizar na vida, como se portam os indivíduos quando idosos?

O domicílio, por vezes, nem sempre é o melhor lugar para se viver o resto da vida. A rotina e a monotonia acabam por reforçar a situação de decadência e limitação que muitos dos idosos apreendem desta nova fase da vida. Por outro lado, alguns tendem a enxergar no domicílio um

refúgio, a segurança de um lugar em que ele pode ir e vir, sem problemas, sem preconceitos, sem grandes limitações, teoricamente.

(19) Eu passo, eu venho, vou ali na, na, no, eu ando por aqui, eu ando ali. É aquela história, eu não tenho um lugar fixo que, agora meu filho ta aqui, eu ligo pra ele, a gente se encontra ali na, na Curitiba, bate um papinho, isso e aquilo, eu vou, volto pra casa, pronto, mas eu to sempre por aqui. Vai ficar fechado dendi casa?  
(Entrevistada 2)

A necessidade de redirecionar o propósito de vida do idoso normalmente está atrelada a se manter ativo, como apontado na primeira seleção lexical do trecho acima: “eu passo”, “eu venho”, “vou ali”, “ando por aqui” e “ando ali”. Atividade esta que muitos deles só vão encontrar fora de casa, como apontado na segunda seleção lexical deste último trecho, “mas eu to sempre por aqui. Vai ficar fechado dendi casa?”.

A mobilidade referida pela idosa propõe-se enquanto estratégia de sociabilidade em meio à região central. É uma forma de se entreter, de conhecer os espaços e as diferentes dinâmicas de cada um. O lar, enquanto espaço fixo (e de monotonia), tem o mesmo significado de ir ao centro e permanecer sempre no mesmo lugar, daí a emergência da necessidade de não ter um lugar fixo, mas sempre “passando”, indo ali”, “andando por aqui”.

Ser idoso para alguns faz referência a ser idoso sozinho; solteiro e sem filhos. Talvez seja a minoria. Em sua maior parte, ser idoso traz consigo a concepção de poder viver a família, antes deixada de lado em prol do trabalho e da busca pela garantia de vida destes; é ser pai, mãe, avô, avó, esposo e esposa de formas mais intensas. É poder ter e buscar relações mais estáveis, ainda que isso signifique “enterrar muitos maridos ou esposas”.

(20) O problema é o seguinte: de repente, quando você é muito independente, não dá pra gente, vamos por assim, viver (sem independência). Eu, por exemplo, nunca dependi de homem, de coisa nenhuma. Eu tinha uma amiga que dizia: sabe quando é que você vai casar? Não. Eu sei: nunca! Que ninguém vai aguentar a sua independência. Na verdade, eu não preciso. Por exemplo, eu quando me separei, é, eu nunca pedi pensão, pra, pra marido. Eu preciso lá dessas coisas? Eu trabalho, faço, aconteço. (Entrevistada 2)

Por vezes, como apresentado na primeira seleção lexical do trecho acima, a independência do indivíduo é anterior à fase idosa, portanto, tal sentimento não é recente, mas faz-se necessária a sua manutenção. A segunda seleção lexical ainda traz a ideia de independência entre esposa



e marido, “nunca dependi de homem, de coisa nenhuma” – questão complicada para época, em se tratando de uma senhora de setenta e seis anos.

Viver sozinha ou sem um cônjuge torna-se uma opção, frente a toda uma vida construída e vivida com possíveis limitações dadas pela companhia de filhos ou cônjuge “eu nunca pedi pensão, pra, pra marido. Eu preciso lá dessas coisas? Eu trabalho, faço, aconteço”. Poder chegar ao final da vida e ter liberdade e independência “ganhada”, torna a vida mais fácil e leve de ser vivida. Como dito pela própria idosa “eu trabalho, faço, aconteço”. Essa independência expressa no discurso da idosa faz-se para além do passei no centro, mas por suas mudanças, também:

(21) Porque a minha filha trabalhava na viação. Ela foi transferida pra cá e eu vim junto. (Entrevistada 2)

Essa mesma idosa, Entrevistada 2, aponta que se mudou (de Brasília) em virtude de acompanhar os filhos, “ela (a filha) foi transferida pra cá e eu vim junto”. Ainda que tal direcionamento de vida tenha sido o acompanhamento dos filhos, observa-se que tal acompanhamento fez-se a partir de uma escolha da idosa, provavelmente, independente e autônoma. Há sempre uma busca de sentido, uma forma de entreter-se.

(22) Vamos dizer o seguinte... É distração, se distrair, né? Muito estresse. (os idosos na Praça Sete) Procuram tipo uma distração, né. Bate papo com um, conversa com outro. Ficar em casa, eu não gosto de ficar em casa porque você tem filho que não trabalha, então... Dá aborrecimento, eu não consigo ficar em casa. ficar em casa, ficar em casa é ruim. Eu não consigo ficar em casa. (Entrevistado 5)

O discurso do Entrevistado 5 no trecho (22) traz o que seria um dos benefícios de se manter autônomo e independente perante os filhos: a possibilidade de fugir da convivência com estes. Como observado, o idoso enxerga na Praça Sete uma forma de distrair-se que pode ser alcançada de diversas formas. O motivador da ida à Praça seria o “muito estresse”, que de início remeteria ao cansaço do trabalho, mas que é apontada a causa logo em seguida “você tem filho que não trabalha, então... dá aborrecimento, eu não consigo ficar em casa, ficar em casa, ficar em casa é ruim. Eu não consigo ficar em casa”.

Outro silêncio no discurso do idoso é o real motivo do aborrecimento. Trata-se apenas do ócio do filho dentro de casa, talvez codificada pelo idoso como irresponsabilidade e falta de

maturidade ou um aborrecimento que tem haver com questões de não compreensão do filho sobre o atual estágio de vida do pai; a falta de paciência e até mesmo de respeito. A reflexão sobre os propósitos de vida muda com o tempo, se a tempos era a necessidade de criar bem os filhos, a atual pode ser a de ter paz (com ou sem os filhos próximos).

Aos idosos que não se tornaram pais os propósitos de vida podem ter relação direta com sua própria felicidade e uma ligação direta com a vida domiciliar; a vida em casal dentro de casa e o compartilhamento dos afazeres torna o avançar da idade mais prazeroso, como apontado no fragmento (23) abaixo:

(23) A gente gosta muito de televisão. Eu leio muito a bíblia... na minha casa. Ele gosta muito de televisão. Escutar disco. Ele tem os disco do nosso tempo, né, anos setenta, anos sessenta. Ele tem uma radiolinha veia. Nós gostamos de assistir novela também. Aí ele vai cuidar da varreição do terreiro lá de casa, que ele tem animal, né, tem árvore também, aí cai folha, ai ele vai cuidar da varreição, o terreiro é grande, aí quando ele acaba já ta quase na hora do almoço. (Entrevistados 6)

Se por um lado alguns idosos reduzem suas atividades domiciliares, como a idosa que faz café referente a diversos dias e guarda na geladeira, outros, pelo pouco contato com a rua e um estilo de vida mais conservador, veem nas atividades domiciliares uma forma de ocupar o tempo e não se apegar ao ócio. O discurso apresentado no trecho (23) aponta que os idosos buscam na televisão, na religião e no cuidar da casa (e dos animais) uma forma de passarem o tempo de forma conjunta.

(24) Vamo pra casa de parente, a gente viaja, vai pra casa de uma irmã dela em São Paulo, tamo pra ir agora em agosto... Mas passo em casa, vendo televisão, descansando, né? Trabalhei a vida toda... Trabalhei a vida toda, eu nunca tirei férias, então fim de semana fica em casa pra descansar. (Entrevistado 5)

O trecho discursivo (24) aponta também em seu discurso as práticas adotadas junto a cônjuge sobre como buscam ocupar o tempo (para além da televisão, aqui também retratada). A busca por ter a família como fonte de ocupar o tempo é uma saída ao ócio que, agora na terceira, com tempo disponível pode concretizar tais visitas, passeios e viagens. Como apontado pelo próprio idoso, “trabalhei a vida toda, trabalhei a vida toda, eu nunca tirei férias”, esse momento pós aposentadoria, torna-se um momento de descanso e de realizações antes não concretizadas. Algumas realizações, no entanto, não se tornam passíveis de realização, como ter filhos.

(25) É, porque as condições financeiras não dava não. Por filho no mundo pra sofrer num dá não, né? Nós só aguentava nós, mal mal. Nós pagava aluguel naquele tempo, serviço dele era de construção civil, é um serviço muito ingrato. (Entrevistados 6)

O trecho (25) apresentado traz a situação do casal que envelheceu junto e hoje se ampara um ao outro, sem ter filhos. Observa-se a questão da condição financeira como um problema anterior à condição de ser idoso e impulsionadora da opção pela não maternidade. A questão da responsabilização pelo filho e a busca por uma estrutura familiar sólida e estruturada também está explícita, “É, porque as condições financeiras não dava não. Por filho no mundo pra sofrer num dá não, né? Nós só aguentava nós, mal mal”. Tal condição estruturada não se concretizando a tempo acabou por limitar as possibilidades do ser pai e mãe.

Logo, o que se pode ver nos discursos desta seção são discursos com uma centralidade muito grande na necessidade de se ter autonomia, liberdade e algo considerado válido para ocupar seu tempo. Entre familiares mais distantes e filhos, observa-se que a busca pela família só se faz interessante quando está não traz aborrecimentos, mas uma ocupação de tempo; aos que apresentam família reduzida (sem filhos, por exemplo), vê-se que os idosos apresentam estratégias diferenciadas; desenvolvidas a partir da dinâmica que norteou sua vida – como o caso da idosa que se muda de Brasília para Belo Horizonte e sempre vai para rua em confrontação com o casal de idosos que sempre levou uma vida mais tranquila e ao se tornarem idosos limitam suas atividades ao domicílio e de forma conjunta.



## FUGINDO DE SER IDOSO: FORMAS DE SOCIABILIDADE

Quando resolvi discutir sociabilidade a primeira de muitas de perguntas que me vieram à cabeça foi: o que é sociabilidade? Nesse ponto, talvez seja Simmel (1983) o que melhor responde e/ou traduz o que entendo e escrevo aqui como sociabilidade.

Como apontado pelo autor, “a importância dessas interações (sociabilidades) está no fato de obrigar os indivíduos que possuem aqueles instintos, interesses, etc., a formarem uma unidade [...] dessa forma, sociação é a forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses” (SIMMEL, 1983, p 166). Lisboa (2007) ainda corrobora ao apontar que Simmel defende que apenas os atributos objetivos à essa reunião (sociação) serão levados em consideração na hora de se pensar a constituição do grupo; ficando fora desta composição todo aquele que não possui tais atributos.

Outra questão observada é que:

Diferente de Durkheim, por exemplo, para quem a sociabilidade é um sinônimo de contenção dos impulsos, e a liberdade civilizatória viria como consequência dessa domaçaõ de impulsos, os pontos de partida de uma socialidade, em Simmel, são sempre motivados pela alegria e pela festa da participação com os outros, na quebra da homogeneidade comunitária que sufocava as individualidades, nas descobertas da diferença e nos conflitos abertos pelas admoestações da diferença na conformação do grupo, dando espaço para uma ampliação da liberdade individual (KOURY, 2010, p. 42-43) .

Portanto, enquanto grupo de idosos e com seus atributos objetivos determinados, o idoso, independente das condições subjetivas (situação financeira, grau de escolaridade, etc.), necessita de formas de se manter indivíduo engajado socialmente. E, portanto, os processos de sociação com seus pares torna-se efetivo ao encontrarem objetivos comuns como atividades que lhe proporcionem sentido, prazer, felicidade e auxiliem na manutenção de sua qualidade de vida (MENDES, *et al.* 2005):

(34) Eu, o que eu frequentava é, era, escola de artesanato, mas depois eu parei porque aquela história de pagar muito dinheiro e eu não tenho retorno nenhum pra coisa... Eu não sou muito de, de, de, digamos assim, de frequentar grupos, essas coisas assim não. O que eu gosto, é assim, eu tenho uma amiga que mora lá no Palmares e eu gosto de visitar, só. (Entrevistada 2)

Observa-se no discurso (34) que a Entrevistada 2 buscou, em algum momento, a relação em grupo, participando de atividades relacionadas ao artesanato; no entanto, a perspectiva construída pelo capital sobre necessidade de retorno à afastou do grupo “mas depois eu parei porque aquela história de pagar muito dinheiro e eu não tenho retorno nenhum pra coisa”. A ideia do artesanato, em partes, não satisfaz à idosa que busca um “retorno” muito mais social (de aceitação, de estabelecimento de relações) do que, necessariamente de aprendizado.

A idosa entrevistada aponta também quais as formas alternativas de ocupar seu tempo, além de encontrar-se na Praça Sete, “o que eu gosto, é assim, eu tenho uma amiga que mora lá no Palmares e eu gosto de visitar, só”. A idosa busca então formas de manter contato com pessoas, próximas ou desconhecidas uma vez que isto não implica perdas financeiras. A socialização para o idoso apresenta, então, de forma diferenciada. Logo, as formas de sociabilidade ali desenvolvidas representam também o estabelecimento (e/ou manutenção) de vínculos sociais; estes que dão sentido e noção de vida aos idosos.

Se por um lado iniciamos a discussão sobre sociabilidade com a perspectiva de Berger e Lukmann baseada nos processos de socialização primária e secundária, agora complementamos tal processo de socialização com um último modelo de socialização apresentado por Goffman (2008, p. 43)

Um terceiro modelo de socialização é exemplificado pelos que se tornam estigmatizados numa fase avançada da vida ou aprendem muito tarde que sempre foram desacreditáveis. Tais indivíduos ouviram tudo sobre normais e estigmatizados muito antes de serem obrigados a considerar a si próprios como deficientes.

Esse terceiro modelo de socialização tem muito haver com a situação do idoso a partir do momento em que o indivíduo se reconhece na condição de idoso e busca em seus pares o conforto e segurança de uma socialização mais tranquila. É uma forma de, ao se relacionar com idosos (e/ou deficientes, com limitações) e colocar-se em nível de igualdade melhorar a compreensão um pelo o outro e até mesmo anular tais ponderações – voltando a se considerar dentro do convencional.

Em parte, é um modo de se ver a socialização dos idosos – e a busca pela reciprocidade, normalmente estabelecida com seus iguais. Se o idoso deixa de ser um indivíduo comum para se tornar um “desacreditável”, tal condição agora imposta traz a necessidade de uma nova

contextualização social. Como apontado anteriormente, esta nova condição “deficiente” se assimila à infância traduzindo-se em dependências e limitações que, outrora impostas pela pouca idade, agora se impõe pela idade já avançada.

É essa mesma releitura de si próprio que os idosos fazem depois de determinada idade que tendem a resultar naquelas dificuldades apresentadas na seção “aproximação” e “recusa”. Conversar com “normais” quando se é “deficiente” pode apresentar fortes riscos. O melhor mesmo é procurar os iguais.

Portanto, ainda que estar na Praça Sete tenha se tornado uma forma de se sentir vivo socialmente, para os idosos, nem sempre isso significa estar receptivo às conversas com estranhos, principalmente com aqueles que não considerados iguais. A própria rotina ali criada traz ares de incomodo ao estranho que se aproxima: a interrupção da leitura de um jornal; a “quebra” de um andar em direção à dama (onde os amigos idosos o esperam); as próprias limitações dadas pelo ambiente de trabalho ali na Praça, com o chefe, por vezes, passando à rua para averiguar o cumprimento de expediente, entre outros.

Há uma necessidade de viver, portanto, o desejo de ir para a Praça Sete é abrir-se a viver na rua o que não se vive em casa, desde que mantidas as mínimas condições de segurança, conforto e comodidade dos idosos. Mais do que isso, tratar das representações sociais da Praça Sete em Belo Horizonte, pelos idosos, é descobrir uma visão diferenciada deste espaço pelos olhos de quem enxerga de perto e com atenção os fatos e os movimentos na Praça.

(35) Olha, eu vou te falar, tem muita, é, conversa, né? Uns falam que são vagabundo e tal, mas eu num acho não, porque todo mundo que cê conversa aqui, pensa igual, só se ta todo mundo mentindo, né? Tem um bucado de aposentado, né? Então ta beleza. Se o cabra aposenta, cabou, ele morreu. Ele não arruma mais emprego, né? Então, quer dizer, ele vai ficando em casa, tem que sair. Aí sai, vem da uma voltinha, senta aí, fica todo mundo batendo papo, entendeu? Quer dizer, isso é o que eu posso falar, que cada um fala uma coisa, né, mas a gente num pode falar o que a gente não tem certeza, né? (Entrevistado 8)

Conforme mostra o trecho (35), a primeira seleção lexical aponta para uma possível representação social acerca dos idosos “uns falam que são vagabundo” que vem seguido da discordância do próprio idoso, “mas eu num acho não, porque todo mundo que cê conversa aqui, pensa igual, só se ta todo mundo mentindo, né?”

O fim da primeira seleção lexical “Tem um bucado de aposentado, né?” vem de encontro com a afirmação inicial da segunda seleção lexical “se o cabra aposenta, cabou, ele morreu. Ele não arruma mais emprego, né? Então, quer dizer, ele vai ficando em casa, tem que sair”. Ou seja, o idoso tem uma necessidade de sair de casa após findar suas atividades laborais e, como apontado no trecho (35), boa parte do movimento na Praça Sete faz-se por idosos já aposentados. Sair de casa torna-se viver; permanecer em casa deixar-se morrer.

Observa-se, ainda, que o idoso ao falar sobre o processo de aposentadoria (consequência do avançar da idade) ele retoma uma qualificação social dada ao idoso: “se o cabra aposenta, cabou, ele morreu”. A morte pelo mercado de trabalho é quase uma sentença à morte social, que tende a ser superada a partir do convívio social e busca por manter-se ativo. Logo, ser idoso difere do ser velho – ser aposentado, acatar a condição de velho, de não mais útil ao sistema – ao propor-se ser ativo, sair de casa, ir pra rua sociabilizar, bater perna, encontrar amigos, praticar exercícios, etc.

Se, teoricamente, o centro se trata de um lugar que aos poucos fora sendo esvaziado, tornou-se marginalizado e inseguro, que tipo de representações (e quais são essas) têm feito idosos, com toda sua limitação (financeira, social, física) ir à busca do centro e, em específico, da Praça Sete em Belo Horizonte? São questões intrigantes a um pesquisador que aos poucos fora descobrindo vida em meio à morte.

(36) É um meio, é um modo de não ficar em casa entendeu? Porque Belo Horizonte não tem muita diversão pro idoso. Aqui em Belo Horizonte falta duas coisas: diversão pro idoso e pra família junto. Belo Horizonte só tem uma diversão pra família no final de semana: parque municipal. Ou ir pro clube. Aqui não tem aquele negócio, por exemplo, de, um, um, clube que promova um, um baile, que você possa ir você, sua esposa, sua família. Então, do mesmo jeito que falta pra esses, esses pra pra esse tipo de diversão, falta pro idoso, diversão. Aí ele procura uma diversão, qual é a diversão dele? Vim na praça, vim vem ver as mulheres, outros jogam dama. Entendeu? (Entrevistado 4)

No trecho (36), o Entrevistado 4 reforça a ideia de sair de casa, na primeira seleção lexical e explica a possível escolha pela Praça Sete, na segunda seleção lexical. Na primeira seleção lexical observa-se “é um meio, é um modo de não ficar em casa, entendeu?” que é seguido de uma contradição que, teoricamente, funcionaria ao idoso como um incentivo para ficar em casa “Porque Belo Horizonte não tem muita diversão pro idoso. Aqui em Belo Horizonte faltam duas coisas: diversão pro idoso e pra família junto”.



Observa-se nesta primeira seleção lexical um possível aspecto refratado no discurso do idoso que diz sobre a questão do acesso aos espaços de entretenimento (e diversão). É possível dizer que não há em Belo Horizonte espaços para diversão para idoso e para família ou o discurso do idoso é de uma pessoa que não consegue ter acesso aos espaços existentes? O aspecto refletido é a busca do idoso por entretenimento, pela necessidade de sair de casa, de se mover, de se socializar, logo, a necessidade de ter espaços para que este se insira (com sua família, em alguns casos). Seja de ordem financeira e até mesmo social o que se percebe é a existência de uma provável barreira de acesso aos espaços existentes.

São barreiras como a falta de estruturas de acessibilidade como pisos adequados, rampas e acesso, elevadores e até mesmo espaços construídos para entretenimento do idoso. Além, do próprio sistema de mobilidade público que desencoraja seu uso pelos idosos – ainda que gratuito. Essas prováveis barreiras fogem também apenas às questões estruturais e físicas, mas falamos de barreiras sociais e psicológicas; barreiras essas como o preconceito, a rejeição e a própria ideia de qualificação do idoso enquanto indivíduo.

A segunda seleção lexical traz o que seria uma diversão para alguns idosos, um tipo de diversão não oferecida pela prefeitura, “então, do mesmo jeito que falta pra esses, esses pra, pra esse tipo de diversão, falta pro idoso, diversão. Ai ele procura uma diversão, qual é a diversão dele? Vim pra praça, vim vem ver as mulheres, outros jogam dama. Entendeu?”. No caso da dama (e do xadrez) a estrutura e organização dos espaços foram desenvolvidos por próprios idosos como uma forma de sociabilidade e de atrair amigos e seus pares à convivência.

Portanto, pensar essas formas de sociabilidade é uma forma estratégica de se fazer vivo. E quando digo vida em meio à morte, falo-me sob duas perspectivas. A primeira se refere à vida social, às dinâmicas, às sociabilidades e fluxos estabelecidos na região central, mas que nem sempre se tornam nítidas ao mero transeunte. Eu fui ao centro esperando encontrar somente pessoas correndo de um lado para o outro e acabei por encontrar os jogadores de dama e xadrez, rodas de conversa, comércio paralelo, entre outros.

(37) [O que a senhora faz aqui?] Eu? Nada! Ando, vou ver gente, vou ver, eu morro de rir, você vê as coisas mais doidas... Um dia desses eu cheguei aqui, tinha um cara

dançando aqui... Aí eu, eu paro pra ver as pessoas, eu acho uma delícia isso... Aquela história, é, é... de repente você vê... É, tudo acontecendo, cê vê as coisas mais engraçadas, coisa mais maluca, é bom demais da conta. Essa muvuca que você vê todos os dias, é esse tumulto. Isso é gostoso demais. (Entrevistada 2)

A partir das duas seleções lexicais acima se tem duas conclusões, que resume o que fazer na Praça Sete e o que esta é: um lugar para se passar o tempo onde a idosa aponta “ando, vou ver gente, vou ver, eu morro de rir, você vê as coisas mais doidas”; e um espaço onde tudo pode ocorrer e de tudo acontece, “é tudo acontecendo, cê vê as coisas mais engraçadas, coisa mais maluca, é bom demais da conta. Essa muvuca eu você vê todos os dias, é esse tumulto. Isso é gostoso demais”.

Em complemento à primeira perspectiva, sob a segunda perspectiva, falo da ideia do idoso e as suas relações com o centro e o espaço da Praça Sete. Se era esperado chegar lá e encontrar poucos idosos e os que encontrassem fossem “velhinhos acabados”, limitados pelas questões físicas, amparados por familiares ou amigos, não foi o que encontrei. Vi idosos jogando dama e xadrez de forma muito rápida, jogadas pensadas e já calculadas, vi uma idosa discutir de forma consistente às mudanças do espaço em Belo Horizonte e como não fora concebido para idosos vi uma senhora e um senhor de quase setenta anos ainda trabalharem, darem duro durante um dia inteiro em busca de conseguir complementar aposentadoria ou até mesmo ter alguma renda.

Pensar que ser idoso é o prenúncio de uma morte pode ser muito equivocado, às vezes é a aproximação com a morte que faz com que os indivíduos busquem vida (e viver), ainda que com limitações. A leitura de vida que os idosos vão fazendo quando da aproximação com a morte é a necessidade de aproveitar mais, de tentar trazer uma maior intensidade aos seus dias que, agora, estão contados.

(38) Eu durmo muito pouco. Então eu leio muito. Vinte e quatro horas. Eu odeio dormir. No dia que eu morrer eu vou ficar deitada... Não levanto nunca mais. Então eu deixo pra isso na época em que eu morrer [...]O problema é o seguinte, é aquela história: quê que você fica dendi casa fazendo o que dendi casa? [...] Tudo, leio jornal. Só não leio é, porcaria. Isso eu não leio. Nem vejo filme também assim. É, é, eu leio muito. Eu leio jornal, eu leio romance. agora eu não to lendo, mas de primeira eu lia uma média de oito romance por mês É, é... Eu não sei ficar sem ler. Eu tenho que arruma alguma coisa, agora eu to com uma malinha de, é, de fazer criptograma, palavras cruzadas. (Entrevistada 2)

Como relatado pela entrevistada, no trecho acima, é perceptível a noção de “aproveitar a vida” para esta idosa: “Eu odeio dormir [...] Então eu deixo prá isso na época em que eu morrer”. Na possibilidade do avançar da idade e do aproximar a distância com a morte faz com que a idosa passe a valorizar cada minuto do dia, aproveitar cada instante ao invés de deitar, descansar (e permanecer em casa). E, portanto, viver significa tornar seu dia repleto de atividades como leitura, criptograma, palavras cruzadas e de interações no âmbito social; daí o ir para a Praça Sete.

O discurso de aproveitar, aproveitar a vida torna-se uma referência nos discursos dos idosos, além da, é claro, forma como eles tendem a desenvolver atividades para concretizar tal aproveitamento do tempo. Normalmente ligada à saída de casa, observa-se a distinção dos lugares para o idoso; a casa enquanto lugar da monotonia e a rua enquanto lugar da dinâmica, da descoberta e do prazer (social).

Para além do sentido da monotonia a casa, assim como o ato de dormir, passa a ser significação semelhante para os idosos: limitações, possibilidade de momentos infelizes (ou não tão divertidos quanto fora dali) e até mesmo a metaforização da morte. A grande mensagem de todos os discursos é a necessidade de fugir de ser idoso, fugir da morte e tem a busca pelo ser ativo socialmente, por viver como uma necessidade (quase primária).

### **Bater Ponto na Praça Sete**

(39) Tem que assinar o ponto, ora... Chegar no final do mês eu não recebo... Se eu não trabalho... Se você não for todo dia bater o ponto cê não recebe, não é assim?  
(Entrevistada 2)

Afinal, o que seria bater o ponto quando se está fora do mercado de trabalho? Para um indivíduo que não frequenta a Praça Sete e até mesmo não é um idoso frequentador desse espaço, tal pergunta pode ser de difícil resposta e de uma provável vinculação com questões laboriais, mas tal atividade é bem comum e rotineira para os idosos frequentadores da Praça Sete em Belo Horizonte e em nada tem haver com trabalhar.

Como apresentado no trecho (39), “se você não for todo dia bater o ponto cê não recebe, não é assim”; “tem que assinar o ponto, ora”. Neste caso, assinar o ponto pode ser traduzido em ir à

Praça todos os dias, ou quase todos os dias. Enquanto que o receber pode ser traduzido em movimentar-se, atualizar-se das coisas que acontecem em Belo Horizonte e até mesmo ver os amigos.

Ora, se a aposentadoria traz ao idoso a noção de um novo tempo, num novo momento que o distancia da vida produtiva, tal processo de transição é também um processo de descontinuidade (MENDES *et al.*, 2005). A ruptura com o passado, ligado a um tempo de produtividade, traz agora uma possibilidade de descanso, lazer e outras vantagens, mas também pode trazer desvantagens como o próprio ócio. Há diversas questões que o avançar da idade possibilita enquanto novas limitações:

Do ponto de vista da saúde mental, no idoso, a lentificação psicomotora e a não mobilidade física provocam baixa autoestima, diminuição da sua participação na comunidade e a redução do círculo das relações sociais. Como consequência, são agravados o sofrimento psíquico, a sensação de incapacidade funcional e os sentimentos de isolamento e de solidão (ANDRADE *et al.*, 2012, p. 83).

Logo, o que fazer quando se é idoso? Cuidar da casa? Cuidar dos netos? Fazer crochê? Quais são as opções ofertadas aos que já tem mais idade e conseguiu se aposentar? Entre uma das atividades comumente realizadas por aqueles idosos com quem me deparei na Praça Sete está o chamado “bater ponto”. Se de início soa estranho um idoso aposentado ainda bater ponto, para eles é algo muito comum: é a ida de cada dia à Praça Sete.

(40) Cê vai passando. De repente, uma coisa diferente, cê para pra ver. Tá certo? Cê vai parar pra, pra, vamos dizer assim, isso e aquilo. Em regra geral, vejo, eu não paro pra ver, é, ali, do lado de lá, tem um pessoal que fica pintando, fazendo bijuteria, não sei o que. Eu acho a coisa mais linda do mundo ver aquele trabalho. Hem, aquele rapaz que fica ali, agora eu não sei aonde é que ele anda, o que o cara faz em termo de pintura, os desenhos, cê cai de quatro. Ele pega um spray num papelzinho desses, você precisa ver o quê que ele cria. É um negócio maravilhoso. Eu paro pra ver esse tipo de coisa. Às vezes o pessoal ta fazendo bijuteria, é, é, eu olho ali, tal, mas eu acho muito bonito isso, esse tipo de iniciativa, tipo de coisa, é gostoso de mais. Aí cê tem oportunidade de ver o quê que o pessoal ta criando, e, em regra geral, pelo menos o que eu tenho visto até agora as coisas que eles criaram são coisas boas, positivas. Bom demais. (Entrevistada 2)

Em alguns casos, essa ida de cada dia à Praça Sete pode ser entendida como um passeio não muito pensado, às vezes, bem natural: é ir e ver o que acontece; como apresentado na seleção discursiva (40). A busca por ocuparem seu tempo e encontrar atrações diferentes, curiosidades e coisas diversas, faz com que idosos sintam-se atraídos à região central que é palco para artistas exporem seus artesanatos, tentar comercializar e angariar patrocinadores.

Entre as seleções lexicais, pode-se perceber que, como apontado pela Entrevistada, o passeio não tem uma rota pensada, “cê vai passando. De repente, uma coisa diferente, cê para pra ver”, e assim ela encontra diversas expressões de artes: “tem um pessoal que fica pintando, fazendo bijuteria, não sei o que”; “o que o cara faz em termo de pintura, os desenhos, cê cai de quatro”. E ela ainda resume “e, em regra geral, pelo menos eu tenho visto até agora as coisas que eles criaram são coisas boas, positivas. Bom demais”; “eu acho a coisa mais linda do mundo ver aquele trabalho”.

(41) Aqui eu venho mais pra passear, pra passar as horas eu venho. E então acaba que eu venho encontrar com minha esposa aqui também. Ela trabalhava aqui, então eu encontro com ela e a gente vai embora pra casa juntos. (Entrevistado 1)

Em outros casos, como explicado pelo Entrevistado 1, a ida ao Centro/Praça Sete às vezes é casada com diversas atividades: “aqui eu venho mais pra passear, pra passar as horas [...] acaba que eu venho encontrar com minha esposa aqui também”. Outra situação, já apontada nesta dissertação, é a da idosa que vai acompanhar sua filha e sua neta.

Logo, a partir destes discursos observa-se a centralidade que a Praça Sete tem na vida dos idosos. A Praça torna-se palco para conversas entre amigos, para encontrar a esposa, para se ver e fazer arte ou para apenas passar (passeando) passando. A Praça é tida por uma riqueza de dinâmicas que atrai os idosos, apesar das dificuldades e dos empecilhos.

Um dos aspectos silenciados pelos idosos (que compõe o “apesar de tudo”) refere-se às questões de violência na Praça, a própria ocupação de espaços por pessoas em situação de rua, o comércio informal, entre outras questões, normalmente de cunho social. Ao que parece, aos olhos dos idosos não lhes fogem as dinâmicas na Praça, mas fecham os olhos aos problemas sociais ali encontrados como os mendigos, a violência e o próprio descaso do poder público.

### **Ser bancário na Praça Sete**

Para outros idosos a Praça Sete já apresenta outra conotação: o bom e velho lugar de sentar e tocar um dedo de prosa com os amigos idosos e, às vezes, com jovens que se aventuram a ouvir uma boa e longa história de vida. Tal dinâmica traz consigo o sentimento de

empoderamento do idoso que, uma vez sendo ouvido por mais novos ou amigos, sente-se apto a opinar, a discordar dos fatos da realidade e a arriscar palpites sobre econômica, política e sociedade.

É como se, “excluídos dos espaços de discussão, eles não tivessem nada à dizer. Tal exclusão lhes nega a própria condição de sujeitos, como se o tempo tivesse estabelecido a ‘validade’ de sua participação no mundo social” (BARRETO, 2012, p. 43). E que, na Praça Sete, os idosos voltam a se sentir incluídos nos espaços de discussão, se sentem ouvidos e de opinião relevante.

Dos assuntos mais sérios às conversas mais extrovertidas, ir à Praça Sete é também um momento de prosa e, portanto, de jogar “conversa fora”. Entre os principais espaços onde ocorrem estas práticas cito aqui o quarteirão da Rio de Janeiro com Tupinambás, onde tem seis grandes bancos onde os idosos costumam sentar:

(42) O que eu faço da vida? Ah, eu sou bancário, todo dia eu venho e sento no banco aqui na Praça. (Entrevistado 9)

A seleção discursiva (42) representa a essência da prática da maior parte dos idosos na Praça Sete: ser bancário. A forma como o próprio idoso se vê e faz uma leitura dessa prática acaba por vincular ao ato de ir à Praça Sete sentidos diversos como a ideia de rotina, a de dever a ser cumprido, ao mesmo tempo em que contrasta com os objetivos ali buscados, ocupar o tempo, conseguir diversão etc., que confrontam diretamente a concepção de trabalho.

Esse sentido desenvolvido pelo idoso de “ser bancário” traz consigo uma ressignificação do próprio termo ao vincular tal ação não à prática de estar vinculado à instituição bancária, mas a de ser membro frequentador dos bancos da Praça. É uma possibilidade de categorização de todos que por ali passam.

(43) Eu fico (sentado nos bancos), eu vou ver loja, eu vou pagar conta, eu encontro às vezes algum colega, fico conversando com ele. (Entrevistado 1)

O Entrevistado 1 ratifica de que forma o ser bancário se estrutura a partir dos momentos de ida à Praça Sete, “eu fico (sentado nos bancos), eu vou ver loja, eu vou pagar conta, eu encontro às vezes algum colega, fico conversando com ele”. As possibilidades do idoso

bancário não se restringe apenas à permanência nos bancos, mas vincula o idoso à Praça e abre possibilidades de dinâmicas diversas, como apreciar artistas, participar de rodas de conversas, o próprio jogar dama, o discutir política, etc.

(44) Sempre eu venho, sempre eu venho, que é, eu aposentei como Oficial de Justiça. Mas eu sou formado em Topografia, então eu não parei de topografia, então tem muitas obras minhas por aí, sabe? Tem umas obracinhas aí, então, às vezes eu saio da obra, vou ali, almoço e subo, paro aqui um pouquinho, bater um papo com um amigo, e tal, depois eu vou pra casa. (Entrevistado 8)

A seleção discursiva (44) aponta um pouco da rotina do idoso que até mesmo trabalha, mas usa da Praça Sete como uma referência, explicitado nas duas seleções lexicais, “sempre eu venho, sempre eu venho [...] tem umas obracinhas aí, então, às vezes eu saio da obra, vou ali, almoço e subo, paro aqui um pouquinho, bater um papo com um amigo, e tal, depois eu vou pra casa”. Neste ponto, o trecho (44) traz a discussão da reinserção (ou permanência) do idoso no mercado de trabalho e, com isso, questões como “o porquê da necessidade de trabalhar?”. A aposentadoria apresenta-se até certo ponto insuficiente ou há uma necessidade de não parar e, portanto, o trabalho passa a ocupar um espaço de tempo e de sentido na vida dos idosos.

Conjuntamente, os discursos trazem a importância da Praça Sete na perspectiva de vida social dos idosos que aqui foram entrevistados. A Praça Sete apresenta grande significação para esses quando pensadas as relações sociais e a construção da condição de idoso. No entanto, observam-se alguns silenciamentos como, por exemplo, por que esses idosos não vão à Praça da Rodoviária, a Raul Soares e até mesmo à Praça da Estação? Ambas na região central, também. E a Praça da Liberdade? Tal escolha refletiria apenas a importância dos fluxos sociais ou diz também sobre uma possível hierarquização dos espaços públicos, na visão desses idosos?

### **A dama (sem damas)**

Um das atividades de presença marcante na Praça Sete é o jogo de tabuleiro, normalmente a dama e o xadrez. Aos que por ali passam, diariamente, podem avistar dois lugares específicos onde os jogos ocorrem: no quarteirão da Rio de Janeiro com Tupinambás e no quarteirão da Carijós com São Paulo. Em um primeiro momento parecem ser organizadas da mesma forma,

mas ao me aproximar e conhecer um pouco melhor da organização vejo que são dois senhores diferentes que buscam organizar a questão dos tabuleiros e dos jogos. E qual a importância do lazer e dos jogos à vida dos idosos, principalmente, daqueles que já se aposentaram e não voltaram ao mercado de trabalho? Para os idosos, o lazer se traduz em um:

elemento que tem vital importância pelo fato do aumento abrupto do tempo livre das obrigações trabalhistas, também, crescem as preocupações e tênues iniciativas voltadas às questões da qualidade de vida e do preenchimento qualitativo deste tempo livre, no sentido de libertá-lo dos estereótipos sociais que o afligem e rotulam, tanto mais improdutivo e decadente, quanto mais avança em sua idade cronológica (GÁSPARI; SCHWARTZ, 2005, p. 72).

Ao idoso, o jogo e a atividade lúdica podem trazer aspectos favoráveis para uma melhor qualidade de vida e socialização. É um tipo de atividade que possibilita diversos estímulos ligados às questões sensoriais, físicas e sociais. É uma forma, também, de auxiliar o idoso a aumentar o prazer pela vida (ANDRADE *et al.*, 2012). Os autores ainda apontam que:

A atividade lúdica pode ser um dentre os vários aspectos favoráveis à melhor qualidade de vida da pessoa idosa, a qual pode ser alcançada por uma prática que abra O idoso traz uma bagagem da infância, a vivência de jovem e de adulto e, mais ainda, sua experiência atual da velhice, o que o leva a possuir certamente um significado do lúdico (ANDRADE *et al.*, 2012, p. 83).

Como já apontado, o lúdico tende a ocupar um papel importante na vida dos idosos vista a necessidade de distração e envolvimento com atividades que possam lhe proporcionar prazer ou, como apontado por Andrade *et al.* (2012, p. 83), “uma forma agradável e dinâmica de ter um crescimento emocional, social, e mais, uma oportunidade de vivenciar os benefícios dessas atividades”. Mas nem a todo idoso o jogo faz-se valorizado.

(45) Não, eu não gosto não. Eu não gosto de jogo nenhum não. Eu não tenho esses vícios. (Entrevistado 1)

Este senhor em questão, o Entrevistado 1, aponta que não tem apegos a vícios como “esses”. Este discurso, no entanto, é retrato da posição na qual o idoso entrevistado se encontra. Vinculado à igreja e tendo relatado que “passou por debaixo das águas” duas vezes, ele absorve para si a ideia da abominação ao jogo (e aos vícios, como tal) – desenvolvida por algumas igrejas. No entanto, enquanto alguns o abominam, outros o praticam e outros, ainda, tentam praticá-lo tentando demarcar seu espaço social.



Em uma praça pública, livre, idosos montam então mesas e tabuleiros. E qualquer um pode se aproximar e jogar. É claro que, há toda uma lógica e uma organização entre os que ali estão há mais tempo. Há marcadores de vitórias e derrotas, alguns chegam a apostar dinheiro e diversas são as brincadeiras entre os próprios idosos. Poucos são os jovens que se atrevem dali se aproximar, por vezes, talvez seja o receio de um jogo monótono. Mas, e as damas, as senhoras? Ondem entram na dama?

(46) Dia desses eu tava reclamando, inclusive com o pessoal de, de jogar dama, só joga homem aqui! Não é possível, ora bolas! Eu, eu, de vez em quando... Sento, deixa eu jogar também. [...] Ontem eu encontrei com duas moças do lado de lá sentadas, eu falei: ó, ali perto, é, eu falei, faz o favor da gente começar a se juntar aqui, formar um grupo de muié também pra jogar. Aqui só bolinha. E luluzinha? (Entrevistada 2)

O trecho discursivo (46) apresenta o desenvolvimento de atividades do idoso durante o tempo que marca ponto na Praça Sete, a constatação de que o jogo de damas na Praça Sete é tomado completamente por homens e que não há presença de mulheres (ou muito pouco), “só joga homem aqui! Não é possível, ora bolas!”. A Entrevistada ainda protesta e faz-se presente ao se propor jogar “Eu, eu, de vez em quando, sento, deixa eu jogar também”.

A segunda seleção lexical do trecho acima aponta a diferenciação que idosa faz em relação aos grupos que usam e apropriam deste espaço; como apontado pela Entrevistada 2, é preciso “começar a se juntar aqui, formar um grupo de muié também pra jogar. Aqui só bolinha. E Luluzinha?”. Logo, o que se observa é que entre os idosos o preconceito “lugar de homem” e “lugar de mulher” ainda se reverbera. Se parte das esposas dos idosos que jogam se encontram em casa cuidando do lar, a outra parte de idosas que se aventura a ter liberdade e ir à rua, não podem ou pouco tem acesso à jogatina, “coisa de macho”. Essa situação apenas reforça as disparidades da relação homem e mulher (e a divisão sexual do trabalho) e como estas se estendem ao espaço público.

### **Fazer biscate na Praça Sete**

Se a aposentadoria deveria ser um momento de paz, descanso e tranquilidade, essa nem sempre se faz assim. Não só do ponto de vista social e familiar, mas financeiro também. As perdas salariais e de benefícios após se aposentar acaba por levar inúmeros idosos ao mercado, novamente.

De certa forma, dificuldades do passado em se manter formalizado ao mercado também trouxeram dificuldades para outros idosos se aposentarem e, com isso, ainda trabalham, mesmo dada a idade avançada ou as próprias limitações que, outrora, colocaram outros idosos foram deste mesmo mercado de trabalho.

No entanto, para outros idosos o trabalho tem um sentido de se manter ativo mental e socialmente, pois para estes, “é o trabalho que permite o ato de existir enquanto cidadão e auxilia na questão de se traçar redes de relações que servem de referência, determinando, portanto, o lugar social e familiar” (MENDES *et al.*, 2005, p. 424).

(47) É mais um biscate, né? Tô trabalhando. Não sô aposentado não. (Entrevistado 5)

A questão do trabalho para os idosos é considerada, na maior parte das vezes, como um biscate. O equivalente ao fazer um bico – é uma forma de complementar a renda familiar. O mais interessante do discurso deste idoso é “não sô aposentado não”. No momento desta fala, o idoso colocava o dedo frente a boca, como em gesto de silêncio e afirmava baixinho, “ninguém pode saber que sou aposentado e trabalho não”. A necessidade por complementação financeira é tão forte quanto a necessidade de se ocupar o tempo e, por vezes se socializar, sentir-se pertencido a um grupo; identificar-se e ser identificado.

(48) Hoje eu trabalho como pedreiro. Fazendo barraco... e, pra gente mesmo, né? eu comecei a fazer o barraco, e continuei fazendo. Eu faço e alugo. Já tem quinze barraco. Ah, ocupar o tempo, né. Não ficar a toa. Deus manda que a gente tem que trabaiá até morrer, então tem que trabaiá. (Entrevistado 7)

No caso do trecho discursivo (48), observa-se que mesmo com idade bem avançada esse ainda desenvolve atividades braçais, como a de pedreiro, “hoje eu trabalho como pedreiro. Fazendo barraco”. E como afirmado na segunda seleção lexical, “ah, ocupar o tempo néh. Não ficar a toa. Deus manda que a gente tem que trabaiá até morrer, então tem que trabaiá”. Nesse ponto observa-se que além da necessidade de buscar uma ocupação há também um alinhamento do indivíduo com as questões religiosas. O idoso busca assim, ainda que com dificuldades, sanar sua necessidade de sentir-se útil e produtivo.

(49) Pra um velho, aposentado, então, quer dizer, tudo é difícil. Aparece. Mas aparece uns biquinhos, muito pouco, entendeu? Não dá pra você encher a boca, ah,

to ganhando dinheiro. Pra isso não dá não. Então é pra complementar o seu, né? E pra gente também não ficar parado, porque eu, por exemplo, eu, parado, eu fico sem saber o que é que eu faço. Cê não aguenta ficar dentro de casa, entendeu? Não tenho mesmo saco pra ficar dentro de casa. Então eu saio, eu venho aqui, eu vou pra outros lados, vou procurar um amigo, entendeu? Sempre eu to procurando alguma coisa pra fazer, mais é, mas é curto o prazo. Então é isso, e vou lá, agora devia ter uma lei pra deixar o cara trabalhar até o dia que guentar. Não guenta mais? Cai, morre e pronto, acabou. Mas, infelizmente, sei lá, esse Brasil ta muito difícil, nossa senhora!... Cê vê, os ganhamezinhos que a gente tem extra, diz que esse ano num tem, né? Diz que não vai ter décimo terceiro, não tem fundo de garantia, né? Isso é pra tampar os roubo dos ladrão lá. Os coitadozim, os trabalhadores que pagam, é difícil! Rapaz, não queira ficar véi não. Continua novo igual cê ta. (Entrevistado 8)

Como apresentado no trecho (49), o Entrevistado 8 aponta as dificuldades vividas pelo idoso para se enquadrar socialmente, “pra um velho, aposentado, então, quer dizer, tudo é difícil. Aparece. Mas aparece uns biquinhos muito pouco, entendeu? Não dá pra você encher a boca, ah, to ganhando dinheiro”. E reforça a função do biscate quando idoso, “então é pra complementar o seu, né? E pra gente também não ficar parado, por que, por exemplo, eu parado, eu fico sem saber o que é que eu faço”.

Mais uma vez aparece no discurso dos idosos o conflito entre ficar em casa e ir para rua. A casa toma lugar de prisão, de espaço de tédio e decadência, “Cê não aguenta ficar dentro de casa, entendeu? Não tenho mesmo saco pra ficar dentro de casa. Então eu saio, eu venho aqui, eu vou pra outros lados, vou procurar um amigo, entendeu?”. A outra questão apontada no discurso deste idoso é a busca por enfrentar um reconhecimento por direitos sociais, como a aposentadoria, “Então é isso, e vou lá, agora devia ter uma lei pra deixar o cara trabalhar até o dia que guentar. Não guenta mais? Cai, morre e pronto, acabou”.

Os discursos em geral, nesta seção, trazem consigo o entendimento do trabalho enquanto dignificador do indivíduo, mesmo o idoso que por muito tempo trabalhou. Há uma necessidade que vai além de sentir-se vivo e útil, há uma necessidade de complementar a renda referente a uma aposentadoria que provavelmente não satisfaz às necessidades mínimas – aspecto silenciado pelos entrevistados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a concepção deste trabalho fiquei a me perguntar como fecharia e concluiria esta dissertação. Inicialmente deixo claro que algo foi atingido (antes dos objetivos propostos neste trabalho): uma reflexão mais profunda sobre toda uma problemática social, principalmente, que envolve o idoso em nossa sociedade (e hoje, mais do que antes e menos ainda do que o necessário).

A primeira questão então aqui colocada é sobre que indivíduo eu falo, sobre que categoria social eu estudo? Ora, como apontado por Silva (2008, p. 156), “o surgimento da velhice e da terceira idade pode ser entendido como resultante de um processo complexo, que envolve a convergência de discursos políticos, práticas sociais, interesses econômicos”. Portanto, quando falo de uma reflexão maior sobre o idoso em nossa sociedade venho trazer a questão da própria categorização deste enquanto indivíduo.

Idoso! Velho! Terceira idade! Melhor idade! Sobre que grupo eu falo? Conforme apresentado no início da dissertação, vejo uma necessidade enorme de reafirmação do termo idoso enquanto uma categoria de análise mais interessante e menos condicionada à depreciação desenvolvida (senão imposta) pelo capital. As denominações de terceira idade e melhor idade também trazem implícitos interesses de um nicho de mercado que vê nos idosos uma possibilidade de vender “fantasias e sonhos” transformando, portanto, a questão do idoso em diversão e produto de consumo a partir do discurso da melhor idade. E, por muitas vezes, explorando sua capacidade financeira – ora já comprometida com saúde e manutenção do lar – com pacotes de viagens, produtos especiais, tecnologias descontextualizadas à sua vivência e até mesmo explorando a hipossuficiência financeira por meio de empréstimos com as condições ditas especiais.

E se tanto falamos do idoso e este trabalho trouxe a situação deste no espaço público, a reflexão sobre a constituição das cidades e sua construção social torna-se central também ao pensar o papel deste tipo de sujeito na construção; estão envolvidos, interligados e, portanto, estabelecem novas formas de identificação e apropriação: bater ponto e ser bancário na Praça Sete, o desenvolvimento lúdico dos jogos de tabuleiro, o estabelecimento de vínculos

trabalhistas e busca de uma renda, bem como a manutenção das relações e o estabelecimento de novas.

Logo, quando retomo a discussão sobre as regiões centrais, seu esvaziamento (segundo uma perspectiva burguesa) e a concepção de região insegura etc., queria incitar um outro questionamento: que tipo de idoso foi esse o participante desta pesquisa? No mínimo, um grupo de idosos hipossuficientes financeiramente, ou seja, não pertencentes à elite econômica financeira da cidade. O idoso provido de uma condição financeira boa, provavelmente, voltaria a vivência do amadurecer dos anos para atividades de entretenimento mais elaboradas, a vida em casa se tornaria mais atrativa (filhos bem sucedidos, doméstica, etc.) e o centro ainda lhe soaria inseguro.

Se pensarmos pelo lado dos idosos que frequentam a Praça Sete, provavelmente não temos ali usuários da “melhor idade”, talvez pouquíssimos deles possam ser convertidos em clientes do mundo de fantasias e sonhos que pode se tornar a fase de ser idoso. O idoso aqui pesquisado apresenta relatos de dificuldades típicas de um grupo: o uso do transporte público, a baixa qualificação para se reposicionar no mercado de trabalho, a baixa aposentadoria e uma baixa qualidade de vida (traduzida em doenças).

Neste momento, até as questões financeiras e o capital ditam que tipo de indivíduo e possibilidades de socialização poderão ser desenvolvidas. Portanto, ao refletir sobre o objetivo principal deste trabalho, “quais as formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentarem a Praça Sete?” observo que fora atingido ao desenvolver na seção Fugindo de ser Idoso: formas de sociabilidade. Atento-me, no entanto, a apontar que as formas de sociabilidade dos idosos na Praça Sete não se esgotam nas quatro grandes categorias ali apresentadas – são apenas um compilado.

Ao trabalhar com um universo de pesquisa limitado e pensar as próprias limitações da pesquisa, vê-se que existem muitos ocultos e indizíveis na Praça Sete que precisam ser descobertos e, conseqüentemente, provocarão novas reflexões. A experiência dos idosos na Praça Sete apenas reforça a diferença do olhar atento deste grupo às questões que lhes rodeiam – diferentemente dos demais indivíduos que corriqueiramente ali passam e são tomados por uma capa de opacidade. Ao idoso, o invisível lhes salta aos olhos.

Essa vivência dos idosos e a própria busca por sociabilidades e manutenção de relações e dinâmicas na Praça Sete já se faz um trabalho inesgotável, fonte diversa e ampla para se pensar a construção psicológica e social das necessidades básicas de um indivíduo (agora com um peso de ressignificação enorme). E, então, algumas questões começam a aflorar politicamente: i) até que ponto a aposentadoria é justa e suficiente para que os idosos não precisem voltar ao mercado de trabalho? ii) será sempre a experiência e o conhecimento do idoso preterido em detrimento da condição física e virilidade dos mais jovens? iii) quais as representações que nossa sociedade têm dos idosos para que o tratamento a estes seja sempre de desprezo?

As questões sobre idosos não param por aqui. Quando me ateno a pensar na proposição feita no início do trabalho com os objetivos específicos, trago questionamentos sobre até que ponto consegui chegar (e me foi possível chegar). Na busca por identificar e avaliar as formas de sociabilidade e usos da Praça Sete por parte do grupo de idosos que a frequentam, entendo que o processo de identificação fora bem desenvolvido, como apontado anteriormente, com algumas limitações.

O processo de análise, no entanto, faz-se dever uma busca maior por teorias da área da Psicologia e talvez um outro enfoque para melhor avaliação destas formas de sociabilidade. Reitero, no entanto, que ao propor pensar essas sociabilidades a partir das representações desenvolvidas pelos idosos da Praça Sete, tal objetivo torna-se alcançado ao trazer a concepção dos idosos frequentadores daquela Praça para o texto.

Portanto, o segundo objetivo específico “analisar de que forma a Praça Sete é representada pelo grupo de idosos” tem parte desenvolvida na seção Sobre ocultos e indizíveis: a Praça Sete representada pelos idosos. Sendo complementada ao longo do desenvolvimento do capítulo Fugindo de ser Idoso que, ao apontar as formas de sociabilidade, traz embutido aos discursos as mais diversas referências e codificações desenvolvidas pelos idosos sobre a Praça Sete a própria região central.

O quarto objetivo específico “analisar as possíveis relações entre memória e história e as representações sociais da Praça Sete, apresentou uma forma diferenciada dos demais ao ser

atingido. De forma menos estruturada e mais absorvido nas entrelinhas do texto, este objetivo se faz presente no discurso dos idosos e na própria forma de uso e apropriação dos espaços da Praça Sete.

Lembro aqui que, como apontado durante o desenvolvido do trabalho, a criação dos quarteirões fechados vem fazer relação direta com a história de construção e a consequente ocupação dos quarteirões fechados. E, com base no discurso dos idosos e no próprio diário de campo, observa-se que há territórios ali desenvolvidos, como o quarteirão dos *hippies*, o quarteirão do comércio e o quarteirão dos próprios idosos. E uma questão que emerge é a auto referência feita pelos idosos sobre o quarteirão que ocupam – o idoso sabe o seu lugar na Praça; sabe também o seu lugar na sociedade (imposto pela mesma).

Para além dos elos estabelecidos com quem ocupa tais espaços há também o elo relacionado ao tipo de atividade ali desenvolvida. A possibilidade de se pensar o quarteirão onde há o desenvolvimento do artesanato (como o dos *hippies*), o quarteirão onde o comércio se faz mais presente e até mesmo o quarteirão do lúdico, onde a dama, o jornal e a conversa jogada fora demarcam seu próprio espaço.

O terceiro objetivo específico “resgatar e analisar a história oficial da Praça Sete e a forma como o espaço se constituiu em torno do Obelisco”, buscou ser atingido de forma tímida, mas sendo bem alcançado. Como lembrado pela professora Fernanda Borges de Moraes, não poderia deixar de considerar a história como componente na construção das representações sociais, mas não poderia também mergulhar na história. O uso da historiografia foi devidamente ponderado para não me tornar aqui um pseudo historiador.

Mas afinal, quais as formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentarem a Praça Sete? A questão inicial é que a própria busca por frequentar a Praça Sete já se torna um processo de sociabilidade – diretamente vinculado à busca e possibilidade de encontro de seus pares na Praça, bem como por esperar ali um conforto e boa recepção com idosos.

A presença de idosos na Praça Sete também se vê para além de uma sociabilidade vinculada ao prazer e ao ócio. Muitas das vezes o que se percebe ali são idosos buscando resolver obrigações como ir ao banco, acompanhar familiares e até mesmo o trabalho. A questão são as



possibilidades de se pensar o idoso e a cidade a partir dos resultados aqui encontrados. Se o idoso busca durante o avançar da idade uma forma de ser reconhecido e legitimado como sujeito, quais são os artifícios por este utilizado e de que forma este processo se dá?

Se for a persistência da vida perante a proximidade maior com a morte, como se dá esse processo de resistência? Em que consiste ser idoso e fazer-se vivo psicologicamente, socialmente e fisicamente? Imagino que para cada um desses âmbitos que olhemos será possível encontrar estratégias e práticas que traduzam a vontade de viver do idoso e sua constante busca pela manutenção de seus status.

E como então não possibilitar uma agenda de pesquisa que aprofunde nas relações do idoso com a família? Possibilitar então a discussão sobre a saúde do idoso e a assistência provida pelos filhos e parentes. A situação do desprezo e abandono nos asilos e a estruturação desses espaços para receber idosos trazem novas possibilidades de resistência ao processo de morte (em seus diversos âmbitos) ou apenas favorece a chancela e à entrega a esta?

A partir destas discussões que começam então no espaço privado, como não pensar a discussão de DaMatta (1936) sobre as relações entre o espaço privado e público? Como não refletir sobre a construção do espaço cidade, desde o plano diretor e o processo de ocupação das calçadas e as condições de acessibilidade? As cidades estão preparadas para receber o contingente de idosos que está por se formar no contexto social brasileiro?

E ao pensar os usos e contra usos do espaço público (LEITE, 2002) como podemos pensar a própria lógica de subversão dos idosos ao espaço público para adequá-lo aos seus interesses? E na qualidade do uso destes espaços, o que se esconde dos olhos normais e aparece ao dos idosos? O quão estas leituras de mundo, diferente das convencionais, poderiam auxiliar na construção de uma cidade mais igual e acessível?

Portanto, o que não se esgota sobre os idosos são as possibilidades de explorar o modo de viver e a leitura de mundo destes sujeitos. O avançar da idade traz diferenciações sobre questões psicológicas, sociais e individuais que precisam e podem ser analisadas e aproveitadas em diversas áreas do conhecimento. E na Administração pouco se tem feito; é um vasto campo para se pesquisar e muito para se aprender.

Este trabalho torna-se agregador ao campo quando paramos pra pensar que um grupo marginalizado e pouco visto (e pesquisado) tem a oportunidade de serem assistidos pelo ambiente acadêmico, suscitando novas discussões que vão muito além do uso da Praça Sete pelos idosos. Trabalhei aqui de uma forma mais ampla, política e social. É fazer refletir que, enquanto parte de nós iramos envelhecer em boas condições e assistidos por nossos familiares, parte de nossos idosos está em casa, não porque querem, mas porque lhes é a única opção. Parte fugirá de seus lares durante o dia em busca de uma pseudo tranquilidade em lugares que, para nós significam insegurança – como o centro, mas que pra eles é um dos mais seguros lugares.

As reflexões não se limitaram apenas a apontar as dificuldades vividas pelos idosos, contudo repensar as relações do idoso com ele próprio (corpo e mente), com seu entorno social, com as estruturas e equipamentos disponíveis para estes e os próprios estímulos à vida. O idoso é muito mais do que apenas um sujeito com idade avançada: ele apresenta-se como um corpo de conhecimento e sabedoria, porém de voz baixa em meio à multidão.

Se os Estudos Organizacionais apresentam-se como um área de pesquisas diferenciadas, neste trabalho ao me propor pesquisar aos idosos, abri aqui (ou reforcei) uma nova fronteira de conhecimentos à serem explorados e adensados. Poder pensar no fazer-se idoso; nas práticas organizativas na cidade; nos processos de resistência (aos filhos, à idade, ao mercado) e nas diferenças do lugar do homem idoso e da mulher idosa é poder, então, aprofundar em questões ainda não exploradas pelo campo – dando-lhe vazão para sua proposta de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e diferencial metodológico.

Não esgotei aqui o meu interesse pela pesquisa com o idoso. Pesquisas como esta são agregadoras tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal. É preciso, portanto, desenvolvermos um processo contínuo de pesquisa, elaboração e reelaboração das nossas práticas para/com o idoso para mudarmos a situação do ser idoso no Brasil, em específico, o ser idoso com dificuldades financeiras, físicas e familiares.

Aos idosos pesquisados dei-lhes alguns minutos de atenção e fui todo ouvidos. A mim, ganhei condições de reelaborar as relações com os meus avós, repensar a situação do idoso nos

ônibus que pego, a manutenção de espaços que vivo visando à acessibilidade, o auxílio a cada idoso que encontro ainda trabalhando – vendendo arte, loteria, etc. – e o melhor (e imensurável), repensar a minha existência enquanto indivíduo que tem poder para mudar tais situações e que, portanto, não deve se manter estagnado perante as situações ditas comuns de uma sociedade doente (e adoecida pelo capital), onde valoriza-se a utilidade do sujeito perante o sistema e não sua individualidade, seus sentimentos e sua existência.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, I. G. Geografia Urbana: Questões sobre Sua Natureza e Seu Objeto. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- ALMEIDA, A. L. C. A construção do sentido sobre “quem somos” e “como somos vistos”. In: MARCHIORI, M. **Estudos Organizacionais em Interface com Cultura**. Rio de Janeiro: Difusão Editora, 2014.
- ANDRADE, T. P. ; MENDONÇA, B. P. C. K.; LIMA, D. C.; ALFENAS, I. C.; BONOLO, P. F. Projeto conviver: estímulo à convivência entre idosos do Catete, Ouro Preto, MG. **Rev. bras. educ. med.** [online]. 2012, vol.36, n. 1, suppl.1, pp. 81-85. ISSN 0100-5502.
- ARENDT, R. J. J. Construtivismo ou construtivismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Natal, [online], Vol. 8(1), pp. 5-13, 2003. ISSN 1413-294X.
- AREOSA, S. V. C.; BENITEZ, L. B.; WICHMANN, F. M. A. Relações familiares e o convívio social entre idosos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, pp. 184 192, jan. /jul. 2012. ISSN 1677-9509.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2010.
- BAKOS, M. M. **Fatos e mitos do antigo Egito**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- BARREIRA, I. A. F. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 314–339, jan/jun. 2003. ISSN - 1517-4522.
- BARRETO, R. O. **Encontros e desencontros**: um olhar sobre a velhice em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.
- BAUER, M. A. L. **A construção social da identidade**: um estudo nas organizações de agricultura ecológica em duas regiões do RS. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. 33ª ed.; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- BLUMER, H. **Symbolic interactionism**: Perspective and method. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1969.

BLUMER, H. Mead and Blumer: The Convergent Methodological Perspectives of Social Behaviorism and Symbolic Interactionism. **American Sociological Review**, v. 45, n. 3, pp. 409-419, Jun. 1980. ISSN: 1939-8271.

BRANDÃO, H. H. N. A análise do discurso. In: BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8ª.ed. Campinas: UNICAMP, 2002.

BULLA, L. C.; KUNZLER, R. Envelhecimento e gênero: distintas formas de lazer no cotidiano. In: DORNELLES, B., COSTA, G. J. C. (Org.). **Lazer, realização do ser humano: uma abordagem para além dos 60 anos**. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2005.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis**. London: Ashgate Publishing, 1994.

CALDAS, M. P. ; WOOD JR., T. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 1, pp. 6–17, jan. /mar. 1997. ISSN 2178-938X.

CARLOS, A. F. A. Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARRIERI, A. P. ; PAULA, A. P. P. ; DAVEL, E. Identidade nas organizações: múltipla? fluída? autônoma? **Organizações & Sociedade**, Salvador [online], v. 15, n. 45, pp. 127-144, abr./jun. 2008. ISSN 1984-9230.

CARRIERI, A. P. ; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, pp. 1315-1342, nov. /dez. 2009. ISSN 0034-7612.

CARVALHO, V. D.; BORGES, L. O.; REGO, D. P. Interacionismo Simbólico: Origens, Pressupostos e Contribuições aos Estudos em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, pp. 146-161, 2010. ISSN 1982-3703.

CASTAÑON, G. A. Construtivismo e ciências humanas. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 5: pp. 36-49, Julho 2005. ISSN 1806-5821.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 3ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CLÉMENCE, A.; GREEN, E. G. T.; COURVOISIER, N. Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitik, 2011.

COIMBRA, K. E. R. **Dinâmica Territorial Urbana: análise do movimento quarteirão do soul em Belo Horizonte**. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: O movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 29, n. 86, mai-ago/2013. ISSN 2176-5308.

COSTA, A. S. M.; VERGARA, S. C. Estruturalista, Pós-Estruturalista ou Pós-Moderno? Apropriações do Pensamento de Michel Foucault por Pesquisadores da Área de Administração no Brasil. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, nº. 13, pp. 69-89. Jan/Abr 2012. ISSN 1980-5756.

CRUBELLATE, J. M. Estudos organizacionais no Brasil: do futuro que queremos e do futuro que teremos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, dezembro, 2005.

CUNHA, M. P. Estudos Organizacionais em Portugal: o caso da psicologia organizacional. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (org.). **Estudos Organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas**. São Paulo: Iglu, 2000.

DRUMOND, V. Luzes para a autonomia. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 1, p. 17-18, jun. 2014.

ESTADO DE MINAS. Saiba como foi construção do símbolo de BH, o Pirulito da Praça 7. Acesso em: 22/06/2014. Retirado de: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/12/interna\\_gerais,342859/saiba-como-foi-construcao-do-simbolo-de-bh-o-pirulito-da-praca-7.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/01/12/interna_gerais,342859/saiba-como-foi-construcao-do-simbolo-de-bh-o-pirulito-da-praca-7.shtml).

FARIA, J. H. Estudos Organizacionais no Brasil: arriscando perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, set-dez 2014.

FERREIRA, V. M. M. O fenómeno urbano: notas prévias para a formulação de um objeto. **Análise Social**, Lisboa, v. 8, n. 29 p. 116-140, 1º trim. 1970. ISSN 0003-2573.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O Espaço Organizacional e o Espaço da Cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade** (UFMG), Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 219-253, set/dez. 2012. ISSN 1980-5756.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R.; SILVA, A. R. L. A desvalorização de grupos sociais no espaço comum de pequenas organizações: um estudo sobre representações sociais em um centro comercial. **Organizações & Sociedade**, Salvador [online], vol.20, n. 64, pp. 55-73, 2013. ISSN 1984-9230.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3 (1997a). ISSN 0034-7612.

\_\_\_\_\_. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, (1997b).

GADEA, C. A. O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2 Mai/Ago 2013. ISSN 0102-6992.

GÁSPARI, J. C.; SCHWARTZ, G. M. O Idoso e a Ressignificação Emocional do Lazer. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* Jan-Abr 2005, Vol. 21 n. 1, pp. 069-076

GERALDES, E. A. S. **Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano:** proposta de focos qualitativos no centro de São Paulo. 2006. 196f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia: São Paulo, 2006.

GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, v. 40, n. 3, pp. 266-275, março 1985.

GILL, A. M.; WHEDBEE, K. Rhetoric. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as structure and process.** London: Sage, 1997. P. 157-184.

GODOI, C. K. Perspectivas da análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; DA SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais:** Paradigmas, Estratégias e Métodos. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; DA SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais:** Paradigmas, Estratégias e Métodos. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

GODOY, A. A pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. **Revisa de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, nº3, p. 20-29, 1995. ISSN 2178-938X.

GONÇALVES, L. F. **O estudo do lugar sob o enfoque da Geografia Humanista:** um lugar chamado Avenida Paulista. 2010. 266f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia: São Paulo, 2010.

GOSS, K. P. As correntes interacionistas e a sua repercussão nas teorias de Anthony Giddens e Bruno Latour. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 3, pp. 153-162, set/dez 2006. ISSN 1519-7050.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 6674-6792.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** Tradução de SCHUBACK, M. S. C. 15ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

HERACLEOUS, L. T. Interpretativist approaches to organizational discourse. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The SAGE Handbook of organizational discourse.** London: Sage, 2004. p. 175-192.

IPIRANGA, A. S. R. Cultura da Cidade e os seus Espaços Intermediários: os Bares e os Restaurantes. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 65-91. Jan. /Fev. 2010. ISSN 1678-6971.

JACQUES, P. B. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. **Arqtexto**, Porto Alegre, n. 7, p. 16-25, 2005. ISSN 1518-238X.

JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e Espaço Público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, Set./Dez. 2010.

JESUÍNO, J. C. Um conceito reencontrado. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitik, 2011.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JODELET, D. A fecundidade múltipla da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitik, 2011.

JOVCHELOVITCH, S. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitik, 2011.

KOURY, M. G. P. Fotografia e interdito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, fev/2004. ISSN 0102-6909.

KOURY, M. G. P. Estilos de vida e individualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 41-53, jan. /jun. 2010.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000. 144p.

LAHLOU, S. Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitik, 2011.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. 434p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5ª Ed. São Paulo: Documentos, 2008. 143p.

LEITE, R. P. A. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49. Fev/2002.

LEITE, R. P. A Exaustão das cidades: Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, 2010. ISSN 0102-6909.

LEITÃO, L. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 461-471, jul./dez. 2011. ISSN 1517-2422.



LIRA, E. Recordar es volver a passer por el corazón. In: PAEZ, D.; VALENCIA, J. W.; PENNEBAKER, B.; RIMÉ, B.; JODELET, D. (Orgs.). **Memórias colectivas de processos culturais y políticos**. Bilbao: Servicio Editorial. Universidade del país Vasco, 1998.

LISBOA, C. B. **As imagens do silêncio**: Uma análise das interações entre surdos de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais). Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

LIU, L. Sensitising Concept, Themata and Shareness: A Dialogical Perspective of Social Representations. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 34, n. 3, pp. 249-264, 2003. ISSN 0021-8308.

LIU, L. Quality of life as a social representation in china: a qualitative study. **Social Indicators Research**, n. 75, p. 217–240, 2006. ISSN 0303-8300.

LIU, L. To Have and To Be: Towards the Social Representation of Quality of Life in China. **Journal of Community & Applied. Social Psychology**, v. 18, pp. 233–252, 2008.

LOEFFLER, T. A.; A photo elicitation study of the meanings of outdoor adventure Experiences. **Journal of Leisure Research**. v. 36, n. .4, p. 536-557, Fourth Quarter, 2004.

MAC-ALLISTER, M. S. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 205 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MAC-ALLISTER, M. S. A cidade no campo dos Estudos Organizacionais. **Organizações & Sociedade, Salvador**, v. 11, edição especial, 2004. ISSN 1984-9230.

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 7, n. spe, pp. 51–73, jan. 2003. ISSN 1415-6555.

MARKOVÁ, I. Amédée or how to get rid of it: social representations from a dialogical perspective. **Culture & Psychology**, v. 6, n. 4, pp. 419-460, Dec. 2000. ISSN 1354-067X.

MARQUES, J. R.; CAVEDON, N. R.; SOILO, A. N. Representações sociais e comércio popular: o caso do Shopping do Porto – Porto Alegre (RS). **Confluências Culturais**, Joinville, v. 2, n. 1, março/2013. ISSN 2316-395X

MARRA, A. V. **Identidade, Trabalho e Construção Social da Aposentadoria para Ex-Executivos**. Tese. (Doutorado em Administração). Centro de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MASSEY, D. Power Geometry and a Progressive Sense of Place. In: BIRD, J. (org.). **Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change**. Londres : Routledge, 1993.

MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004. ISSN 1517-7793.

MATTOS, P. L. C. L. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In: GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; DA SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 4, p. 123-140, 2012. ISSN 2175-3369.

MENDES, M. R. S. S. B.; GUSMÃO, J. L.; MANCUSSI E FARO, A. C.; LEITE, R. C. B. O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm.** 2005;18(4):422-426

MENDONÇA, J. R. C.; VIANA, M. F. T. Entrevista com Foto-Elicitação (EFE): o uso de métodos visuais para o estudo do ambiente físico nas organizações. In: I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – I ENEPQ. 2007. Recife. **Anais...** Recife, 2007.

MENDOZA, E. S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 14, p. 440-470, jun/dez 2005. ISSN - 1517-4522.

MILAGRES, L.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. A produção do espaço cotidiano de uso público. **V!RUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 19 01 2015.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 291p.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. Presenting Social Representations: a Conversation. **Culture & Psychology**. v. 4, n. 3, 371-410, 1998. ISSN 1354-067X.

NOGUEIRA M. A. L. A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. **História, Ciências, Saúde. Mangueiras**, Rio de Janeiro, v. 1, pp. 115-123 mar.-jun1998. ISSN. 0104-5970.

OLIVEIRA, C. Da Ruína e da Conservação do Mundo: O Mundo Como Espaço Discursivo e Como Discurso Espacial. **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 117, p. 153-161, Jun. /2008. ISSN 0100-512X

PAES DE PAULA, A.P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thompson, 2008.

PASSOS, F.; GOUVEA, M.; TOSTI, R.; POLITO, R. O novo flâneur. **Eclética**, jul.-dez. 2003.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, M. M. L. (Ed.) **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11–23, jun. 2007. ISSN 1806-9347.

PETERS, M. **Pós-Estruturalismo e Filosofia da Diferença**: uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 96p.

POSSAMAI, Z. R. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, São Paulo, v. 27, n. 2, pp. 253-277, 2008a.

POTTER, J. **Representing reality**: discourse, rhetoric and social construction. London: Sage, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Acesso em: 22/07/2014. Retirado de: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/atrativos/roteiros/praca-sete-o-coracao-fervilhante-de-bh>

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; ALVES E SOUZA; A. M.; VIEIRA; .N. F. C. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, pp. 276-83, abr/jun 2007.

QUEROZ, N. C. **Bem-Estar Psicológico e Inteligência Emocional entre Homens e Mulheres na Meia Idade e Velhice**. Dissertação (Mestrado Em Gerontologia). Faculdade De Educação Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição anglo-saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (org.). **Estudos Organizacionais**: novas perspectivas na administração de empresas. São Paulo: Iglu, 2000.

ROSA, A. R.; PAÇO-CUNHA, E.; DE MORAIS, C. A. Análise crítica do discurso como análise crítica das organizações: uma proposta teórico-metodológica com base na teoria simbólica de Pierre Bourdieu. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S; PIMENTEL, T. D.; DE SOUZA-RICARDO, P. A. G. **Análise do discurso em Estudos Organizacionais**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 12929-12942.

RUIZ, C. M. M. B. **Os labirintos do poder**: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001. ISSN 0104-4478.

SANTOS, A. O. A. **Praça Sete**. Coletânea BH. A cidade de cada um. 2ª ed.; Belo Horizonte: Conceito, 2008. 88p.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

SARAIVA, L. A. **Mercantilização da Cultura e Dinâmica Simbólica Local**: a Indústria Cultural em Itabira, Minas Gerais. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, L. A. Um Farol nos Estudos Organizacionais Brasileiros. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-16, jun. 2014.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, pp. 547-76, mar./abr. 2012. ISSN 0034-7612.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de belo horizonte. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 2, mar./abr. 2014. ISSN 1518-6776.

SARAIVA, L. A.; SILVEIRA, L. G. A. Representações Sociais do Trabalho por Profissionais de um Hospital de Minas Gerais. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 77-91, abril/junho 2007. ISSN 1809-2276.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHWANDT, T. A. Three Epistemological Stances for Qualitative Inquiry: Interpretivism, Hermeneutics, and Social Constructionism. In: Lincoln, Y. S.; & Denzin, N. K. (Org.) **The Landscape of Qualitative Research: Theories and Issues** (pp. 189-213). Thousand Oaks, CA: Sage, 2003.

SILVA, A. R. L. **As Práticas Sociais e o “Fazer Estratégia”**: um Estudo dos Comerciantes de Hortifrutícolas no Mercado da Vila Rubim. 2007. 301 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P. A teoria das Representações Sociais nos Estudos Organizacionais. IN: MOULIN DE SOUZA, E. M. (Org). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. 296p.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. Rio de Janeiro, vol.15, n. 1, pp. 155-168, jan-mar. 2008. ISSN 1678-4758.

SILVA, R. A.; ICHIKAWA; E. Y. A Representação Social na Esfera Pública: Percepções sobre o Funcionário Público em uma Administração Municipal. **Qualit@s Revista Eletrônica**, João Pessoa, v. 9, n. 1 (2009). ISSN 1677-4280.

SILVA, V. C.; TROTTMANN, P. ; COELHO, F. S.; SARTI, F. M. A Produção Científica em Administração Pública no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação para o período 2000-2010. In: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013.

SILVEIRA, R. Z. - Mãe!? O mundo vai acabar...? Reflexões sobre Desdobramentos e Implicações dos Paradigmas Sociológicos de Burrell e Morgan para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR** [online], Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 652–670, dez. 2013. ISSN 1679-3951.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: O Velho (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 11-25. 1979.

SIMMEL, G. **Georg Simmel**: Sociologia. MORAES FILHO, E. (org). Tradução de Carlos Alberto... et al. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, J. M.; MORAES, F. B. Contribuições teóricas para o estudo do fenômeno urbano nos momentos iniciais de sua formação. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (Online), São Carlos, n. 13, 2011. ISSN: 1984-4506.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** [online], Porto Alegre, n. 16, pp. 20-45, 2006. ISSN 1517-4522.

SOUZA, M. M. P.; CARRIERI, A. P. Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: uma proposta teórico-metodológica. **Cadernos EBAPE.BR** [online], Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 40-64, mar. 2012. ISSN 1679-3951.

TAKAKI, E.; COELHO, G. Multiterritorialidade, Cultura e Redes Sociais: Espacialidades híbridas, práticas do movimento Hip Hop no rio de Janeiro. **V!RUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=3&lang=pt>>. Acesso em: 19 01 2015.

THIOLLENT, M. Estudos Organizacionais: Possível Quadro Referencial e Interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, set-dez 2014.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação Em Pesquisa Qualitativa: Estimativa Empírica De Dimensionamento. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing Opinião e Mídia**. Volume nº 3 – Setembro, 2009.

TRINDADE, Z. A.; SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. IN: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S. S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Tecnopolitik, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

VAN DIJK, T. A. The study of discourse. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.) **Discourse as structure and process**. London: SAGE, 1997. p. 1-34.

VAN RIEL, C. B. M. **Principles of corporate communication**. Londres: Academic Service and Prentice Hall, 1995. 239p.

VENTURINI, E. A Cidade dos Outros. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, pp. 203-222, Maio/Ago. 2009. ISSN 1984-0292.

VIEGAS, G. C. F. S. Por uma cidade, por outra cidade, por múltiplas cidades: discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. In: XXXVIII Encontro da ANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

VIEGAS, G. C. F. S.; HONORATO, B. E. F.; COIMBRA, K. E. R.; MIRANDA, S. R. Re-significações no âmbito da cidade: um estudo das ações da prefeitura de Belo Horizonte no combate à pichação. In: I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – I CBEO, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2013.

XAVIER, R. Representação Social e Ideologia: Conceitos Intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez. 2002. ISSN 1807-0310.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice A**

#### **Roteiro Semiestruturado de Entrevistas**

##### **Bloco 1 – O(a) entrevistado(a)**

Sobre o(a) entrevistado(a): nome; faixa etária ou idade; naturalidade; estado civil; tem filhos? Se sim, quantos filhos? Onde mora em Belo Horizonte? A ocupação social atual (ou passada, no caso de aposentado). No caso de casado(a), onde está o cônjuge neste momento – e o porquê do lugar de cada um.

##### **Bloco 2 – A cidade de Belo Horizonte**

O que o entrevistado sabe sobre a fundação e história da cidade de Belo Horizonte. Há algum tipo de referência a nomes e espaços importantes na cidade. Como vê a população belo-horizontina e o trato dessa com o idoso. O que pensa dos espaços de entretenimento e lazer na cidade?

##### **Bloco 3 – Sobre ser idoso**

O que é ser idoso? Como são as relações com o seu corpo? E como se dá o processo de aceitação pessoal? A família e os filhos, como lidam com a situação de assistir ao pai/mãe? A autonomia em relação às atividades domiciliares e a liberdade de ir e vir? De que forma busca-se ocupar o tempo e lidar com a aposentadoria e o afastamento do mercado?

#### **Bloco 4 – A vida na Praça Sete**

O senhor vem sempre por aqui? E qual o nome desta praça? O que é a Praça Sete? O processo de conhecer a Praça Sete. Como chegou ao espaço Praça Sete? Conte-me um pouco da história dessa praça. Fatos marcantes ocorridos na Praça Sete, noticiados ou não. O processo de transformação da Praça Sete. E onde é o Pirulito? O porquê do nome Pirulito?



## **ANEXOS**

### **Anexo A**

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

##### Título do Projeto

Sobre ocultos e indizíveis: idosos (que não vistos, mas que tudo veem) e sociabilidade – um estudo na Praça Sete em Belo Horizonte.

##### **1) Introdução**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Sobre ocultos e indizíveis: idosos (que não vistos, mas que tudo veem) e sociabilidade – um estudo na Praça Sete em Belo Horizonte”. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Você foi selecionado(a) em virtude de possuir características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a organização. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

##### **2) Objetivo**

Os objetivos deste estudo são: i) identificar e avaliar as formas de sociabilidade e usos da Praça Sete por parte do grupo de idosos que a frequentam; ii) analisar de que forma a Praça Sete é representada pelo grupo de idosos; iii) identificar e analisar as territorialidades estabelecidas na Praça Sete; iv) resgatar e analisar a história oficial da Praça Sete e a forma como o espaço se constituiu em torno do Obelisco; e v) analisar as possíveis relações entre memória e história e as representações sociais da Praça Sete.

### **3) Procedimentos do Estudo**

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado(a) a responder questões e perguntas colocadas pelos pesquisadores. A entrevista será gravada e posteriormente, transcrita. Posteriormente, as informações serão analisadas pelos pesquisadores. A identificação dos respondentes será sempre preservada.

### **4) Riscos e desconfortos**

Você poderá ter receio de alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada, e que por isso sua posição seja ameaçada. De forma alguma os pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgar você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente a questão das formas de sociabilidade estabelecidas pelos idosos ao frequentarem a Praça Sete. Dificuldades são inerentes a esse processo e serão tratadas como tal, sempre com o objetivo de contribuir positivamente para seu aprimoramento.

### **5) Benefícios**

Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, você estará contribuindo para que a universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

### **6) Custos/Reembolso**

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

## **7) Caráter Confidencial dos Registros**

Você não será identificado(a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas do questionário para a construção de uma análise global **SOBRE OCULTOS E INDIZÍVEIS: Idosos (não vistos, mas que tudo vem) e Sociabilidade – Um estudo na Praça Sete em Belo Horizonte**, sobre a qual você foi entrevistado(a). Após a transcrição das entrevistas, essas serão mantidas sob a guarda dos pesquisadores, que apenas autorizam o uso e manuseio do material escrito, e que não permitirão em hipótese alguma a identificação dos entrevistados. Em caso de transcrição de partes da fala do(a) entrevistado(a), estes serão referidos por E1, E2. Ou codificação semelhante, para impedir sua identificação.

## **8) Participação**

A coleta de dados dessa pesquisa será sempre realizada pelos pesquisadores responsáveis, que solicitarão aos entrevistados um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo deverá notificar ao pesquisador que o esteja atendendo. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciará suas relações particulares com nossa instituição.

## 9) Para obter informações adicionais

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal<sup>27</sup>, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

## 10) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

---

Nome do(a) participante (em letra de forma)

---

Assinatura do participante

---

Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que ele(a) compreendeu essa explicação.

---

Assinatura do(a) pesquisador(a)

---

Data

---

<sup>27</sup> **Coordenador da Pesquisa:** Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4073, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-7235. **Comitê de Ética em Pesquisa – COEP:** Unidade Administrativa II - 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-4592.